



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-
GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA

TATIARA BARBOSA

**RAÇA, GÊNERO E EDUCAÇÃO EM “ÚRSULA” E “CANTOS À BEIRA-MAR” DE
MARIA FIRMINA DOS REIS**

IMPERATRIZ
2022

TATIARA BARBOSA

**RAÇA, GÊNERO E EDUCAÇÃO EM “ÚRSULA” E “CANTOS À BEIRA-MAR” DE
MARIA FIRMINA DOS REIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Formação Docente em Práticas Educativas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro.
Coorientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato de Pádua Cânciao.

**IMPERATRIZ
2022**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de

Barbosa, Tatiara.

Raça, gênero e educação em Úrsula e Cantos à Beira-mar
de Maria Firmina dos Reis / Tatiara Barbosa. - 2022.
117 f.

Coorientador(a): Raimundo Nonato de Pádua Câncio.

Orientador(a): Dimas dos Reis Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Formação Docente em Práticas Educativas/ccim, Universidade
Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

1. Afro-feminina. 2. Educacional. 3. Literatura. 4.
Maria Firmina dos Reis. I. Câncio, Raimundo Nonato de
Pádua. II. Ribeiro, Dimas dos Reis. III. Título.

TATIARA BARBOSA

**RAÇA, GÊNERO E EDUCAÇÃO EM “ÚRSULA” E “CANTOS À BEIRA-MAR” DE
MARIA FIRMINA DOS REIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Formação Docente em Práticas Educativas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro.
Coorientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato de Pádua Cândia.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro (Orientador)
Doutor em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Raimundo Nonato de Pádua Cândia (Coorientador)
Pós-doutor em Educação
Universidade Federal do Tocantins - UFT

Prof.^a Dra. Herli de Sousa Carvalho (Membro Titular Interno)
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof.^a Dra. Edna Sousa Cruz (Membro Titular Externo)
Doutora em Letras
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL

Dedico àqueles que lutam por igualdades raciais, de gênero e educacionais. Que valorizam sua história e não temem se posicionar frente as desigualdades sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Senhor Deus, meu Pai, pela sua bondade e misericórdia. Ele tem me conduzido aos seus planos e realizado outros sonhos meus.

Agradeço à mulher que é o maior exemplo de perseverança e de fé que conheço, minha mãe Ana Maria Barbosa. Sou grata por todos os ensinamentos e provas de amor. Ainda mais nos últimos dias que tive de me dedicar a esse sonho que é meu e dela, pois sempre nos incentivou a estudar. Amo muito a senhora.

Às minhas irmãs, Tatiana Barbosa e Antônia Ângela Barbosa Silva, obrigada pelos bons momentos de nossas vidas e terem cuidado de mim nesse mestrado, mesmo à distância. Ao meu pai Antônio da Cruz Silva (de coração), por nos ter recebido em sua história.

Agradeço às pessoas que me incentivaram a realizar o mestrado, em especial a Greacy Kelly Rodrigues Azevedo, que esteve mais próxima no início dessa fase. Agradeço aos amigos de longa data que entenderam minha ausência em alguns momentos, em especial a Katyana Lima Almeida, que é uma amiga incrível. E Maria Cleide Holanda Reis, que há anos também tem acompanhado minha trajetória acadêmica, pois estudamos juntas em alguns momentos.

Agradeço às pessoas que conheci no mestrado, e principalmente aos que se tornaram amigos, dentre estes destaco Fausto Ricardo Silva Sousa, como tínhamos a mesma orientadora, isso nos aproximou no início, mas foi sua sensibilidade e história de vida que fortaleceu nossa amizade. Lucas Lucena Oliveira, pois partilhamos nossas histórias e muitos momentos. É um amigo, mesmo que não estejamos mais tão próximos devido às circunstâncias da vida. Andrea Silva de Castro, que me ouviu algumas vezes e me ajudou a não desistir. Ênnio de Sousa Barros, pela confiança e carinho e algumas conversas na madrugada. Edilma Bandeira de Araújo Nogueira, pela atenção e cuidado ao me trazer lanches, sobretudo quando eu estava doente. Tereza Sabina Sousa Reis pela sensibilidade e por ter me proporcionado altas gargalhadas. Ao José Ferreira Mendes Júnior, que antes do mestrado nos conhecemos e já demonstrou ser um homem de confiança.

Agradeço ainda a Adriana Bertoldo Cavalcante, minha coordenadora do trabalho, pela compreensão, preocupação e carinho. Entendia meus prazos e me incentivava a continuar com o mestrado.

Agradeço a todos os professores do mestrado, pois me proporcionaram grandes ensinamentos, mas principalmente ao meu orientador Dimas dos Reis Ribeiro, pela tranquilidade e humildade; conversar com ele é ter a certeza da paz. Ele tem, dentre tantos dons, o de nos valorizarmos. Ao meu coorientador, Raimundo Nonato de Pádua Cândia, que mesmo com toda intelectualidade, é um homem humilde e se tornou um amigo. É outra pessoa que sabe corrigir e incentivar nossos sonhos. À professora Mariléia dos Santos Cruz, que mesmo não tendo continuado como minha orientadora, foi quem contribuiu para meu ingresso no mestrado.

E como uma forma das pessoas saberem da importância deles na minha vida, pois estavam comigo todos os dias e são fiéis do jeito deles, Dom, meu cachorro, e Meg, minha gata, foram essenciais para as minhas pausas de estudo. Eu realmente os amo bastante.

Enfim, agradeço àqueles que de algum modo fizeram desse momento uma realidade.

HINO À LIBERDADE DOS ESCRAVOS

Salve Pátria do Progresso!

Salve! Salve Deus a Igualdade!

Salve! Salve o Sol que raiou hoje,

Difundindo a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia

Da nefanda Escravidão!

Aqueles que antes oprimias,

Hoje terás como irmão!

Maria Firmina dos Reis.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AML	Academia Maranhense de Letras
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GO	Goiás
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
PB	Paraíba
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Dissertações no período de 2015 a 2017 no Catálogo da Capes.	67
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Igreja Nossa Senhora da Vitória em São Luís/MA.	76
Figura 2 – Residência de Maria Firmina dos Reis na praça Luís Domingues.	76
Figura 3 - Nascimento Moraes Filho, Dona Nhazinha Goulart, Monsenhor Estrela e Alice Nogueira.	78
Figura 4 - Eurídice Barbosa Cardoso.	78
Figura 5 - Maria Benedita Câmara Bormann (Délia).	79
Figura 6 - Quadro fixado na Câmara Municipal de Guimarães em 2011 como sendo de Maria Firmina dos Reis.....	80
Figura 7 - Busto de Maria Firmina dos Reis.	80
Figura 8 - Pintura em óleo de Maria Firmina dos Reis, feita pelo artista plástico Luzinei Araújo, em 2020.....	81
Figura 9 - Primeira capa do livro "Úrsula" feita pela "Typographia do Progresso" em 1859.	87
Figura 10 - Capa do livro "Cantos à Beira-mar". Edição fac-similar.	88

RESUMO

BARBOSA, Tatiara. RAÇA, GÊNERO E EDUCAÇÃO EM “ÚRSULA” E “CANTOS À BEIRA-MAR” DE MARIA FIRMINA DOS REIS.

Linha de Pesquisa: Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares.

Esta dissertação aborda a questão da continuidade das formas coloniais de exploração vivenciada pela mulher negra, numa sociedade atravessada por relações raciais e de gênero, onde a Literatura se apresenta como um importante recurso para problematizar essa realidade, na direção contrária dos padrões de dominação e disseminação do conhecimento. Nessa direção, a questão que mobiliza este estudo consiste em entender como a temática afro-feminina e o fenômeno educativo se manifestam no pensamento produzido por Maria Firmina dos Reis nas obras *Úrsula* e *Cantos à beira-mar*. O objetivo geral é analisar a temática afro-feminina e o fenômeno educativo no pensamento produzido por Maria Firmina dos Reis nas obras *Úrsula* e *Cantos à beira-mar* e suas ressonâncias nas relações sociais. Para tanto, foi necessário caracterizar o contexto histórico do pensamento produzido pela autora em suas obras; identificar no romance e nos poemas as relações entre raça, gênero e educação e possíveis contribuições ao ensino de Literatura. Como produto técnico decorrente deste estudo, foi produzido um *e-book* com a história de Maria Firmina dos Reis, tanto em texto quanto em história em quadrinhos, de modo a inserir e a discutir sua vida na educação básica. No que se refere à metodologia, trata-se de um estudo bibliográfico, cuja abordagem é qualitativa, centrado nas obras literárias *Úrsula* e *Cantos à beira-mar*, com enfoque nas questões de raça, gênero e educação e suas inter-relações. Os resultados evidenciam que a autora já se apresentava como uma mulher à frente do seu tempo, que não se intimidou com as questões que o homem branco impôs à sociedade, e que possui grande contribuição ao cânone literário, sendo uma importante precursora da escrita afro-feminina brasileira.

Palavras-chave: Literatura. Afro-feminina. Educacional. Maria Firmina dos Reis.

ABSTRACT

BARBOSA, Tatiara. RACE, GENDER AND EDUCATION IN “ÚRSULA” E “CANTOS À BEIRA-MAR”, BY MARIA FIRMINA DOS REIS.

Line of Research: Pluricultural, Intercultural and Interdisciplinary Educational Practices.

This dissertation addresses the question of the continuity of colonial forms of exploitation experienced by black women, in a society crossed by racial and gender relations, where Literature presents itself as an important resource to problematize such reality, in the opposite direction of the patterns of domination and dissemination of knowledge. Thus, the question that mobilizes this study is to understand how the afro-feminine theme and the educational phenomenon are manifested in the thought produced by Maria Firmina dos Reis in the works “Úrsula and Songs at Sea Shore”. Our general objective is to analyze the afro-feminine theme and the educational phenomenon in the thought produced by Maria Firmina dos Reis in her works “Úrsula and Songs at Sea Shore” and their resonances in social relations. Therefore, it was necessary to characterize the historical context of the thought produced by the author in her works; to identify in the novel and in poems the relations among race, gender and education and possible contributions to Literature teaching. As a technical product resulting from this study, we created an e-book with the story of Maria Firmina dos Reis, either in text and in comics, in order to insert and discuss her life in basic education schools. With regard to the methodology, this is a bibliographical study, whose approach is qualitative, centered on the literary works “Úrsula and Songs at Sea Shore”, focusing on the issues of race, gender and education and their interrelationships. Results show that the author has already presented herself as a woman ahead of her time, who was not intimidated by the issues imposed by the white man on society, and who has made a great contribution to the literary canon, being an important precursor of Afro-female Brazilian writing.

Keywords: Literature. Afro-feminine. Educational. Maria Firmina dos Reis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 GÊNERO E RAÇA COMO QUESTÕES EMERGENTES NA FORMAÇÃO DE UMA LEITORA LITERÁRIA	22
3 PÓS-COLONIALISMO E DECOLONIALIDADE COMO PERSPECTIVAS CRÍTICAS DE REFLEXÃO	30
4 LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: DAS RELAÇÕES ENTRE RAÇA, GÊNERO E EDUCAÇÃO	47
4.1 Ideias sobre raça: colonialidade do poder	51
4.2 Gênero e Educação: colonialidade do ser	55
4.3 A literatura afro-feminina no Brasil: colonialidade do saber e resistências	58
5 MARIA FIRMINA DOS REIS E O PENSAMENTO PRODUZIDO EM SUAS OBRAS ÚRSULA E CANTOS À BEIRA-MAR	66
5.1 Quem foi Maria Firmina dos Reis?	71
5.2 O pensamento de Maria Firmina dos Reis sobre gênero e educação	83
5.3 A temática “afro-feminina” e o fenômeno educativo nas obras <i>Úrsula</i> e <i>Cantos à beira-mar</i>	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXO	116

1 INTRODUÇÃO

A história da Literatura afrodescendente compreende questões em que o negro teve de se posicionar ante as realidades seculares. Após os períodos mais conturbados dos povos africanos, por volta dos anos 1900, ou seja, depois das maiores invasões territoriais que estes sofreram, especialmente pelo período colonial, em que as questões sociais estavam embasadas numa cultura eurocêntrica – um termo que já contempla dissensões sociais, políticas e culturais por apresentar um encômio em detrimento dos outros – houve uma reflexão de alguns negros, como Frantz Fanon, sobre como eles eram tratados na sociedade, o que fez com que se posicionassem em favor de sua história. E isso deu nova perspectiva sobre melhores oportunidades sociais a grupos minoritários.

Quando as oportunidades relacionadas ao bem estar social não são iguais, espera-se que os que não são beneficiados procurem seus direitos. E durante muito tempo, mais precisamente no período colonial, alguns direitos básicos como a liberdade, a remuneração pelo trabalho prestado de forma justa e a educação foram apropriados por pessoas que não respeitaram a raça e o gênero, tomados por uma “educação” que julgavam ter por serem colonizadores. Assim, numa correlação com a contemporaneidade, observamos uma sociedade que precisa rever a história da humanidade, sobretudo com o olhar de quem também participou da história – negros e mulheres – mas não teve a oportunidade de contar a sua versão, pois o que vemos no contexto histórico é de maior parte do homem branco. Sendo que, novos pesquisadores, historiadores, antropólogos, cientistas, dentre outros estão modificando essa realidade. Desse modo, aspectos históricos que eram vistos apenas sob um ângulo, opiniões carregadas de razões, tendem agora a ganhar novas respostas sem a totalidade eurocêntrica.

Nisso, o presente estudo é resultado de questionamentos voltados para a valorização da mulher negra que também fez história na humanidade. Em que o afunilamento de ideias e dúvidas se encontraram numa mulher, negra, professora, escritora e compositora. Uma pessoa que não ganhou o devido reconhecimento enquanto viva, e que somente agora, nos últimos anos, sua história tem sido registrada nos livros, nos contextos literários, entre os docentes, nos ambientes acadêmicos.

Não se trata apenas de um trabalho que deseja valorizar alguém. Trata-se de uma produção sobre o negro, a mulher e a cultura (sob a perspectiva da Literatura); aparentemente temas não correlatos, mas que a História eurocêntrica se resguardou de apresentá-los à sociedade. E hoje são analisados por ângulos diversos, principalmente para contribuir com a compreensão da diversidade e grupos minoritários para se sentirem pertencentes à História. Observamos ainda que as imprecisões históricas da mulher e do negro demonstram o quanto uma lacuna se fez presente na sociedade. E, contudo, as reparações estão sendo realizadas lentamente. É o que acontece hoje na sociedade com os programas de cotas, com as participações da mulher em lugares que somente homens eram vistos, com os conteúdos didáticos ganhando novos aspectos, como a Lei 10.639/03, que inclui o ensino da história africana e afro-brasileira nas disciplinas de Artes, História e Literatura, bem como, com o posicionamento de movimentos sociais que procuram reconhecimento em todos os ambientes. Com isso, um dos meios de praticar a igualdade e equidade social é garantindo que o conhecimento seja desprendido de um grupo apenas. E que qualquer aprendizagem seja passível de dúvidas sem incorrer coerção como em tempos de colonialismo, quando a verdade pertencia aos colonizadores.

Nesse contexto, a cultura literária é também uma das formas de valorização do negro e da mulher, pois, esta também contribuiu para que a humanidade conhecesse a contação de histórias nos dias atuais, registros de nomes, lugares, pessoas, enredos da humanidade. A Literatura contribuiu para que a arte, a filosofia, a subjetividade, a identidade, a pluralidade, a ciência, etc. estivessem em um mesmo espaço, o que torna importante compreendermos o significado da Literatura e o que ela representa.

Eagleton (2003) destaca que muitos tentam caracterizar a Literatura como “imaginativa”, o que o autor discorda, pois, quando comparada à Literatura inglesa do século XVII que inclui Shakespeare, Webster, Marel e Milton, compreende também os ensaios de Bacon, a autobiografia de Bunyan, os sermões de John Donne; bem como na francesa que conta com Corneille e Racine, as máximas de La Rochefoucauld, dentre outros. O que considera que a distinção entre fato e ficção não seja útil neste conceito. Por sua vez, a Literatura para Eagleton, “transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana” (Ibid., p. 2). Não obstante, a definição do termo Literatura já sofreu algumas mudanças no léxico com o tempo, e ainda é debatida. Sabemos, pois, de sua relevância na sociedade.

O impulso para a reflexão teórica sobre a Literatura pode ser entendido como uma profunda necessidade humana de explicitar algo que se apresenta carregado de valores. [...] A Literatura, sem dúvida, desde seus primórdios, é uma resposta a impulsos extremamente humanos e que só nela podem ser satisfeitos (GONÇALVES; BELLODI, 2005, p. 36).

Pela sua importância, não somente neste trabalho, mas no contexto literário e histórico, utilizaremos o vocábulo “Literatura” com inicial maiúscula. Assim, podemos considerar que seu significado vai além das ações humanas por meio de palavras, destacando sua relevância na compreensão da humanidade. Pois, compreender o papel desta na História da civilização é mergulhar na intimidade da sociedade.

No desenvolvimento educacional, a Literatura tem sido redescoberta e se tornado mais abrangente no meio acadêmico, pelo fato de novos pesquisadores surgirem com o intuito de analisar autores e suas obras, além de compreenderem o contexto histórico e fazerem correlação com a atualidade. Pelo viés social, cultural e político, a Literatura tem conseguido responder a alguns questionamentos atinentes à história. Tal é o caso de obras que passaram a ser estudadas nos últimos anos, principalmente daqueles que não foram evidenciados nos anos de sua existência ou por corresponderem aos grupos minoritários.

Para esta pesquisa, considera-se relevante compreendermos as distinções das Literaturas, em que, Literatura afro-brasileira consiste nas obras literárias com autores da raça negra e brasileiros, com personagens diversos, contudo, retratando algo referente aos negros em algum momento. A Literatura negra é feita por escritores negros e com personagens negros, além de trazer temas divulgando a cultura negra. Enquanto a Literatura afro-feminina abrange a escrita da mulher de raça negra, em que os temas são diversos também, valorizando a mulher como personagem. Ressalta-se ainda que, há uma polêmica em torno destes conceitos distintos, principalmente entre os autores. Porém, um debate que também tem contribuído para o conhecimento na sociedade.

Certamente alguns autores ainda não são tão conhecidos e a difusão de seus livros ainda é morosa. Contudo, vemos grandes possibilidades de reconstituição da História sob novas perspectivas, bem como aumento do acervo cultural do país, além de acrescentar nomes e obras ao cânone literário. Para isso, a sociedade precisa também de conhecimento e fácil acesso aos livros. Ressaltamos, inclusive, que alguns clássicos da Literatura são encontrados no site “Domínio público”, criado em 2004, que é uma biblioteca virtual com mais de 500 obras literárias. É possível também, no

site da Câmara dos Deputados encontrar a obra completa da protagonista desta pesquisa: Maria Firmina dos Reis, além de outros livros gratuitos (BRASIL, 2003; 2019).

Acreditamos que a divulgação e estudos podem fazer a diferença na vida de novos leitores, principalmente daqueles que estão ingressando no mundo da Literatura, como estudantes da Educação Básica. Mas isso é algo ainda a ser estudado mais profundamente com um conhecimento mais fidedigno das histórias dos autores e seus respectivos livros. Uma das escritoras que tem sido estudada com mais afinco é Maria Firmina dos Reis, já que é considerada a primeira romancista afro-brasileira, e que o contexto de suas obras literárias corresponde à abolição da escravidão e ao gênero. Ela foi uma afrodescendente, professora, compositora e que, aos poucos está sendo conhecida em seu estado Maranhão.

Nesta direção, definimos o seguinte problema de investigação: como a temática afro-feminina e o fenômeno educativo se manifestam no pensamento produzido por Maria Firmina dos Reis nas obras *Úrsula* e *Cantos à beira-mar*?

Em vista disso, as questões que norteiam a pesquisa e que serão respondidas no decorrer do nosso estudo são: como se apresenta o pensamento produzido por Maria Firmina dos Reis em suas obras *Úrsula* e *Cantos à beira-mar*? Como a temática afro-feminina e o fenômeno educativo se materializam nas obras *Úrsula* e *Cantos à beira-mar* de Maria Firmina dos Reis? O que se pode aprender com a história de Maria Firmina dos Reis e suas obras? São questões que surgiram com o intuito de contribuir com a perspectiva literária da mulher e do negro na contemporaneidade. E que sabemos que seu alcance pode ser maior, haja vista as áreas sociais que abrange.

Para que nossos propósitos se concretizem na Educação, o objetivo principal desta pesquisa consiste em: Analisar a temática afro-feminina e o fenômeno educativo no pensamento produzido por Maria Firmina dos Reis em suas obras *Úrsula* e *Cantos à beira-mar* e suas ressonâncias na sociedade. Além dos objetivos específicos descritos a seguir: caracterizar o contexto histórico do pensamento produzido por Maria Firmina dos Reis em suas obras; identificar nas obras *Úrsula* e *Cantos à beira-mar*, de Maria Firmina dos Reis, as relações entre raça, gênero e educação e possíveis contribuições ao ensino de Literatura; produzir um *e-book* contextualizando raça, gênero e educação em *Úrsula* e *Cantos à beira-mar* de Maria Firmina dos Reis.

A metodologia aplicada para a realização desta pesquisa é a qualitativa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que serão analisados três temas que estão em

evidência nas obras literárias *Úrsula* e *Cantos à Beira-Mar* de Maria Firmina dos Reis: raça, pois se trata de uma obra escrita por uma negra, em um período que o negro ainda era escravizado; gênero, mais especificamente o feminino, quando a mulher não podia participar de questões sociais; educação, algo também garantido a poucos na mesma época. A análise consiste ainda em fazer uma correlação com a contemporaneidade, de modo a compreender a voz da mulher negra Maria Firmina, que também era professora, com a mulher negra dos dias atuais e o seu pensamento educacional. A análise literária, segundo Moisés (2007, p. 13), é definida como “um processo de conhecimento da realidade [...]. De onde a análise literária consiste em desmontar o texto literário com vistas a conhecê-lo nos ingredientes que o estruturam”. Neste caso, trata-se de aprofundar um texto literário existente sobre outras possíveis perspectivas com questões relevantes para a sociedade.

Sobre o produto técnico resultante deste estudo, foi elaborado um *E-book* com o resumo da história de Maria Firmina dos Reis, tanto em texto quanto em quadrinhos, com a ideia de alcançar não somente a comunidade acadêmica, mas sobretudo a educação básica, por meio de uma linguagem simples. Trata-se de uma sinopse das obras literárias da autora, com enfoque, a partir de uma análise literária, nas questões de raça, gênero e educação existentes em *Úrsula* e *Cantos à beira-mar*, de modo a contribuir com o conhecimento histórico e literário de Maria Firmina dos Reis.

Destarte, para melhor compreensão dessa pesquisa, faz-se necessário estudar períodos históricos que respondem às lacunas sociais, sobretudo quando minorias foram submetidas a humilhações. Assim, estruturamos a dissertação em cinco capítulos, em que o primeiro corresponde à introdução, norteando os principais passos que organizam as ideias do trabalho, além da metodologia aplicada. O segundo é um recorte de lembranças da autora desta pesquisa embalado pela Literatura, denominado “Gênero e raça como questões emergentes na formação de uma leitora literária” em que é feito em primeira pessoa para compreensão da escolha desse objeto de pesquisa, mas principalmente para evidenciar a Literatura como “salva-vidas” de alguém que recorreu ao seu conhecimento e resolveu modificar sua história com a arte. A partir da autoanálise surgiu a pequena autobiografia que revela alguns dos grandes nomes da Literatura, inclusive de Maria Firmina dos Reis; além de textos poéticos escritos pela autora desta pesquisa.

O terceiro capítulo corresponde à fundamentação teórica, compreendendo o “Pós-colonialismo e decolonialidade como perspectivas críticas de reflexão”. É a partir

dele que percebemos o quanto a colonização, sobretudo sob a perspectiva eurocêntrica, fez com que grupos minoritários (afrodescendentes, indígenas e mulheres) fossem impedidos de viverem a sua independência, de contarem a sua história com suas respectivas culturas e verdades. Pois o período colonial trazia uma escrita que correspondia a visão dos europeus; acrescido na escrita pós-colonial e decolonial, iniciou-se uma mudança de pensamentos em relação a cultura imposta pelos europeus. Os principais autores deste capítulo são Luciana Ballestrin (2013; 2017), Walter Mignolo (2003; 2005; 2017); Gayatri Spivak (2014). Conhecemos também a partir deste capítulo sob a perspectiva do negro e da mulher o motivo das divisões raciais, de classes e de gêneros. Além das divisões territoriais que surgiram em meio a um dos períodos mais críticos da sociedade pela luta de poder e de riquezas.

No quarto capítulo nos aprofundamos na “Literatura afro-brasileira: das relações entre raça, gênero e educação”, embasado pelos estudos de Aníbal Quijano (2005). Há ainda tópicos que vão ao encontro da realidade literária concernente à colonialidade, são eles: Ideias sobre raça: colonialidade do poder; Gênero e Educação: colonialidade do ser; e, A literatura afro-feminina no Brasil: colonialidade do saber e resistências. Tais relações assinalam as dificuldades que raça e gênero ainda encontram para se posicionar em meio à sociedade que tem resquícios eurocêntricos; e que, apesar de limitações impostas, vêm ganhando seu espaço na Literatura e nas demais artes.

O quinto capítulo apresenta a história de vida de Maria Firmina dos Reis, os contrastes em torno de seu nascimento e da sua ascendência, sua formação educacional que lhe proporcionou grande conhecimento na Língua Portuguesa e nas Artes, bem como, as alegrias e sofrimentos relacionados ao período em que foi professora, ou seja, sua história de vida. O capítulo consiste ainda nas análises sobre raça, gênero e educação encontradas nas obras *Úrsula* e *Cantos à beira-mar*, dois livros distintos, um de romance e outro de poemas, e que tem como título “O pensamento produzido por Maria Firmina dos Reis em *Úrsula* e *Cantos à beira-mar*”. Os subtítulos são: “Quem foi Maria Firmina dos Reis?”; “O pensamento de Maria Firmina dos Reis sobre gênero e educação”; e, “A temática ‘afro-feminina’ e o fenômeno educativo nas obras *Úrsula* e *Cantos à beira-mar*”. É a partir desse capítulo que será realizado o *E-book* (livro paradidático), pois consiste numa apresentação mais didática para a sociedade sobre Maria Firmina dos Reis e as obras supracitadas.

E por fim, temos a conclusão, que corresponde ao que se espera ter alcançado a partir dos objetivos propostos, bem como o produto que será apresentado ao curso de mestrado da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

2 GÊNERO E RAÇA COMO QUESTÕES EMERGENTES NA FORMAÇÃO DE UMA LEITORA LITERÁRIA

Admiro os que escrevem e conseguem transformar palavras em poesias. Quando fazem a arte se sobrepor à realidade e tudo se modifica. Quando conseguem exercer o poder da escrita e causar encantamento nas pessoas. Eu admiro as palavras escritas em todos os gêneros, em todas as literaturas, em todas as linhas imaginárias ou não em que elas são sobrepostas, pois foi assim que me deparei com minha essência literária, principalmente de leitora.

Meu primeiro contato com as letras ocorreu quando eu tinha três anos de idade e fui para uma escola em Imperatriz/MA que era a casa de uma professora: Dona Aldenora; atualmente é vista de vez em quando próxima à casa que chamávamos de Casa do ABC, na mesma cidade. Como tive facilidade para aprender o alfabeto, formar as palavras e frases, logo me encontrei lendo tudo por onde passava. Minha mãe, Ana Maria, acostumou-se àquela menina que conseguia se expressar melhor ao ler, já que era tímida. Inclusive, a recordação que mais tenho sobre brincadeiras é debaixo da mesa com alguns brinquedos e livros.

Aos dez anos de idade, já tinha percebido que a leitura era meu forte e que as letras me acompanhariam nessa jornada que é a vida. Um dia, ao visitar minha tia Francisca, irmã de minha mãe, na estante de sua casa encontrei um livro de Literatura Infantojuvenil com uns desenhos interessantes, e naquela época eu estava aprendendo a desenhar com meu padrinho de batismo Geuvar, que também é meu primo. Assim, ao perceber que se tratava de uma história com desenhos em algumas páginas, rapidamente o li. O livro era *A droga da obediência*, de Pedro Bandeira.

Aquele livro foi só a porta de entrada para que eu me interessasse mais ainda por todo tipo de conteúdo. Contudo, as histórias fictícias me chamavam mais atenção, e na época, principalmente mitologia grega e romana. Assim, li meus livros da escola, os das minhas irmãs Tatiana e Ângela, respectivamente mais velha e mais nova, li as coletâneas de pesquisa que tinha em casa. Percebi que havia outros livros literários na estante da minha tia, mas não eram mais livros com figuras, e ainda assim resolvi conhecê-los. Sem saber estava ingressando nos clássicos da Literatura: *Cinco Minutos* e *Senhora*, de José de Alencar; *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo; *Dom Casmurro*, de Machado de Assis; *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo (autor maranhense); *dentre* outros.

Na escola conheci a biblioteca e passei a visitá-la com frequência, encontrei livros com autores de renome internacional, dentre alguns que marcaram minha adolescência: *Diário de um adolescente hipocondríaco*, de Aidan Macfarlane e Ann McPherson; *Don Juan de Marco*, de Jean Blake White, além de outros que me faziam permanecer na biblioteca. As histórias internacionais despertaram em mim o interesse pelas línguas estrangeiras e contribuíram com meus estudos na educação básica.

Por iniciar relatando sobre o que a Literatura representa em minha vida, apresentar-me-ei com alguns detalhes autobiográficos. Nasci em São Luís, no dia 13 de abril de 1981, porém, meus documentos foram registrados com a data de 13 de dezembro do mesmo ano. Eu estava morando com minha avó Idalina [*in memoriam*], já que minha mãe estava em Imperatriz à procura de uma vida melhor. E em Imperatriz encontrou mais oportunidade como auxiliar de enfermagem e posteriormente como técnica em enfermagem. Considero-me mais imperatrizense por ter vivido praticamente a vida toda em Imperatriz/MA. Sou a quarta filha de seis. Mas vivi apenas com duas irmãs, além de minha avó e minha mãe. Cresci sendo a filha do meio. Por ser muito tímida entrei no teatro da igreja católica com o intuito de melhorar algumas atitudes; a partir dele me interessei em ser catequista para falar em público. Isso contribuiu para que eu me expressasse melhor e também a usasse minha criatividade.

A escrita passou a circundar mais ainda minha vida. Eu já escrevia e compunha músicas desde os dez anos de idade, mas a partir dos 13, foi a época que desenvolvi uma autoconfiança. Foi nesse ambiente, principalmente, que desenvolvi meu lado artístico. Embora eu já tivesse sentido vontade de aprender violão e canto, os grupos facilitaram esse aprendizado. Enfatizo que a arte provoca mudanças em nossas vidas e sentimentos que melhoram nosso bem estar.

Quando surgiu o desejo de ingressar na vida acadêmica, meu objetivo era Comunicação Social (Jornalismo), profissão que eu admirava desde criança. No entanto, meu sonho teve de mudar, já que não existia o curso ainda em minha cidade e eu não podia sair para estudar longe de minha família. Optei por Letras (Português e Literatura) na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Fui aprovada apenas na terceira tentativa. E em 2004 eu estava conhecendo mais detalhadamente nomes da Literatura e me aprofundando nas interpretações das macros e microanálises. Nesse tempo conheci alguns dos meus livros preferidos: *O Perfume - A história de um assassino*, de Patrick Süskind; e *A insustentável leveza do ser*, de Milan Kundera.

Destaco um livro que o professor pediu para que lêssemos e fizéssemos a microanálise: *A hora da estrela*, de Clarice Lispector. Com aquele estudo aprofundado eu percebi como a arte poderia conversar nas entrelinhas. Coisas que não achei que encontraria observando apenas algumas palavras, alguns contextos. A Literatura realmente mudava vidas e eu estava no lugar certo. Até mesmo com a complexidade de *A paixão segundo G.H.*, da mesma autora, eu vivi a minha experiência, algo único. Acredito, inclusive, que foi um dos livros que me inspirou a terminar meu livro sobre questionamentos e situações da vida. Um dos trechos mais comentados é também um dos meus favoritos de Clarice:

Essa imagem de mim entre aspas me satisfazia, e não apenas superficialmente. Eu era a imagem do que não era, e essa imagem do não ser me cumulava toda: um dos modos mais fortes é ser negativamente. Como eu não sabia o que era, então “não ser” era a minha maior aproximação da verdade: pelo menos eu tinha o lado avesso: eu pelo menos tinha o “não”, tinha o meu oposto. O meu bem eu não sabia qual era, então vivia com algum pré-fervor, o que era o meu “mal” (LISPECTOR, 2009, p. 30).

Senti-me mais próxima das histórias literárias contadas por mulheres. Acredito que a voz feminina tenha aspectos que nos interligam, ou seja, há similaridade de pensamentos. Não é só questão de representatividade, é se encontrar naquela fala, na forma, nos traços femininos. A identidade da mulher concentra muitos sentimentos que a arte consegue esmiuçar com palavras, gestos, atitudes. E na Literatura é encantador imaginar e descobrir o texto e o contexto junto às falas de mulheres que se dispuseram a partilhar sensações. As análises literárias das escritoras me despertaram para o meu lugar de fala na sociedade e de muitas outras mulheres.

Aos poucos estudei as histórias de muitas outras autoras e vi o quanto eram fortes e conseguiam conquistar espaço num ambiente em que o homem predominava. Entendi com isso a importância da representatividade. Negros, mulheres e outras minorias precisavam de mais representantes na sociedade e em todos os ambientes. Foi o que contribuiu para eu entender meu lugar na sociedade, já que sou negra, mesmo tendo pele branca. Em minha certidão de nascimento consta “branca”, no entanto, meus traços são negros. Digo sempre que 80% da minha família é preta. Para eu me autodeclarar negra na sociedade é muito complexo, pois, dizer entre pessoas sem conhecimento sobre fenótipo e genótipo, é mais complicado. Acredito que são muitas as pessoas com essas características, mas que não se reconhecem ou mesmo não sabem que são negras, iguais a mim antes de estudar sobre. No Brasil,

principalmente nas pesquisas demográficas, a autodeclaração é aceita, o que pode apresentar um número contraditório ao analisarmos a miscigenação que há no país.

Em 2008 adquiri a licenciatura, mas não optei pela Educação. Meu desejo era outra graduação. Contudo, por uma questão de necessidade, resolvi me abrir às oportunidades que surgiram nesse tempo. E assim, minhas primeiras turmas eram de Espanhol e Inglês. Conhecimentos que adquiri assim que concluí o curso da UEMA. Na verdade, eu ainda estudava as línguas estrangeiras na época que me chamaram para dar aula. Não tinha muito conhecimento, mas resolvi arriscar. Isso me fez crescer muito como professora. E só depois comecei a ensinar Português, Literatura e Redação, referentes à minha formação.

Sobre ser professora, lembrei-me que desde criança eu já ensinava meus colegas da escola a fazerem as atividades, principalmente nas disciplinas de Português e Matemática. Em um desses momentos quis usar a criatividade para que meus amigos aprendessem o alfabeto e compus a música “Rock do ABC”, dentre outras que fiz com o intuito de facilitar o aprendizado. Foi uma época também em que eu me descobri como poetisa. Isso me incentivava a escrever e a aprofundar minha escrita. Inclusive, meus pedidos de “amigo secreto” eram sempre um caderno ou diário para eu registrar meus versos. Muita gente não entendia. Mas eu queria registrar os momentos que me despertavam algo mais da vida.

Ainda sobre a Literatura, é interessante observar que eu não gostava de conhecer os períodos, os gêneros, as histórias que envolviam cada momento literário, o meu interesse era puro e tão somente nas leituras dos livros, nas narrativas, nos poemas, nas personagens. Isso remete ao que alguns estudiosos da Literatura tanto criticam: um ensino centrado na forma, não no conteúdo. Quando nos aproximamos, com isso, da concepção de Leitura como Prática Social. Já que ainda insistimos num ensino de Literatura descontextualizado dos problemas sociais, da realidade, e muito formal, com pouco espaço para uma perspectiva de crítica social.

Com isso, tentei participar de concursos literários. O primeiro que participei foi com o livro *Por dentro*. Eu o iniciei quando tinha 17 anos de idade, mas concluí quase dez anos depois, pois escrevia num caderno e com o tempo não senti inspiração para continuá-lo, somente após a compra de um computador foi que voltei a escrever, mas o perdi novamente quando perdi meu e-mail em que ele estava salvo; isso me fez reiniciá-lo e adaptá-lo para o concurso, já que antes era só um monólogo, e eu queria participar na categoria romance. Hoje percebo que não era tão bom para o evento,

pois eu tinha muito a aprender ainda. Mas a partir dele me conectei com minha intimidade e senti orgulho de algumas partes. Eis um trecho:

Se eu não encontrar novamente os sorrisos e gestos que me envolveram em sonhos, ou se eu me prender nas histórias infantis que foram recortadas por mim, eu continuarei... Vou calçar a sandália, vestir o simples e andar de bicicleta. Tomarei um banho de sol e me refrescarei no riacho – vou admirá-lo também. Se ao som de “Here comes the Sun” eu caminhar sem rumo, vou apagar os rastros deixados pela saudade para viver o novo. Caminharei para ser encontrada por alguém que toque violão e entenda de poesias. Quero concretizar as paredes que criei e sentar na calçada num fim de tarde de segunda-feira para ver meu filho brincar com seu pai. Eu quero desenhar um relógio no braço. E quero pintar a casinha da infância. Se eu sentar no sofá da sala para assistir TV e não aparecer ninguém para deitar no meu colo, mais uma vez recorrerei à música para evidenciar as circunstâncias. Então deixarei que meu abraço, meu beijo, meu aconchego sejam guardados dentro de alguém para me ouvir na sua voz. Se eu não me encontrar na liberdade, buscarei asas em mim e usarei os degraus que sempre estiveram em minha frente para alçar voo [...] A regra é quebrar regras em algumas ocasiões. Isso não me torna rebelde ou insensato, aliás, chega a trazer uma sensatez à vida. Viver intensamente uma brecha que me foi apresentada regula a ideia de liberdade e me caracteriza em um ser consequente às oportunidades, visto que pode me fazer bem ou mal. Dessa forma descubro o mundo e o mundo me descobre. E ambos partilhamos conquistas.

Nos últimos anos só tenho escrito versos simples que posto numa rede social. Também adquiri gosto pela pesquisa científica. Nesse tempo de descobertas, mais uma vez a Literatura me salvou, descobri outros nomes da Literatura, inclusive de Maria Firmina dos Reis, uma mulher importante para a sociedade, negra, professora e autora de obras literárias e musicais. Foi pela vontade de ler que conheci a protagonista da minha pesquisa e toda a sua história. A assiduidade da leitura, de ser uma leitora literária, causou um impacto que refletiu a minha realidade. Nesse encontro eu fui feliz por permitir o conhecimento e me encontrar nas entrelinhas de autores que me inspiraram em todos os sentidos. Rildo Cosson (2007) pontua que o nosso corpo é a soma de vários outros corpos. Ao corpo físico, somam-se um corpo linguagem, um corpo sentimento, um corpo imaginário, um corpo profissional e assim por diante. Somos a mistura de todos esses corpos, e é essa mistura que nos faz humanos. Nessa direção, Antunes (2012) destaca que a Literatura é a saída encontrada pelo homem para libertar-se da ‘servidão’ imposta pela linguagem; é a trapaça que lhe resta.

Desse modo, senti a necessidade de contribuir, mesmo que timidamente, com a divulgação da Literatura afro-feminina, mais especificamente. Acredito que a valorização é incentivadora de novas histórias felizes. No caso de Maria Firmina dos Reis, mesmo que não tenha sido valorizada enquanto viva, outras pessoas, a partir

do seu legado intelectual, ganharão novos saberes. Posso dizer que já sonhei em ser uma escritora conhecida mundialmente. Não sei se fui ambiciosa demais ou que isso soou como soberbo. Mas, de fato, meu interesse é alcançar outras vidas por meio da Literatura. Esta que, independentemente de novidades tecnológicas, ainda causa muito prazer em quem a recorre para relaxar ou expressar seus sentimentos. E antes de finalizar minha história, destaco uma crônica escrita ano passado (2021) para um concurso literário. A crônica consiste na importância que dão à “liberdade” da mulher.

Casamento de salvação

É o sonho de toda mulher casar. Alguém disse isso. Outros repetiram essa fala. Outros interiorizaram esse discurso. E as outras ainda pensam sobre o que os outros pensam. E começam a acreditar que todos pensam que elas querem sair de casa para casar. Elas querem coisas e coisinhas, talvez casar não seja grande coisa para algumas... grande coisa, tsc, tsc, tsc!

Namora para casar. É o que ela ouve. Não sei se falam isso para ele também. Já que em alguns casos ele não pode casar com todas que namora ao mesmo tempo. Provavelmente o tempo encontrou mais resposta para o homem. E a mulher é que tem que ser sempre fiel e justa para encontrar um marido que a queira.

Disseram ainda que aquela que não casou ficou para titia, difícil é entender essa frase. Vai que ela quer ser só titia mesmo. E se quiser morar com a titia, talvez seja mais interessante que casar. Talvez elas viajem muito ou apenas dividam a casa e as coisas. E pode ser também que queira namorar a titia, não necessariamente a sua. Talvez a tia da escola. Ou a tia de outra pessoa. Talvez com a titia encontre uma resposta melhor para casamento.

Porque esse negócio de casar é uma coisa que casa com qualquer fala: “quando casar sara”, “quando casar muda”, “quando casar vai entender”. Tadinho dos religiosos! nunca ficarão sarados, nunca mudarão, nunca entenderão. O que será que tem de diferente no casamento que dão tantas respostas para ele? Sendo que ele é a pergunta corriqueira.

Talvez aquela menina que era a mais bonita do colégio casou ou não. E a feia também foi pedida para assinar os papéis junto àquele que ela não imaginava que pudesse notá-la ou amá-la. Toda vez que uso essa palavra penso em mala. A mala que levaram para a nova casa, a mudança que foi idealizada com o casamento, o casamento que vai sempre se resumir à mala, da chegada ou da saída. Em algum momento ela será usada novamente...

E se quem casou não ficou sarado? E ainda está esperando o ralado no joelho sumir para inventar uma nova desculpa de casamento. Pois nem todos dizem o que fazem entre quatro paredes... não pense bobagens. Trata-se da convivência. As quatro paredes que podem ser aumentadas para uma entre os dois que casaram. A parede que somente os dois criaram quando entraram em suas casas depois de terem visto que não era aquele sonho de casa ou casamento.

É bem provável que ele tenha se mostrado que não era para casar, mas ela lembrou da frase de quando casar muda, então acreditou que isso ia acontecer. Na verdade, aconteceu. Ela casou e ficou muda. Ele não a deixa fazer muitas coisas. E só jogou o pacote de arroz nela para lembrar do casamento quando jogaram esses grãos... deixou até uma corzinha nela, é roxa.

Nossa! Ninguém falou que tinha isso. Só queriam que ela casasse. Casa, menina! Deixa de ser besta! Casa logo! Então ela está lá sem essas pessoas...

Mas parece que eles vivem tão bem. Olha como ele a trata na frente das pessoas! Ele comprou até um novo fogão e novas panelas, aquelas que precisam arear para as visitas perceberem que ela é uma mulher dedicada. Não acredito que ele tenha feito maldade. Pode ser que ela o tenha provocado com uma roupa mais curta, que não é de senhora casada. Ou então deixou a casa desarrumada enquanto ele foi para o trabalho. Pode ser também que ela passou o dia em frente à televisão ou navegando na internet, e quando ele chegou o jantar não estava pronto. Homem trabalhador tem que ser bem tratado.

Ela casou e tem que trabalhar também. E quer trabalhar. Ela desenvolve bem qualquer atividade. Mas tem que dar conta da casa. Afinal, a casa é responsabilidade dela. Foi o que disseram mais uma vez. “Quem casa quer casa”. Outra frase pronta para a resposta do casamento. Pena que o nômade não vai casar. Muito menos o andarilho. O hippie já escolheu essa vida mesmo. Eles não querem casa. Por isso não casam.

Aquele casal que não casou. Os dois estão morando juntos apenas. Ah, é verdade! Assim não tem nenhum direito, muito menos pedido de bens. Os dois têm apenas um relacionamento desprendido de obrigações. Quem precisa de aliança se se pode viver como solteiro?

Casa, mulher! Quando os filhos vierem vai ser melhor. E foi assim que ela engravidou antes de casar. Não! Não foi de propósito. Mas o golpe da barriga existe, disseram. Agora tem que casar mesmo. É certo que ele pode até dizer que não está preparado para ser pai, que ela deve entender. Os dois foram imaturos e inconsequentes. Mas a responsabilidade maior foi dela.

Então ela casou. Descasou. Casou novamente. Eita! Não segura um homem. Deve ter algum problema com ela. Provavelmente é desleixada. Será que foi chifre? Não dá para imaginar que uma mulher dessas vai perder um homem desses... perdeu.

Os dois poderiam ser felizes juntos, já que ele era rico. Mas ela escolheu aquele que dizia que amava. Sentimentos vêm num relacionamento movido a dinheiro, não incertezas, disseram novamente que isso era casamento. E ela foi ser feliz pobre. Não dá para entender.

Não acredito que aquela mulher mora sozinha e não tem filhos! Toda mulher quer casar. Toda mulher quer ter filhos. Até nos relacionamentos homossexuais querem ter filhos. É difícil compreender. Deve ser trauma. Outro homem resolve isso. Disseram... e outra vez disseram. Até mulheres disseram coisas sobre outras mulheres.

E com tantas histórias ainda vão dizer: mulher, casa para saber.

A crônica traz questões em que se deveria pensar mais a respeito da mulher e seus dilemas. Certamente tem-se debatido nos últimos anos acerca da mulher, colocando-a em lugar de destaque na sociedade. No entanto, ainda há pendências sociais para com esta, que são resquícios de uma sociedade que carrega em seu histórico o peso do patriarcalismo.

O casamento é uma alusão às situações em que a mulher é cobrada por ser mulher. Em que ela é cobrada por seus sonhos e pelos sonhos dos outros, numa responsabilidade que abrange todas as áreas. Diehl (2002) pontua que durante décadas, a mulher era valorizada pela capacidade ou não de casar. Atualmente, ela é mais exigente, tanto na satisfação conjugal quanto sexual.

As mulheres da crônica e Maria Firmina dos Reis poderiam concordar em muitos pontos que foram apresentados na crônica, mas sobretudo o sentimento de liberdade. Ser livre para fazer o que de fato as fazem felizes. Assim, desejo também que minha história seja um bom exemplo para muitas outras mulheres.

3 PÓS-COLONIALISMO E DECOLONIALIDADE COMO PERSPECTIVAS CRÍTICAS DE REFLEXÃO

A colonização, no sentido de exploração de novos territórios, ocorreu em todo o mundo, mas nossa pesquisa se reportará ao continente africano por ser o mais diversificado e pelo contexto deste para a pesquisa. Além de que, os episódios de dominação do continente africano foram mais agravantes pela questão racial e porque este esteve mais em evidência nas questões econômicas. Para Said (2005a), a luta no mundo colonial é uma luta complexa, pois envolve muito mais do que armas e exércitos, envolve também ideias, formas, imagens e representações.

O continente africano tem características físico-morfológicas, cultura, raça e vegetação que o distinguem como berço da humanidade. Foi a partir dele que os primeiros *Homo sapiens* saíram e se espalharam pelo mundo (PACHECO, 2008). Isso se estabelece pela diversidade humana que ocorre em todo o continente, pois no Norte da África a maioria da população é branca e corresponde aos povos do Egito, Líbia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Saara Ocidental. Enquanto a outra divisão é formada por sudaneses e bantos, onde a população é predominantemente negra, também conhecida como África subsaariana (ASSUMPTÃO, 2008).

Além da diversidade ser um fator preponderante na compreensão de como o continente africano foi construído ao longo da História, onde grandes eventos envolveram reinos e descendentes, sua influência e, conseqüentemente, interesse de outros países ocorreu devido ao conhecimento que seus habitantes possuíam sobre a agricultura e comércio, dentre outros fatores sociais que foram determinantes para a exploração de riquezas pelos colonizadores. Em vista disso, os europeus procuraram se estabelecer em muitos países desse continente.

Destaca-se que o colonialismo do século XIX, entendido aqui como estrutura de dominação e de exploração, manifestada no controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada (QUIJANO, 2007), baseou-se em uma série de premissas que funcionaram de maneira definitiva para compor o fenômeno: no plano econômico, a busca de riqueza e expansão comercial; no plano ideológico, a necessidade de justificar a exploração; no plano político, uma série de instituições foram colocadas para servir aos colonos para manter o poder na metrópole.

Assim, a colonização “enquanto sistema de negação da dignidade humana, simboliza um imenso espaço-tempo de sofrimento, opressão, resistência e luta” (MENESES, 2019, p. 116). A autora complementa ainda sobre o colonialismo, observando que se trata ainda de uma construção conceitual que produz políticas violentas, em que algumas interpretações dependiam das relações de poder para justificar intervenções em alguns lugares. Se nas potências coloniais este ato era justificado e legítimo para a expansão do projeto eurocêntrico de civilização, então para os colonizados, por sua experiência, o colonialismo expressava a barbárie. Conforme Aimé Césaire (1955), com o colonialismo, foi imposto a milhões de pessoas o medo, a inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero e a subserviência. E ainda se falava de “milhões de homens arrancados de seus deuses, de sua terra, de seus hábitos, de seu modo de vida, da vida, da dança, da sabedoria”¹ (Ibidem, p. 1313, tradução nossa).

O colonialismo também, como fenômeno, precede o capitalismo como sistema mundial e o acompanha como “política” em vários estágios de seu desenvolvimento. Nas Ciências Sociais ocorreu uma reflexão crítica, provocando, portanto, as lutas revolucionárias e anticoloniais, surgindo posteriormente a colonialidade. Na modernidade, o colonialismo está relacionado à colonialidade. São conceitos inter-relacionados. A colonialidade se manifesta, principalmente, a partir da ideia de raça, com base num conjunto de relações de poder que hierarquizam lugares e povos, classificando-os de acordo com um suposto grau de evolução e desenvolvimento, centrados no pensamento do colonizador. Ademais, acrescenta-se ainda o imperialismo² como produto do capitalismo e o colonialismo como produto do imperialismo, que se desenvolveram em diferentes direções; e que tiveram de lidar teoricamente com seus vínculos com a crise, a sobrevivência e o estágio do capitalismo (FERREIRA, 2014; BALLESTRIN, 2017).

A presença dos britânicos e dos franceses no início do século XIX marcou o continente africano, mais precisamente no período em que havia tentativas modernas

¹ Texto original: “millions d’hommes arrachés à leurs dieux, à leur terre, à leurs habitudes, à leur vie, à l’avie, à la danse, à la sagesse”.

² O imperialismo, segundo Hobson (1981), é um processo social parasitário através do qual existem interesses econômicos dentro do Estado, usurpando as rédeas do governo, promovendo a expansão imperialista, explorando economicamente outras pessoas, extorquindo suas riquezas para alimentar os luxos do Estado.

de perpetuar o colonialismo enquanto se falava em liberdade (N'KRUMAH, 1967 apud LOPES, 2011). Os colonizadores da França e da Inglaterra estavam principalmente no Egito, pois seus interesses eram voltados para a localização estratégica da rota para o Oriente Médio; enquanto os espanhóis dominavam poucas regiões da África subsaariana – conhecida também por um tempo como África Negra –, haja vista a resistência dessa região, mas que com o tempo foi corrompida pelo tráfico negreiro. Outros países como Itália, Alemanha e Espanha também buscavam dominar alguns territórios africanos. Nisso, com tantas ocupações, sobretudo na região Sul, o continente africano se encontrou sob o jugo da colonização europeia; (CHAGASTELLES, 2008).

Sobre a dominação europeia, Quijano (2005) elucida que a Europa não somente controlava o mercado mundial, como impunha seu domínio colonial às regiões invadidas, o que desenvolveu nos europeus o eurocentrismo; este, “[...] (como conhecimento imperial cujo ponto de origem foi a Europa) poderia ser encontrado e reproduzido nas colônias e ex-colônias, assim como em locais que não foram diretamente colonizados (rotas de dispersão)” (MIGNOLO, 2017, p. 12).

Quijano (2005) destaca as situações ocorridas nas apropriações territoriais:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. [...] Em terceiro lugar, forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa (QUIJANO, 2005, p. 121).

Observamos que esse período foi marcado pela apropriação das riquezas de povos que já tinham uma história e construíam novos projetos baseados em suas realidades. E que, no entanto, conforme as colonizações dos europeus, de todos aqueles que impuseram os interesses econômicos acima da razão e da vida, houve uma lacuna na história daqueles que foram tomados abruptamente pela ganância europeia.

Assim o resgate da memória de um povo se tornou uma necessidade social, cultural e histórica, pois compreendemos que a lacuna que os colonizadores deixaram envolve também um grande período de injustiças praticadas antes do colonialismo.

Macedo (2008) destaca que o continente africano abriga uma variedade de povos e culturas há milhares de anos, mas a partir do século XX passou a ser estudado com maior profundidade. Classificar sua história como pré-colonial, colonial e independente, apenas limitaria sua história à historicidade do imperialismo europeu na perspectiva dos colonizadores.

Sobre esse período de explorações territoriais no continente africano, evidenciamos a fala de Fanon (2005, p. 52) ao dizer que “Foi o colono que fez e continua a fazer o colonizado”. Estas palavras mostram o posicionamento de quem infere sobre o período colonial, em que este tempo estava voltado para as concepções eurocêntricas, e o que era colonizado, na condição de submisso, padecia com as situações impostas pelo colonizador.

Destacamos a importância do martinicano, psiquiatra e filósofo Frantz Fanon, como um dos negros protagonistas revolucionários do colonialismo que, a partir de suas concepções sobre a identidade do negro e sua relação com outros povos, percebeu as diferenças advindas de questões concernentes à divisão social, tornando-se, portanto, um dos precursores de livros sobre raça, racismo, colonialismo e identidade cultural (STREVA, 2015).

Assim, a respeito do colonizador e do colonizado, em sua obra *Os condenados da Terra*, Fanon (2005, p. 39) destaca:

O mundo do colono é um mundo hostil, que rejeita, mas ao mesmo tempo é um mundo que causa inveja. Vimos que o colonizado sonha sempre em se instalar no lugar do colono. Não em se tornar um colono, mas em substituir o colono.

As palavras demonstram o quanto nós negros, em especial, viviam sob o domínio europeu. As condições não lhes eram favoráveis pela hostilidade causada por quem dominava os povos. No entanto, Fanon causa algumas reações que são desde nos sentirmos colonos a colonizados com suas colocações, isso porque apresenta as situações de ambos, mas em algumas é bastante revolucionário: “A humanidade espera de nós uma coisa bem diferente dessa imitação caricatural e, no conjunto, obscena [...] Se queremos corresponder à expectativa de nossos povos, temos de procurar noutra parte, não na Europa” (FANON, 2005, p. 275).

Nessa direção, Selis e Souza (2021) argumentam que

Ao conceber a violência enquanto práxis totalizante, Fanon nos move hermenêuticamente. Afinal, a nós, leitoras e leitores do Terceiro Mundo, o texto desafia igual dialética: primeiro, choca-nos com a defesa não dissimulada da violência sanguinária dos colonizados – e pela sensação de espanto nos faz colonos. Depois, ao nos sentar junto aos nativos, o autor

justifica o ódio por tamanha repressão colonialista – e pela dor compartilhada nos vemos colonizados. Ao fim, já convencidos da violência “vingativa”, Fanon nos confronta com a prescrição da superação de tal espontaneidade reativa, que deve ser canalizada pela violência diretiva, política e emancipadora. Nessa passagem, entre inconsciente e consciência, Fanon sugere que nos vejamos, então, como síntese (p. 62-63).

As autoras ainda enfatizam que parte dos movimentos anticoloniais tiveram uma profunda autodeterminação, imbuídos de um desejo de liberdade nacional para os não ocidentais. A partir dessas e outras observações de Frantz Fanon e outros que se juntaram aos seus ideais a revolução foi iminente, o que contribuiu para que surgissem análises mais profundas sobre questões raciais, dentre outros assuntos correspondentes às imposições europeias.

Após o período de maior força do colonialismo, os invasores territoriais se viram em situações divergentes e suas medidas autoritárias perdiam domínios, já que os problemas sociais, ou seja, disputas entre nativos e colonizadores no século XX, após a Segunda Guerra Mundial, ganhavam mais forças, contribuindo para a perda de territórios dos colonizadores. Assim, as dominações tiveram de ser readaptadas para que a Europa ainda mantivesse o poder. Com isso, surgiu posicionamento do colonizador a favor das mudanças com o intuito de “manter a paz”. Contudo, permaneceria agindo em conformidade com seus interesses (FIGUEIREDO, 2011).

Percebemos a partir dessas mudanças que aos poucos as questões abolicionistas iam sendo ajustadas à sociedade. Ou seja, os interesses dos colonizadores se moldavam à nova realidade que o período exigia. Oliveira (2008) destaca três fatores que contribuíram para o fortalecimento da abolicionista:

O primeiro, o clima político e intelectual do século XX, que teve expressão política no conceito de autodeterminação dos povos e no crescente respeito pelos direitos do homem, consubstanciado na Carta das Nações Unidas. Essa atmosfera internacional se fundava numa nova ética e, assim, possibilitou a plena atuação de um segundo fator: a tomada de consciência, pelos africanos, de sua própria força, concretizada numa efetiva ação emancipadora. O terceiro fator foi a substancial alteração do equilíbrio mundial do poder, decorrente do enfraquecimento e da perda de influência das metrópoles coloniais europeias. Após duas desastrosas guerras mundiais, a Europa Ocidental já não dispunha de força militar ou econômica para perpetuar a ocupação (OLIVEIRA, 2008, p. 186).

Com isso, as mudanças no continente africano foram ganhando novas perspectivas, sendo que as disputas territoriais permaneceram, por isso na atualidade há muitas divisões territoriais. Quando os europeus saíram das terras africanas, consoante Freund (1998 apud MENDONÇA, 2019), no final do século XIX, foi um processo histórico tão rápido e complexo quanto a divisão. Isso se deve em parte às

inter-relações mutáveis das forças políticas internacionais fora da África, mas também a uma mudança estrutural na demanda por capital, que ficou muito menos interessada em extrair a riqueza que era característica do sistema colonial africano no início. Até certo ponto, as negociações independentes chegaram ao estágio de uma nova aliança entre a emergente classe dominante indígena e as empresas ocidentais.

Ademais, o declínio da capacidade europeia em manter seu poder direto sobre as suas colônias asiáticas e africanas (após a Segunda Guerra Mundial), bem como as mudanças nas estruturas do poder internacional a favor dos Estados Unidos, possibilitaram uma nova onda de independências ao Sul do globo e o surgimento de reflexões teóricas denominadas de pós-coloniais.

Cabe-nos compreender o pós-colonialismo, que segundo Ballestrin (2013), abrange dois entendimentos:

Depreendem-se do termo “pós-colonialismo” basicamente dois entendimentos. O primeiro diz respeito ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX. Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiático e africano. A outra utilização do termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

O primeiro entendimento nos ajuda a compreendermos o processo o qual a sociedade passou, bem como o segundo, sendo que este último trata os estudos literários e culturais como uma forma mais profunda de entendermos as particularidades da sociedade, especialmente dos povos colonizados. Foi a partir do pós-colonialismo que surgiu um conjunto de contribuições teóricas provenientes dos estudos literários e culturais, que ganharam evidência a partir dos anos 1980. Na década de 1980, o debate Pós-colonial foi difundido no campo da crítica literária e dos Estudos Culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos. Os expoentes mais conhecidos no Brasil são Homi Bhabha (indiano), Stuart Hall (jamaicano) e Paul Gilroy (inglês).

No que se refere à produção literária, Bonnici (2012) comenta que o desenvolvimento da literatura pós-colonial se dá gradualmente: primeiro havia as obras literárias produzidas por viajantes a serviço do colonizador; num segundo se percebe que há obras produzidas por nativos que haviam sido educados na metrópole, mas estes ainda não possuíam consciência autônoma, pois escreviam de acordo com o cânone literário da cultura colonizadora; por último, houve a fase da

tomada de consciência nacional, de ruptura com os padrões estabelecidos pela metrópole. Assim, identificar as circunstâncias da estrutura criada para favorecer um seletivo grupo destinado a exaltar o conhecimento e cultura de um povo apenas, torna-se necessário para a compreensão da efetividade das literaturas contemporâneas, que corresponde a uma diversidade de estilos.

Os continentes asiático e africano sofreram mais para se desvencilhar das explorações imperialistas e neocoloniais (BALLESTRIN, 2013). Assim, partindo dessa proposição, busca-se uma retomada da história do continente africano, especialmente no contexto literário e cultural de uma época em que o gênero feminino não era tão evidenciado. Ademais, o que se compreende é que o eurocentrismo submeteu aos países dominados, identidades concernentes à realidade europeia. Sobretudo a Literatura fora atingida de modo a inferiorizar raças e gênero. Sendo que, a Literatura é o principal objeto de investigação dos estudos pós-coloniais (CÂNCIO, 2020). Nesse processo de mudanças, em que aqueles que eram colonizados se viram numa situação de resistência, a cultura ganhou outras perspectivas por ter sido a principal atividade a sofrer com os conceitos eurocêntricos.

O Pós-colonialismo aparece como precursor para o desenvolvimento do que se chamou de argumento pós-colonial que será radicalizado pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) (BALLESTRIN, 2013). É da desagregação ou rompimento desse grupo, como alguns preferem dizer, que emerge o pensamento decolonial, que se diferencia da teoria/projeto/Estudos Pós-coloniais. Sobre o pensamento decolonial compreende-se que...

[...] objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial (REIS; ANDRADE, 2018, p. 3).

Já a decolonialidade integra a seguinte tríade de conceitos: modernidade-colonialidade-decolonialidade, sendo cada categoria constitutiva uma da outra, ou seja, uma não pode ser pensada sem a outra, já que surgiram nos mesmos processos históricos. A decolonialidade rompe com a lógica monológica da modernidade e pensa a pluriversalidade como projeto universal. Este último conceito da tríade significa um tipo de atividade (pensamento, giro, opção) de enfrentamento à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade (GROSFOGUEL; MIGNOLO, 2008, p. 34).

Ballestrin (2013) estabelece ainda três fases do pós-colonialismo, em que a primeira corresponde ao Pan-africanismo, quando os escritos pós-coloniais estão intimamente ligados ao anticolonialismo revolucionário, às lutas de libertação nacional e aos movimentos de independência, especialmente na África e na Ásia; a segunda fase se refere ao Oriente Médio, incluindo a “Luta palestina”³, nas condições pós-coloniais, em que o neocolonialismo começou a ser debatido em sentido estrito temporal, antes de tudo como obstáculo à verdadeira descolonização; e a terceira está relacionada aos movimentos latino-americanos do final da década de 1990, em que se destacam os estudos decoloniais, e a perspectiva decolonial busca reviver as contribuições da América Latina para o pós-colonialismo anticolonial, ao mesmo tempo em que busca se afastar do cânone pós-colonial e trazer a América Latina para o debate e intensificar as críticas à modernidade e ao eurocentrismo (BALLESTRIN, 2017).

Houve também o envolvimento nas mudanças em torno de estudos culturais, de grupos que se encontraram em situações adversas a sua história, da resistência encontrada entre colonizador e colonizado e do modo que este último repensava as suas culturas e conhecimentos oriundos da historicidade dos povos. Desta forma, podemos dizer que

O projeto pós-colonial é aquele que, ao identificar a relação antagônica entre colonizador e colonizado, busca denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos. Como uma escola de pensamento, o pós-colonialismo não tem uma matriz teórica única, sendo associado aos trabalhos de teóricos como Frantz Fanon, Albert Memmi, Aimé Césaire, Edward Said, Stuart Hall e ao Grupo de Estudos Subalternos, criado na década de 1970 pelo indiano Ranajit Guha (ROSEVICS, 2017, p. 187).

Assim, a abordagem Pós-colonial se constrói sobre a evidência de que toda comunicação vem de algum lugar. Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e

³ A religião judaica diz que os territórios construídos por Israel são a terra prometida de Deus a Abraão e sua descendência. Foi ocupada pelos árabes, com o advento do Islã, mesmo depois de conquistar as cruzadas europeias e o domínio turco, esta terra entre o Rio Jordânia e o Mediterrâneo, é considerada sagrada por muçulmanos e judeus, por isso é disputada por legitimidade ou primogenitura. Não houve um momento de paz no Oriente Médio desde a Segunda Guerra Mundial. Após a criação do controverso Estado de Israel, acabaram por desencadear uma série de conflitos gerados por movimentos nacionalistas árabes que permaneceram sem solução, apesar dos esforços diplomáticos de ambos os lados e do exterior. Assim, o atraso no estabelecimento de um estado palestino independente, a construção de assentamento israelense na Cisjordânia e a barreira construída por Israel complicaram o progresso no processo de paz (LIMA E SILVA; PHILIPPINI, 2017).

disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado (BALLESTRIN, 2013).

Destacamos ainda a importância de estudiosos e seus posicionamentos ante os problemas e inquietações sociais. Teóricos culturais como Edward Said, Homi Bhabra e Gayatri Spivak foram essenciais na construção conceitual do pós-colonialismo na década de 1960, época em que o *pós-colonialismo anticolonial* surgiu “a partir de uma conjuntura histórica preenchida pelos processos de libertação e descolonização” (TOLEDO, 2021, p. 29); mesmo com críticas voltadas à forma em que foram apresentadas categorias com dois elementos distintos, mas correlatos: “tradição/modernidade, Ocidente/Oriente, racional/irracional, língua inglesa/língua vernacular etc.” (HANAFI, 2018, p. 512). Isso se deve às distinções existentes ocasionadas pela própria sociedade. O sociólogo peruano Aníbal Quijano, o também sociólogo argentino Walter Mignolo e o filósofo argentino Enrique Dussel, contribuíram com suas lutas e escritos sobre a colonialidade na América Latina (Ibidem).

Quijano defende a "destruição da colonialidade do poder mundial", que é uma tarefa política necessária para que se construa uma alternativa em favor dos povos, sugerindo que uma crítica ao paradigma europeu de racionalidade/modernidade não é suficiente para promover a emancipação destes. Para Walter Mignolo, a ideia de que poderíamos imaginar e construir uma modernidade alternativa foi inestimável para pensadores decoloniais e movimentos sociais latino-americanos (MIGNOLO, 2010). E Dussel, com a filosofia da libertação, defende a igualdade, a justiça, os direitos que a população oprimida, que vai desde a mulher, o negro e demais povos que sofrem com a dominação europeia, para que possam viver suas verdades; e destaca, “o respeito pela situação do outro, começa pelo respeito de seu discurso filosófico” (DUSSEL, 1977, p. 257).

Gayatri Spivak (crítica literária e teórica Indiana) está ligada ao Grupo de Estudos Subalternos. Criado em 1970, o Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiático, reforça o argumento pós-colonial. Surge e se desenvolve como uma prática acadêmica num mundo contemporâneo, onde a globalização produz novos padrões de dominação e exploração. Spivak argumenta que o subalterno feminino não pode ser ouvido ou lido, precisa conquistar um espaço de enunciação e garantir um lugar de discurso.

Vemos, portanto, que muitos estudiosos se propuseram a questionar as ações que grupos minoritários sofreram com o colonialismo, unidos em um propósito pós-colonial, de modo mais específico, contra as imposições dos colonizadores europeus.

Teríamos assim o pós-colonialismo anti-colonial, originário a partir de uma conjuntura histórica preenchida pelos processos de libertação e descolonização dos anos 1950-1960 e cujos principais expoentes seriam figuras como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Almirante Cabral, dentre outros, influenciados pelo marxismo revolucionário e o pan-africanismo, por exemplo. Em seguida, a partir do contexto histórico do final dos anos 1970, no qual discussões sobre globalização começam a se tornar mais cadentes, emerge o que Luciana denomina pós-colonialismo canônico, influenciado pelo Estudos Subalternos Indianos, pós-estruturalismo, e outras correntes intelectuais, e cujas figuras de destaque seriam Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak. Finalmente, a partir dos anos 2000, surge o pós-colonialismo decolonial, sobretudo a partir da América Latina e tendo como representantes de renome Walter D. Mignolo, Arturo Escobar e María Lugones, por exemplo (TOLEDO, 2021, p. 29-30).

Observamos, com isso, que as circunstâncias referentes à liberdade e direitos iguais deram lugar ao pensamento decolonial no final do século XX, quando os estudiosos perceberam a necessidade de se posicionar com suas respectivas categorias e conceitos contra o colonialismo na América Latina, que segundo estes, era diferente em cada colonização. Mignolo e Walsh (2018) compreendem que no século XVI a decolonialidade como história e *práxis* já existia devido às ações, lutas e resistências contra as fundamentações europeias.

Quanto ao conceito de decolonialidade, consideramos o que Walsh (2009) preceitua, haja vista o seu posicionamento mais preciso. “Decolonialidade” é preferível porque em um comparativo com o termo “descolonialidade”, que remete a se desfazer, devido à letra “s”, a decolonialidade tem como subterfúgio contestar o colonialismo, ou seja, provocar posicionamentos rebeldes e transgressivos. Foram observados ainda que

Os estudos decoloniais compartilham um conjunto sistemático de enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade. Esses procedimentos conceituais são: 1. A localização das origens da modernidade na conquista da América e no controle do Atlântico pela Europa, entre o final do século 15 e o início do 16, e não no Iluminismo ou na Revolução Industrial, como é comumente aceito; 2. A ênfase especial na estruturação do poder por meio do colonialismo e das dinâmicas constitutivas do sistema -mundo moderno/ capitalista e em suas formas específicas de acumulação e de exploração em escala global; 3. A compreensão da modernidade como fenômeno planetário constituído por relações assimétricas de poder, e não como fenômeno simétrico produzido na Europa e posteriormente estendido ao resto do mundo; 4. A assimetria das relações de poder entre a Europa e seus outros representa uma dimensão constitutiva da modernidade e, portanto, implica necessariamente a subalternização das práticas e subjetividades dos povos domina - dos; 5. A subalternização da maioria da

população mundial se estabelece a partir de dois eixos estruturais baseados no controle do trabalho e no controle da intersubjetividade; 6. A designação do eurocentrismo/ocidentalismo como a forma específica de produção de conhecimento e subjetividades na modernidade (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 5).

As pontuações realizadas marcam o poder da decolonialidade na contemporaneidade, em que percebemos os estudos alusivos às mudanças na sociedade que despontam contra a hegemonia eurocêntrica, ainda muito presente nos dias atuais. Compreendemos também que os estudos sobre a decolonialidade propiciam meios de contestações salutares, ou seja, revisão literária e histórica de todos os povos.

Ainda sobre a colonialidade, Cândia (2020, p. 45), com base no conceito feito inicialmente por Quijano em 1991, destaca que “a colonialidade é entendida como uma estrutura lógico-cognitiva de domínio colonial que subjaz o controle das metrópoles ou impérios”. Em outro aspecto é utilizada na continuidade histórica, que compreende os períodos colonial e a atualidade, além de mostrar que as relações de poder colonial transcendem a dimensão epistêmica; está relacionada ainda ao contexto histórico, hábitos, subjetividades, os saberes diversos e subjetividades colonizadas; reflete também a subalternização, violência raciais, ontológicas, cosmogônicas e epistemológicas, que estabelece uma relação de poder arbitrária e injusta, numa busca pela perpetuação eurocêntrica (Ibidem).

Nesse contexto surge a questão do subalterno, em que Gayatri Spivak contribuiu significativamente nas implicações importantes para a identificação de subalternização, quando fez uma das perguntas mais exatas do pós-colonialismo: “Pode o subalterno falar?”; e respondê-la em um texto tão icônico, acaba por vincular os subordinados a limitações sociais. A subordinação é sempre representada por quem fala por ele, sugerindo que a verdadeira situação de subordinação apresenta necessariamente um sujeito sem voz (ROSA, 2019). Por isso, grupos como a filosofia “latino-americana” e “africana”, grupos asiáticos de Estudos Subalternos, o pós-colonialismo e suas abordagens decoloniais são alguns exemplos dos que questionaram o eurocentrismo, o colonialismo acadêmico e o imperialismo intelectual realizados pelas produções de conhecimento (BALLESTRIN, 2017).

Spivak (2014) ainda pontua:

Para o “verdadeiro” grupo subalterno, cuja identidade é a sua diferença, pode-se afirmar que não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo. A solução do intelectual não é a de se abster da representação. O problema é que o itinerário do sujeito não foi traçado de

maneira a oferecer um objeto de sedução ao intelectual representante (SPIVAK, 2014, p. 77-78).

Observa-se, com as palavras da autora, que a diferença é uma identidade que se destaca, e que todos sabem se posicionar mesmo sendo subalternos. Assim, a identidade individual e a diferença nessas circunstâncias implicam ações de inclusão e exclusão. Silva (2000) destaca que “o que somos” também expressa “o que não somos”. Pois, a confirmação da identidade expressa a definição de limites, distingue entre o interior e o exterior. Em que a identidade está sempre associada a “nós” e “eles”. Além de que, essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, pressupõe relações de poder e, ao mesmo tempo, afirma e reafirma as relações de poder. Nesse caso, “nós” e “eles” não são simples distinções gramaticais, mas indicadores claros da posição do sujeito marcada por relações de poder.

Na atualidade, apesar de tantos grupos terem se encontrado em suas diferenças, ainda é comum o “diferente” causar estranheza pelo fato de não estar no padrão social. Numa atitude de se enquadrar, alguns deixam de “se pertencer” para pertencer ao outro. Uma parte da sociedade fala em igualdade, mas se contradiz nas ações. Por isso, destaca José Luís Pardo (1996) citado por Silva (2000, p. 101):

Respeitar a diferença não pode significar "deixar que o outro seja como eu sou" ou "deixar que o outro seja diferente de mim tal como eu sou diferente (do outro)", mas deixar que o outro seja como eu não sou, deixar que ele seja esse outro que não pode ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu; significa deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja, em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença da identidade, deixar ser uma outridade que não é outra "relativamente a mim" ou "relativamente ao mesmo", mas que é absolutamente diferente, sem relação alguma com a identidade ou com a mesmidade.

Observamos, portanto, que a visão de subalternidade do pós-colonialismo está arraigada às diferenças sociais concomitantes ao poder. Mignolo (2017, p. 4) é enfático ao dizer que “ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis”. Vemos com isso que, sob a perspectiva eurocêntrica, a inferiorização de vidas estava velada num discurso progressista, e que, considerando a modernidade, ainda é real. E, “a ‘modernidade’ é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’” (MIGNOLO, 2017, p. 2). A partir das proposições europeias sobre o progresso, percebemos a

perspectiva de divisão, em que distinguir raça, gênero e poder se tornou relevante para aqueles que se consideravam superiores.

Nisso, as considerações sobre raça começaram a ganhar visibilidade no contexto eurocêntrico. A raça passou a ser abordada como uma diferenciação do colonizador e colonizado (QUIJANO, 2005). Johann Friedrich Blumenbach, fundador da antropologia e alemão, foi o responsável pela divisão geográfica por raça e cor da pele. Com isso se obteve as seguintes divisões: branca ou caucasiana; negra ou etiópica; amarela ou mongólica; parda ou malaia e vermelha ou americana. O tamanho da cabeça e a fisionomia foram outros itens fenotípicos (OLIVEIRA, 2004).

Mbembe (2014) compreende que o termo “raça” é apenas uma ficção de uma fantasia ou projeção ideológica, com propósitos de desviar a luta de classes ou de sexos; e que o discurso europeu, com o intuito de desvirtuar o povo africano, recorreu a processos de efabulação, em que a África e o negro eram apresentados como símbolos acabados da vida e trabalhado pelo vazio. O autor destaca ainda, com relação aos povos africanos, que nem todo africano é negro e nem todo negro é africano. E que tudo relacionado ao negro ou africano carrega tanto no nome quanto no signo uma profunda crise por essa relação associada aos termos.

Assim, “os africanos se tornaram a degradação da humanidade, foram subalternizados, subjugados e marginalizados, tendo suas características físicas negativadas como expressão de sujeira e algo ruim” (SOUSA; FREITAS; CARVALHO, 2022, p. 169). Com isso, analisando o contexto racial, se por um lado a raça é o eixo decisivo de classificação e hierarquia social, por outro, o racismo é o mecanismo social primitivo que sustenta as diferenças de conhecimento colonial e geopolítico (MIGNOLO, 2003, 2005). Vemos, com isso, o quanto a Europa se contrapunha contra os negros africanos.

Convém ressaltarmos que o termo “negro” após compreensão histórica dos próprios, cabe hoje a um pertencimento social, cultural e político. Fanon (2005), por sua vez, devido aos fatos históricos, não se declarava negro porque acreditava que era uma atribuição e não uma autodesignação. Mbembe (2014) destaca que de fato houve três funções ao termo: atribuição, interiorização e subversão. Ou seja, eram características do ser humano diferente, pessoas que representavam caricaturalmente o princípio de exterioridade. E que também eram, paradoxalmente, o “elo da separação”; deveriam viver num mundo à parte, numa segregação. E ainda: “O escravo de origem africana no Novo Mundo representa uma figura relativamente

singular de negro, pela particularidade de ser uma engrenagem essencial de um processo de acumulação à escala mundial” (Ibid., p. 90).

Sobre o conceito do termo “negro” há ainda uma complexidade em torno deste, em que, algumas palavras de tom pejorativo estão sendo abolidas do léxico, é o caso de “ovelha negra”, “mercado negro”, “lista negra”. Contudo, Cuti (2012), pseudônimo de Luiz Silva, destaca que no Brasil, especificamente, constatou-se que os próprios negros abraçaram o termo de forma positiva, nomeando seu movimento de reivindicação de cidadania plena. Em São Paulo, em 1930, um movimento que por pouco tempo se tornou partido político foi chamado de Frente Negra Brasileira. Muitas outras organizações antes e depois têm a palavra “negro” em seus nomes. Em Paris, na década de 1940, estudantes negros das Antilhas e da África lançaram o movimento negro. Na década de 1960, as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos usavam a palavra “negro”, e no contexto social brasileiro a versão correta da palavra era “negro”, e não preto como alguns queriam. Em outras palavras, a palavra “negro” não é recente nem local. Adentrando na questão racista, o autor ainda complementa:

Tendo a palavra em foco servido para ofender, no momento em que o ofendido assume-a dizendo “eu sou negro”, o que ocorre é que ele dá a ela um outro significado, ele positiva o que era negativo. Aqui acontece algo estranho para quem ofende. Se a palavra perde o poder de ofender, ele, o ofensor, perde um instrumento importante na prática (discriminação) e na manutenção psíquica (o preconceito) do racismo. Por outro lado, a palavra “negro” não o deixa em paz, por trazer em sua semântica a histórica opressão escravista, colonialista, e desafia a convicção em que se baseia a doença psíquica do racismo. Qualquer circunstância de inferioridade ou igualdade a um negro desequilibra o branco racista, impelindo-o a comportamentos agressivos que podem, de alguma maneira, redundar em punição, inclusive a vingativa (CUTI, 2012, p. 5).

Vemos, com isso, que um termo que poderia ser considerado normal na sociedade, o eurocentrismo foi capaz de deturpar o significado, assim, a palavra “negro” não deixou de ter seu significado no decorrer dos anos, porém, a subjetividade acarretou outros pormenores, trazendo para a sociedade palavras como preto, pardo, afrodescendente etc. Nesse caso, limitar-nos-emos à compreensão da palavra afrodescendente no viés contemporâneo.

Considerando que o tráfico negreiro foi responsável pelo grande número de africanos espalhados no mundo, as concepções determinadas pelo colonizador a respeito do negro acarretaram muitos problemas concernentes ao racismo. Nisso, inicialmente nas Américas, os movimentos sociais, numa busca por uma terminologia que não fosse discriminatória, recorreram ao termo afrodescendentes, afro-

americanos, afro-brasileiros. Ao mesmo tempo esses mesmos movimentos tentam dissociar o termo “negro” ao que é depreciativo, inclusive à escravidão (ROCHA, 2010); tornando-o um sinônimo de orgulho pela sua representatividade social, já que fazem parte da “Mãe África”, berço da civilização, pois pesquisas recentes afirmam que “os negros africanos estão entre os primeiros a construir civilizações humanas e erigiram as bases da própria civilização ocidental” (NASCIMENTO, 2008, p. 55). Rocha (2010) faz ainda as seguintes pontuações sobre o termo “negro”:

No processo de ensino e aprendizagem, a superação dos vícios de linguagem que empregam depreciativamente a terminologia aqui por nós abordada, tornou-se um desafio cotidiano. Na atualidade ainda é muito comum presenciarmos discursos onde alguns desses termos trabalhados criam certo mal-estar. Em determinadas oportunidades tornam-se perceptíveis o desconforto dos indivíduos. Já não se sabe mais se deve chamar alguém de negro. Ora por medo de estar ofendendo e ser “enquadrado” no crime de racismo pelo que se sentiu ofendido; ora pela própria falta de consciência e esclarecimento terminológico que a realidade encerra, para além da construção pejorativa que ao termo foi imbuído. Por outro lado, aos que trabalham na perspectiva de desconstrução da negatividade terminológica e ressignificação da palavra negro, é motivo de orgulho ser chamado de negro. Obviamente que para esses indivíduos ou grupos, o ser chamado de negro encerra uma história uma cultura, uma hereditariedade vinculada às origens africanas. Evidentemente que isso fortalece a dimensão de afrodescendência (ROCHA, 2010, p. 905-906).

Assim, o termo afrodescendente tem um alcance mais abrangente ao se tratar da história de um povo que necessita de uma reparação histórica e social. O que também não descaracteriza o termo “negro”, já que este permite uma nova perspectiva de pessoas que lutam por conquistar oportunidades que lhe foram proibidas ou tiradas, de modo a reconhecer sua ancestralidade no mundo. “A construção de uma identidade própria, no caso a afrodescendente, não implica uma postura excludente ou discriminatória. Fortalece, sim, a personalidade, passo necessário e anterior à capacidade de oferecer colaboração e solidariedade” (NASCIMENTO, 2008, p. 54).

Partindo para um outro contexto pós-colonial, mas correlato às discriminações europeias, em que não somente o negro africano sofreu com as manipulações históricas e culturais no período do colonialismo, Spivak (2014, p. 85) ainda observa a situação da mulher: “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. O que percebemos é que na situação do colonizado, não somente o negro, mas a mulher sofreu com os preconceitos, pois, para o

colonizador sua presença era ínfima nas questões sociais (SPIVAK, 2014). A autora ainda destaca:

A questão da "mulher" parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras. Se, no entanto, essa formulação é deslocada do contexto do Primeiro Mundo para o contexto pós-colonial (que não é idêntico do Terceiro Mundo), a condição de ser "negro ou "de cor" perde o significado persuasivo. A estratificação necessária da constituição do sujeito colonial na primeira fase do imperialismo capitalista torna a categoria "cor" inútil como um significante emancipatório (SPIVAK, 2014, p. 110).

A mulher, numa sociedade envolta no patriarcalismo, encontrava-se sob o domínio eurocêntrico e machista. A mulher negra, além dessas dominações, era submetida a mais humilhações, principalmente voltadas a objetificação do seu corpo e ao trabalho doméstico. A mulher negra, sobretudo, enfrentava dois problemas: o racismo, herança colonial; e o machismo, herança patriarcal (DIAS; CASTRO, 2020).

Nisso, a partir da perspectiva decolonial houve também o posicionamento feminista decolonial. María Lugones é um dos principais nomes na luta contra a “questão de gênero”. A filósofa argentina é contundente quanto à sua análise:

Investigo a intersecção de raça, classe, gênero e sexualidade para compreender a inquietante indiferença que os homens demonstram em relação à violência que é sistematicamente infringida às mulheres de cor: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que criaram análises críticas do feminismo hegemônico precisamente porque ignoram a interseccionalidade de raça/classe/sexualidade/gênero. Acima de tudo, por ser importante para nossas lutas, refiro-me à indiferença daqueles homens que continuam sendo vítimas da dominação racial, da colonialidade do poder, inferiorizados pelo capitalismo global. Problematicando sua indiferença diante da violência que o Estado, o patriarcado branco, e que eles mesmos perpetuam contra as mulheres de nossas comunidades, em todo o mundo (LUGONES, 2008, p. 75-76, tradução nossa)⁴.

Com base na crítica de Lugones, em que esta não compreende a indiferença dos homens com relação às mulheres negras, faremos apenas uma observação

⁴ Texto original: “Investigo la intersección de raza, clase, género y sexualidad para entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color: mujeres no blancas; mujeres víctimas de la colonialidad del poder e, inseparablemente, de la colonialidad del género; mujeres que han creado análisis críticos del feminismo hegemónico precisamente por el ignorar la interseccionalidad de raza/clase/sexualidad/genero. Sobre todo, ya que es importante para nuestras luchas, me refiero a la indiferencia de aquellos hombres que continúan siendo víctimas de la dominación racial, de la colonialidad del poder, inferiorizados por el capitalismo global. El problematizar su indiferencia hacia las violencias que el Estado, el patriarcado blanco, y que ellos mismos perpetúan contra las mujeres de nuestras comunidades, en todo el mundo”.

inicialmente, já que nos aprofundaremos noutro contexto, pois, apesar de toda a história contada acerca das minorias sob ângulos diferentes do homem europeu, há quem discorde do posicionamento de muitos movimentos sociais. Há quem considere exagero a reparação histórica voltada ao negro, à mulher, em especial a negra, e outras minorias. Nesse contexto, a Literatura também tem sua relação com a História e a Arte de todos os grupos sociais. Isso compreende perspectivas que vão ao encontro de vidas que construíram evidências ao longo do tempo.

4 LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: DAS RELAÇÕES ENTRE RAÇA, GÊNERO E EDUCAÇÃO

A Literatura afrodescendente ou Literatura afro-brasileira, na questão lexical inicialmente, ainda é motivo de polêmica tanto pelo vocábulo afro, que algumas pessoas preferem utilizar ao invés do termo negro, quanto pelo acréscimo à palavra Literatura, já que outras acreditam que com isso se faz uma distinção aos escritos literários. Sobre essa última questão, Souza (2016) pontua que adicionar um qualificador ao termo Literatura envolve uma complexa teia de história, estética e estruturas significativas, o que nos remete à questão da identidade relacionada às questões sociais.

Bernd (2011) lembra que alguns utilizam “negro” e “afro” como sinônimos, mas observa que o nome “Literatura afro-brasileira” seria mais apropriado, pois remete à origem racial do escritor e à troca de valores associados à cultura africana, não mais implicando/referindo-se à existência de uma essência negra. O conceito de Literatura afro-brasileira, ainda segundo a autora, está ligado à expressão entre os textos, que se dá por um modo negro de ser e sentir o mundo, transmitido por meio de discursos caracterizados por determinados elementos, por exemplo, a escolha do uso de palavras, construção da imaginação e o desejo de salvar a memória negra. A importância do uso da expressão Literatura afro-brasileira é que permite nomear uma arte literária com condições específicas e diferenciadas dentro da literatura nacional.

Cuti (2010b) persiste no nome Literatura negro-brasileira, pois aduz que o termo “afro” indica, mesmo que discretamente, uma remissão ao continente africano, tornando-a marginalizada na literatura brasileira, devido ao viés da hierarquização das culturas que a desqualifica. Neste sentido, Duarte (2010) se remete à questão histórica ao tratar do afro-brasileiro:

[...] o termo afro-brasileiro, por sua própria configuração semântica, remete ao tenso processo de mescla cultural em curso no Brasil desde a chegada dos primeiros africanos. Processo de hibridismo étnico e linguístico, religioso e cultural. De acordo com um pensamento conservador, poder-se-ia dizer que afro-brasileiros são também todos os que provêm de ou pertencem a famílias mais antigas, cuja genealogia remonta ao período anterior aos grandes fluxos migratórios ocorridos desde o século XIX (DUARTE, 2010, p. 119).

As discussões anteriormente citadas se coadunam com a percepção histórica e cultural que ambos os autores, Cuti e Dante, destacam, pois pesam os problemas com o termo “afro” pelos outros nomes que associaram ao negro, “pardo” por exemplo.

Observamos que esse hibridismo é que torna um diferencial na Literatura do Brasil, em que os posicionamentos interculturais ramificam a diversidade, com novas perspectivas. Certamente não estamos nos desvencilhando de uma identidade literária histórica, trata-se de uma atualização da Literatura “afro/negra” que tem se destacado nos últimos anos e que tem buscado apenas ser compreendida.

Em relação a isso, Duarte (2002) e Cuti (2010a) acreditam que se trata apenas da Literatura brasileira, e a Literatura negra é apenas um de seus aspectos, já que critérios étnicos não devem se sobrepor à nacionalidade, pois somos todos brasileiros e de certo modo, todos somos um pouco afrodescendentes; a diferença é que por anos essa Literatura ficou abafada, traduzindo-se na quase completa ausência histórica de um corpus para a Literatura afro-brasileira.

Fonseca (2021) acredita que não se deve apenas definir textos por expressões como “literatura negra” – sempre presa no paradoxo da cor da pele e da intenção textual – ou “literatura afro-brasileira” que tem sido reconhecida como regra universal, mas, mais importante, é ouvir textos e perceber o sentido que ajudou a construir na direção oposta, nos caminhos marginais, um caminho teórico menos percorrido. No entanto, além de se ater à conceituação, é importante fazer com que os textos tenham maior circulação, aprendê-los à medida que são feitos, discutir a materialidade do discurso em que se apresentam e assumir a inovação em sua escrita.

Duarte (2010, p. 135) compreende que

A partir, portanto, da interação dinâmica desses cinco grandes fatores – temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público – pode-se constatar a existência da literatura afro-brasileira em sua plenitude. Tais componentes atuam como constantes discursivas presentes em textos de épocas distintas. Logo, emergem ao patamar de critérios diferenciadores e de pressupostos teórico-críticos a embasar e operacionalizar a leitura dessa produção. Impõe-se destacar, todavia, que nenhum desses elementos propicia o pertencimento à literatura afro-brasileira, mas sim o resultado de sua interrelação. Isoladamente, tanto o tema, como a linguagem e, mesmo, a autoria, o ponto de vista, e até o direcionamento recepcional são insuficientes.

Pelas interpretações de alguns autores referenciados, nas questões de diferenças, a Literatura Afro-brasileira é mais abrangente no que tange as histórias literárias, pois destaca a raça negra sem necessariamente ter como principais ou em todo o contexto, os negros. A Literatura Negra-brasileira por sua vez, tem autores, obras e personagens negros, enfatizando a cor da pele, as características dos povos, o orgulho de sua história; denominá-la assim dá ênfase ao negro e sua arte; contribui ainda para o reconhecimento mais célere de obras literárias negras. Em que ambas têm o objetivo, também, de alcançar mais ainda o público negro.

Duarte (2002) explica que a estrutura teórica da literatura afro-brasileira ou afrodescendente envolve necessariamente um abalo no conceito de unidade e coesão da identidade nacional. E, pela descrença nos padrões de devoção crítica que existem no manual que orienta nossa compreensão da história das cartas aqui produzidas, a descrença é infalível. Assim como vemos que não vivemos em um país de harmonia e graciosidade, construído sobre o manto de uma pátria terna e amorosa, também encontraremos em nosso caminho historiográfico um vazio de direção e uma rejeição que deixa de fora muitas vozes, e agora esquecidas ou desqualificadas, quase todas vêm das margens do tecido social.

Certo é que não houve mudanças quanto à polêmica da nomenclatura, também não foi finalizado o debate; por outro lado, há mais compreensão pela necessidade de mais textos e obras literárias sob a perspectiva negra. Talvez esse embate mude com o tempo e cheguemos a um consenso. Acreditamos, contudo, que os dois termos, “Literatura Afro-brasileira e Literatura Negra-brasileira”, contribuem distintamente sem inferir problemas para a raça negra ou para a comunidade literária. Pelo contrário, isso já demonstra uma variedade da cultura negra, que por anos precisou se calar e atualmente vem ganhando espaço na Literatura.

Conceber a história por outro viés pode não agradar a alguns, ainda mais numa sociedade em que o racismo é velado. As vozes que ficaram de fora do contexto histórico, hoje são resgatadas por estudiosos que tentam contribuir para o acervo cultural, histórico e social, de modo a dar uma nova concepção à sociedade brasileira. O que muitos autores têm procurado com a Literatura afro-brasileira é unir a realidade de um povo miscigenado, que mesmo tendo mais características negras, ainda se encontra subjugada pelo eurocentrismo. A Literatura é apenas uma das formas de valorização necessárias à sociedade afro-brasileira.

Duarte (2002) resgata a História da Literatura afro-brasileira em um período menos favorável à arte do afro-brasileiro:

Desde o período colonial, o trabalho dos afro-brasileiros se faz presente em praticamente todos os campos da atividade artística, mas nem sempre obtendo o reconhecimento devido. No caso da Literatura, essa produção sofre, ao longo do tempo, impedimentos vários à sua divulgação, a começar pela própria materialização em livro. Quando não ficou inédita ou se perdeu nas prateleiras dos arquivos, circulou muitas vezes de forma restrita, em pequenas edições ou suportes alternativos. Em outros casos, existe o pagamento deliberado dos vínculos autorais e, mesmo textuais, com a etnicidade africana ou com os modos e condições de existência dos afro-brasileiros, em função do processo de miscigenação branqueadora que perpassa a trajetória dessa população (DUARTE, 2002, p. 47).

O que observamos é que, mesmo com uma arte bem rica, inclusive na Literatura, não era relevante para a sociedade do período colonial, que só via o negro como um subalterno, revelar as obras artísticas criadas por este. Com isso, a História artística afro-brasileira ficou escondida por anos, de modo que a raça negra foi invalidada no cânone literário do país durante muito tempo. Ainda sobre essa questão da raça, bem como de gênero, Schmidt (2012, p. 63) pontua:

Com efeito, na ótica neoconservadora, as produções subalternas — provenientes de minorias raciais ou sexuais — são convertidas em um contravalor, origem de pleitos particularistas que ameaçam o horizonte consensual do valor produzido na esfera das camadas médias e das elites patriarcais das sociedades nacionais modernas.

Para as produções literárias das minorias, não havia oportunidade ou credibilidade em meio ao poder da branquitude e do patriarcalismo. Ressalta-se, todavia, que Machado de Assis (1839-1908), numa breve análise de um escritor negro e a relação com a sociedade branca, por exemplo, foi um escritor afrodescendente que conseguiu destaque na Literatura brasileira. Proença (2021) destaca que Machado há muito foi acusado de silenciar sobre a escravidão e sua ascendência racial – e ainda é, sua ascensão acentuada na sociedade, impossível para uma pessoa mestiça, provaria que ele estava no lugar próprio do branco, como evidenciado pelo fato de que as principais personagens de seu romance pertencem à elite econômica e social. Isso provaria que o autor assumia os olhos da classe dominante e era atraído por essa sedução; percebe-se ainda uma confusão de identidade entre narrador e autor, em que muitos veem o alter ego do escritor em Brás Cubas.

Podemos considerar, diante das questões destacadas que houve um posicionamento em favor dos brancos que o fez ser aceito numa sociedade que sustentava a escravidão, mesmo Machado de Assis sendo negro. Numa correlação com a sociedade que por anos esteve sob o jugo da branquitude, é, de certa forma, compreensível que este desejasse um lugar na sociedade privilegiada. Pois esta, aos poucos conseguiu impor sua cultura, sua história, suas particularidades na sociedade afrodescendente. Somente com o posicionamento de movimentos sociais contemporâneos é que se rompeu o grito do orgulho negro, mesmo com ressalvas, ou seja, mesmo com problemas que estes enfrentaram/enfrentam na sociedade. Silva (2010) destaca sobre as vozes negras, coletivas ou individuais, que seria necessário “ainda que em meio a algumas ambiguidades e controvérsias, assegurar, sem

idealizações, sua validade e reconhecimento, fortalecendo fóruns que possibilitem dar visibilidade às vozes negras literárias” (p. 97).

Considerando ainda a perspectiva da Literatura afro-brasileira, acrescentamos a esta discussão o gênero feminino, uma das vozes que também foi negligenciada por anos numa sociedade racista e patriarcal. Em que, não somente a questão racial, mas o gênero feminino vivenciava problemas concernentes à aceitação, pois a mulher era vista apenas para os afazeres domésticos e dedicação à família, além de que “as mulheres passaram muito tempo sem acesso à educação e à possibilidade da escrita” (TOLEDO, 2018, p. 145). Ainda sobre essa questão, aprofundaremos mais adiante, já que a perspectiva feminina também não obteve atenção do homem branco.

Observamos que diferentes formas de colonialidade foram responsáveis pelo silêncio de muitas vozes que compuseram a história do Brasil e do mundo. Nesse contexto histórico, a Literatura foi uma das formas de conhecimento a ser propagado, mas durante muitos anos só competia àqueles que faziam do país um local de racismo, do patriarcado e de uma educação limitada.

4.1 Ideias sobre raça: colonialidade do poder

Aníbal Quijano, em sua obra *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*, apresentou-nos uma perspectiva sobre o capitalismo colonial/moderno, centrado em valores eurocêntricos, numa busca de poder mundial disfarçada de ideologias concernentes à raça em favor dos europeus. Quijano, com seu embate social e político de ir contra a colonialidade do poder, questiona as formas de controle, dominação e subordinação da população.

Segundo Mignolo (2010), a decolonialidade refere-se à libertação associada a mecanismos de dominação que questionam a manutenção de ideais colonialistas epistemológicos e desenvolve um pensamento inovador que prevalece no conhecimento local. Nisso, ao abordar a decolonialidade epistêmica, Mignolo identifica cinco tipos de colonialidade do poder: controle econômico; de autoridade; de gênero e sexualidade; de subjetividade e do conhecimento. Limitar-nos-emos à raça, gênero e educação, que são mais pertinentes a este estudo.

Inicialmente, sobre a colonialidade do poder, no que se refere às questões de raça, esta é uma das categorias fundamentais para compreender as formas de classificação social, que pode ser evidenciada nos termos índio, negro e mestiço na

América, além de redefinir outras raças, tornando raça e identidade racial classificações sociais básicas da população. A cor das pessoas, com o tempo foi também fator determinante para separar colonizados de colonizadores, conforme classificação dos próprios colonizadores (QUIJANO, 2005).

A questão da raça compreende muito mais do que classificações, foi uma forma de separar, vilipendiosamente, pessoas que foram tiradas das suas terras, pessoas que foram escravizadas, pessoas que nasceram sob o jugo da escravidão, miscigenadas e que deveriam, conforme a colonialidade do poder, permanecer na linha hierárquica europeia abaixo da sociedade branca. Para a concretização desse pensamento de poder na América, em especial, o capitalismo foi essencial para exercer domínio sobre os grupos minoritários, além da submissão, da escravidão e do trabalho análogo à escravidão, com salário determinado por quem exercia poder na sociedade. Os colonizadores assumiram o controle dos produtos, do trabalho e dos recursos.

Decerto, os negros foram os que sofreram com a escravidão e foram impedidos de viverem com alguma perspectiva em todos os ambientes sociais, inclusive familiares, já que privados da liberdade não podiam manifestar seus anseios. Apenas grupos mestiços começavam a ganhar pequenos espaços nos meios sociais na América Hispânica, no século XVIII. Segundo Quijano (2005),

Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. Na área hispânica, a Coroa de Castela logo decidiu pelo fim da escravidão dos índios, para impedir seu total extermínio. Assim, foram confinados na estrutura da servidão. Aos que viviam em suas comunidades, foi-lhes permitida a prática de sua antiga reciprocidade –isto é, o intercâmbio de força de trabalho e de trabalho sem mercado– como uma forma de reproduzir sua força de trabalho como servos. Em alguns casos, a nobreza indígena, uma reduzida minoria, foi eximida da servidão e recebeu um tratamento especial, devido a seus papéis como intermediária com a raça dominante, e lhe foi também permitido participar de alguns dos ofícios nos quais eram empregados os espanhóis que não pertenciam à nobreza. Por outro lado, os negros foram reduzidos à escravidão. Os espanhóis e os portugueses, como raça dominante, podiam receber salários, ser comerciantes independentes, artesãos independentes ou agricultores independentes, em suma, produtores independentes de mercadorias. Não obstante, apenas os nobres podiam ocupar os médios e altos postos da administração colonial, civil ou militar (QUIJANO, 2005, p. 118-119).

A ideia de raça, como já elucidada, foi baseada em fenótipo pelos europeus, o que foi desfavorável para os negros, que até os dias atuais sofrem por questões fenotípicas, sobretudo pela cor da pele. É nesse contexto histórico que as limitações sociais voltadas ao negro foram/são agravadoras. Porquanto, a classe social, os

níveis educacionais, questões culturais, apresentações na sociedade, dentre outros, ainda são motivos de discussões nos púlpitos da vida.

Percebemos que apenas os negros não obtiveram “vantagens”, pois não causavam tanta repulsa e menosprezo dos colonizadores pela questão da cor. E mesmo após o abolicionismo, os colonizadores que tentavam viver como poderosos foram perdendo poder, e, contudo, continuavam manifestando soberania entre os negros. A esse respeito, Quijano (2005, p. 35) destaca que, “por óbvias razões, os dominadores coloniais dos novos Estados independentes, em especial na América do Sul depois da crise de fins do século XVIII, não podiam ser nada além de sócios menores da burguesia europeia”. Isso causou grandes mudanças na sociedade, exceto para o negro que, com o tempo ainda era alvo de humilhações e menosprezos. Sobre essa questão, Fernandes (2007), observa que

No contexto histórico surgido após a Abolição, portanto, a ideia da ‘democracia racial’ acabou sendo um expediente inicial (para não enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima o antigo agente de trabalho) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que se mostrou com as ‘populações de cor’ nas cidades em que elas se concentraram, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente). O ‘negro’ teve a oportunidade de ser livre, se não conseguiu igualar-se ao ‘branco’, o problema era dele – não do ‘branco’. Sob a égide da ideia da democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição (FERNANDES, 2007, p. 46).

É interessante observarmos com as palavras do autor supracitado, como o homem branco além de ter provocado o óbice na sociedade negra, ainda se esquivou de suas responsabilidades ante a sociedade. Isso demonstra total insensibilidade com a história de povos que ajudaram a construir o país. Fazendo brevemente uma correlação com a atualidade, ainda existem pessoas que não veem a reparação histórica das minorias como algo necessário, justamente por se esquivarem de uma culpa histórica, com o argumento de que não compete a atualidade.

No entanto, com o tempo, alguns negros foram se destacando na sociedade, principalmente após o período abolicionista em 1888 – não aprofundaremos na questão histórica da abolição da escravidão nesse momento porque trataremos brevemente mais adiante –, apesar disso o racismo permanecia, pois não bastava o negro estudar bem, portar-se bem ou viver bem com seu trabalho, o fenótipo era e é bastante analisado na sociedade, e geralmente com um olhar racista, ou seja, os

resquícios europeus ainda perduram na contemporaneidade. Assim, “[...] a cidadania acabou sendo limitada aos novos cidadãos, que sentiram na pele a reprodução das hierarquias raciais” (VASCONCELOS, 2022, p. 322).

Vasconcelos (2022) ainda destaca que o negro/preto com as distinções que surgiram em todos os ambientes sociais e profissionais, chegou a ser visto como vítima e em outros momentos era o bárbaro, era considerado como incivilizado e incapaz de atuar na política, tanto como discutir quanto fazer, além de profissões que o impediam de desenvolver seu intelecto. Sob esse contexto, reportamo-nos à colonialidade do poder como um impedimento de desenvolvimento dos povos colonizados, principalmente do negro. Quijano (2007) entende que a ideia de raça é constitutiva do Eurocentrismo, pois sua construção aponta para um projeto eurocêntrico, a partir de uma racialização das relações de poder no mundo. E isso trouxe inúmeras consequências desagradáveis àqueles que não podiam se manter num meio dominado por um seletivo grupo social.

Apesar de não se encontrar mais sob o jugo da escravidão, o negro se encontrava em outros problemas sociais, sua história se limitava àquela condição de subalternidade. Mesmo com o tempo ganhando novas perspectivas, sua trajetória e o processo de cidadania foram lentos, sua história deixou reminiscências. Sobre a questão histórica e que é refletida na sociedade atual, Mattos (2005) aponta que uma das principais interações entre história e memória é a necessidade tanto de se adaptar ao passado quanto de abordar historicamente o processo de geração da memória. A memória se estabelece sempre no presente e, por meio de suas várias formas de expressão e materialidade, seja escrita, visual ou oral, permite que os historiadores analisem o passado com diferentes fontes e métodos: interpretamos e reconstruímos a partir da memória.

Com isso, sobre a memória escrita, a Literatura foi uma das artes que envolveu também os colonizados, mas nem todos tiveram a oportunidade de contar sua versão histórica, ou os que conseguiram não tiveram suas obras divulgadas. O poder dos colonizadores impedia também a propagação de versões que não fossem do seu domínio, o que fez da história afro-brasileira limitada. Duarte (2002, p. 48) enfatiza que:

O resultado de tais condicionamentos traduz-se na quase completa ausência de uma história ou mesmo de um corpus estabelecido e consolidado para a literatura afro-brasileira, tanto no passado quanto no presente, em virtude do número ainda insuficiente de estudos e pesquisa a respeito, apesar do crescente esforço nessa direção.

Sob essa perspectiva do poder, da colonialidade do poder, observamos como a história dos negros e demais povos que viveram sob o domínio dos brancos foi negligenciada. Essa forma de poder estabeleceu um distanciamento social incoerente, haja vista a vítima ter sido o negro, a própria pessoa que hoje em dia é ilegítimada por contextos históricos limitados, vista sob um aspecto apenas e que na atualidade precisa de mais revisitação histórica.

4.2 Gênero e Educação: colonialidade do ser

Quijano (2005) destaca que, além de outros aspectos, a colonialidade do gênero está relacionada ao controle do sentir do corpo e significados acerca dele, bem como a função social entre os gêneros. Lugones (2014, p. 939) se posiciona que “Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral”. A autora apresenta como uma categoria vazia, pois “nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher” (Ibid.). Essa maneira diferente de classificar mulheres e homens colonizados e europeus sugere que o sistema de gênero foi organizado por meio de uma hierarquia que combinava raça, gênero e sexualidade. O colonialismo, argumenta Lugones, é construído e imposto não apenas através da dicotomia masculino/feminino, mas através da dicotomia humano/não humano. Para Mignolo (2004), a colonialidade do ser é resultado da colonialidade do poder e do saber, pois ocorre devido a superioridade de algumas pessoas que se impõem sobre outras. Essa forma de colonialidade está relacionada a condutas de inferiorização do ser. Em 2010, contudo, o autor classifica a colonialidade do ser e do saber separada da colonialidade do poder.

Apesar do embate de ideias, em nosso contexto, a colonialidade do ser, bem como do saber, serão apresentadas sob a perspectiva linguística, em que o gênero e a educação protagonizaram questões sociais e educacionais na história quanto na contemporaneidade. Neste primeiro momento, reportemo-nos à educação dos negros no Brasil, mais precisamente dos escravos, que passou por algumas controvérsias, já que por algum tempo poderia ser um problema para quem fosse proprietário destes, e em outro momento foi necessária a alfabetização.

Viñao Frago (1993), destaca que, até a segunda metade do século XIX, aprender a ler e escrever acontecia em momentos separados. Em um espaço doméstico, com um professor particular ou em uma "sala de aula comunitária", as habilidades de leitura eram aprendidas primeiro em etapas que variavam de um a dois anos de prática. Assim, os negros aprendiam a escrever e somente após esse aprendizado, era-lhes ensinado as operações básicas da matemática. Somente após a instituição da escola de primeiras letras em 15 de outubro de 1827, que houve um aumento da alfabetização.

Sobre a escola de primeiras letras, Saviani (2013) explana:

Essa primeira lei de educação do Brasil independente não deixava de estar em sintonia com o espírito da época. Tratava ela de difundir as luzes garantindo, em todos os povoados, o acesso aos rudimentos do saber que a modernidade considerava indispensáveis para afastar a ignorância. O modesto documento legal aprovado pelo Parlamento brasileiro contemplava os elementos que vieram a ser consagrados como o conteúdo curricular fundamental da escola primária: leitura, escrita, gramática da língua nacional, as quatro operações de aritmética, noções de geometria, ainda que tenham ficado de fora as noções elementares de ciências naturais e das ciências da sociedade (história e geografia). Dada a peculiaridade da nova nação, que ainda admitia a Igreja Católica como religião oficial e estava empenhada em conciliar as novas ideias com a tradição, entende-se o acréscimo dos princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica no currículo proposto (SAVIANI, 2013, p. 126).

Por temer o pior com a educação dos negros, alguns fazendeiros e “proprietários” de negros, negavam o ensino básico a estes. Minas Gerais foi um dos estados que precisou criar lei para impedir essa ação nas escolas públicas. Moraes (2016) destaca que

Em Minas Gerais, no ano de 1835, os escravos são legalmente proibidos de frequentar as escolas públicas. Essa medida pode ser considerada fruto do temor das elites ao acesso à instrução por parte da população cativeira, uma vez que o aprendizado das tecnologias de leitura/ escrita por parte dos escravos poderia gerar uma perda de controle das “massas perigosas”. Isso não quer dizer que eles não frequentassem as aulas públicas, uma vez que a fiscalização provincial era significativamente ineficaz. Nos oitocentos, os próprios professores produziam seus “mapas de frequência de alunos” e relatórios, exigidos pela Presidência da Província. Além disso, o costume da época admitia a possibilidade de a educação de um filho, livre ou forro, ou de um escravo ainda pequeno ser confiada a um mestre artesão ou professor particular. Os professores particulares lecionavam nas residências dos pupilos ou em locais organizados pelos próprios mestres (MORAIS, 2016, p. 104).

Moraes (2016) ainda complementa que somente após 1860, a escolarização passou a ser vista como fundamental para que os ex-escravos se adaptassem à nova sociedade que começava a despontar no Brasil, já que a escravidão apresentava

fragilidade, principalmente na década de 1870. Com a Lei do Ventre Livre, a escolarização dos filhos de escravos tornou-se legal em 1871.

No que se refere ao gênero, a história da educação mostra uma sociedade que por longos períodos considerava a mulher apenas para cumprir ordens no ambiente familiar. Para o homem, era impensável que as mulheres ficassem à frente de importantes decisões, porque elas colocariam o país em perigo devido à natureza frágil (SILVESTRE, 2009).

O patriarcado condicionou às mulheres lugares de constantes submissões. A presença feminina era necessária nas casas para a limpeza, na educação dos filhos e na subalternidade ao marido. Em algumas épocas houve maior incidência de maus tratos, mas é relevante percorrer o período oitocentista para compreensão de acontecimentos discriminatórios contra a mulher e seu ingresso literário. No século XIX, uma mulher estava destinada a se casar, e sua educação nunca foi destinada a torná-la participante da vida pública. A diretriz visava atender as necessidades da família, a educação dos filhos e agradar ao marido (ABRANTES, 2014; TELLES, 2007 apud MATOS, 2019).

No caso da mulher negra (e escrava), consoante Davis (2016), a situação era de também trabalhar nas casas e ainda exercer atividades extras. Ela era para seu proprietário uma trabalhadora em tempo integral, sua prioridade era seu dono. Ressalta-se que, nem todas as escravas permaneciam nas casas com os afazeres domésticos, muitas atuavam nos trabalhos agrícolas, pois em meados do século XIX predominava o trabalho na lavoura. A situação das escravas era ainda pior, pois eram vítimas constantes de abuso sexual.

Com o tempo, quando surgiram as primeiras manifestações abolicionistas e os proprietários de escravos se sentiram ameaçados, as mulheres negras passaram a ser vistas como reprodutoras, para que estes proprietários de fazendas perpetuassem a escravidão. Quando seus filhos nasciam, poderiam também ser vendidos, o que as impediam de ser verdadeiramente mães. E quando estes ficavam com suas mães, elas deveriam trabalhar normalmente nas lavouras, colocando-os perto ou carregando-os pendurados por trapos de lençóis. Em algumas fazendas, no entanto, poderiam deixar seus bebês com outras crianças ou com idosas (DAVIS, 2016).

Ainda nesse ambiente, mesmo impedidas de sua liberdade, algumas mulheres viviam melhor trabalhando nas residências do que nas lavouras. Decerto as mulheres, no geral, tiveram mais facilidade para desenvolver a leitura e escrita, pois ficaram

responsáveis pela educação dos filhos. Foi a partir dessa época que as mulheres, tanto brancas quanto negras, puderam desenvolver a escrita e a leitura. Com essa alfabetização, desenvolveu-se, discretamente, textos femininos e consequentemente, afro-femininos. Com isso, a Literatura afro-feminina surgiu como uma forma de libertação e ao mesmo tempo de oportunidade para a mulher negra mostrar que suas atividades não se limitavam a conceitos impostos pela sociedade da época, bem como dos dias atuais.

Vemos a partir desse relato, dessa parte da história, a importância da educação na sociedade, do conhecimento das letras, dos números, da leitura, que, conforme todos aprendiam, o temor dos poderosos e escravagistas aumentava. É uma prova de que não somente antes, mas até hoje a educação tem esse poder transformador. A garra unida ao conhecimento foi que contribuiu para que negros e negras, sobretudo os escravos, mudassem sua realidade. Desse modo, percebemos como o processo de libertação está além de aprisionamento físico, mas consiste também no aprisionamento intelectual, que, se não desafiado tende a permanecer inapto até para as menores ações.

4.3 A literatura afro-feminina no Brasil: colonialidade do saber e resistências

Sob a perspectiva da colonialidade do saber, que também se dá pela repressão de outras formas de produção do conhecimento não europeu, o controle da subjetividade e do conhecimento está também relacionado à percepção da realidade, e em como acontece o desenvolvimento do conhecimento a partir de padrões estéticos (QUIJANO, 2005). Com isso, podemos dizer que o negro, como a questão estética foi imposta pelos europeus também como uma forma de inferioriza-los em sua totalidade, dada imposição de um padrão europeu da estética literária, foi visto apenas capaz ao trabalho braçal, pois, “não seriam capazes de atingir níveis de desenvolvimento cultural, artístico tecnológico e intelectual alcançado pelos brancos” (CRUZ, 2016, p. 164).

A Literatura, por abranger questões de desenvolvimento cultural, artístico e intelectual, não foi concebida como uma possibilidade para os grupos negros, pelo pensamento de que é algo reservado a pessoas com grandes estudos e conhecimento sobre a própria Literatura. Como visto anteriormente, os movimentos sociais provaram que todos poderiam manifestar suas ideias e resistir às imposições eurocêntricas.

Silva (2010, p. 97) destaca, sobre as vozes negras, coletivas ou individuais, que é necessário “ainda que em meio a algumas ambiguidades e controvérsias, assegurar, sem idealizações, sua validade e reconhecimento, fortalecendo fóruns que possibilitem dar visibilidade às vozes negras literárias”. Um dos responsáveis por essas vozes foram os movimentos sociais, pois

Além do movimento dos trabalhadores, o negro e o feminista ganharam força, influenciando nossa sociedade e conseqüentemente nossa Literatura. Dentre as grandes conquistas desses movimentos, o direito a palavra foi um dos mais significativos, já que esta é a maneira que temos para acessar o mundo. A escrita afro-feminina [...] é um elemento comum a esses dois movimentos, negro e feminista, pois aborda a questão étnica e a questão de gênero (FERREIRA; MIGLIOZZI, 2017, p. 5911-5912).

Vemos, portanto, que os movimentos sociais passaram a influenciar a sociedade e conseqüentemente a escrita literária. Gomes (2012, p. 735) afirma que “o movimento negro, assim como outros movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social”. Desse modo, o negro pôde ser visto intelectualmente e a história passou a ganhar uma nova identidade, pois a imprensa negra passou a escrever sobre sua raça (Ibid.).

Sobre os movimentos sociais negros, Domingues (2007) descreveu três fases destes: a primeira, da abolição da escravatura ao Estado Novo em 1937; a segunda, decorreu de meados da década de 1940 até o golpe empresarial-militar em 1964; o terceiro, a partir dos anos 1970 até os anos 2000, entendido como um movimento negro contemporâneo. Surgiram também clubes, grêmios ou associações compostas por negros, em todo o país: “De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor” (Ibid., p. 103). O autor ainda destaca grupos femininos que surgiram nesse meio, como o de 1925, a Sociedade Brinco das Princesas, em São Paulo; e ainda em Pelotas, a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul, de 1908.

Mas somente a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931 em São Paulo, que se expandiu para outros estados como Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, correspondia às lutas políticas mais definidas. Destaca-se que chegou a ter mais de 20 mil associados e que havia mais mulheres lutando em favor do negro. Sua organização era tamanha que mantinha escola, grupo de música e teatro, departamento jurídico, além de oferecer atendimento médico e odontológico, cursos de formação artística, de ofícios e de

política, inclusive a publicação de um jornal chamado “A Voz da Raça”. Como era um jornal que tinha como lema “Deus, Pátria, Raça e Família”, semelhante ao lema de extrema direita brasileira, muitos se dissociaram e criaram outros grupos (DOMINGUES, 2007).

Nosso foco, no entanto, está voltado às mulheres negras e seus grupos que repercutiram na sociedade brasileira. Assim, o Movimento Negro Unificado, antes, Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), como o próprio nome antigo diz, lutava contra a discriminação racial, propôs uma conjunção dos movimentos antirracistas do país, e desde então se uniram e participaram ativamente de questões contra a ditadura brasileira. Organizaram ainda encontros estaduais de negros, do Norte e Nordeste, do Sul e Sudeste, e nacionais de mulheres negras. Nisso, as mulheres passaram a exigir a inclusão do movimento da dimensão de gênero. E ainda, as organizações feministas passaram a reivindicar por questões mais voltadas às mulheres negras, já que essas eram mais compostas por mulheres brancas (QUINTANS, 2015; PEREIRA, 2013; QUINTANS, GAY, 2014; NEPOMUCENO, 2012; BARRETO, 2005).

Surgia, assim, mais força aos movimentos que estavam voltados às mulheres negras, o que contribuiu para a criação de outros grupos feministas compostos por estas mesmas mulheres. Observamos, com isso, que o lugar de fala da mulher despontava na sociedade sutilmente, mas ao mesmo tempo com voracidade. Surgia assim também a Literatura afro-feminina, que foi indispensável e determinante para o momento que o país se encontrava, ou seja, a mulher negra precisava se posicionar ante às injustiças sociais voltadas à raça e ao gênero.

Com isso, diante de uma nova escrita, a Literatura afro-feminina se refere

dentre outras possibilidades, a uma prática de significação e à utilização dos recursos da linguagem para demarcar possibilidades identitárias. As representações constituídas nela participam da invenção simbólica das identidades, estabelecendo uma noção de comunidade negra para além da noção de escravidão enquanto raiz identitária. Ao considerarmos o histórico de desumanização da comunidade negra, compreendemos que a escrita elaborada por mulheres negras contrapõe o desígnio de silenciamento aos corpos duplamente subjugados em uma sociedade etno e falocêntrica (NASCIMENTO, 2021, p. 360).

A mulher negra e sua perspectiva literária frente à sociedade se deparou com os problemas referentes ao falocentrismo, em que, consoante Evaristo (2005), destacou como as mulheres eram invisíveis, não só pelas páginas da história oficial, mas pela Literatura, quando se tornaram objetos secundários, na maioria das vezes

ficcionalizadas a partir de diversos estereótipos. As escritoras negras tentaram inscrever uma imagem de autoexpressão no corpus literário brasileiro apoderando-se da escrita. A escre(vivência) das mulheres negras deixa claro as aventuras e desventuras de quem conhece a dupla condição, a insistência da sociedade em ser inferior, mulher e negra.

Ainda nesse contexto, Silva (2010, p. 100) aponta:

A literatura afro-feminina, semelhante ao processo histórico de consolidação da literatura negra, se destaca não só com um tom de protesto e de denúncia, mas, sobretudo, por reescrever, cantar e ficcionalizar mundos, dramas, sonhos, experiências pessoais e socioculturais que lembram as memórias literárias de antepassadas/os e recriam novas palavras e escritas femininas negras. É constante, na produção literária de autoria feminina negra, o desenho de vozes e personagens negras sedutoras, não pelos seus aspectos físicos, mas pela sua força, coragem e decisão pela conquista da emancipação feminina negra individual e coletiva. Aparecem, ainda, em seus textos, figuras femininas negras, ávidas pela afirmação de si, ou simplesmente pelo desejo de tornar-se, de estarem cientes de seus dramas, como o racismo, a solidão e o sexismo, ou tão somente pelo sonho de permanecerem no mundo (e em seus mundos) como senhoras de si e de suas vontades.

Ressalta-se que a perspectiva afro-feminina não se limita às histórias de raça e gênero, a mulher negra tem liberdade para criar e se posicionar sobre diversas questões, da forma que lhe aprouver. Contudo, temas atinentes à realidade afro-feminina carregam a representatividade, o que contribui para que outras mulheres negras sejam sensibilizadas pelas narrativas, crônicas, pelos poemas, contos etc.

Na atualidade, a mulher negra, especialmente, tem se posicionado mediante as injustiças de gênero e raça; e tem buscado seu espaço na sociedade. E mesmo com muitos avanços conquistados, como o direito ao estudo, ao voto, ao trabalho formal, ainda há muito a colaborar para a sociedade. Assim, a contribuição da mulher negra à Literatura compreende a História e Literatura da sociedade, já que o conhecimento é divulgado sob uma visão ampla e não apenas pelo homem. Conceição Evaristo se posiciona neste sentido: “A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa-grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2007, p. 21). O que se percebe é que há uma limitação relacionada à memória feminina, devido à História, que é marcada pelo patriarcado, em que a mulher muitas vezes teve de usar pseudônimos masculinos para poder escrever, compor e apresentar sua arte.

Desse modo, a Literatura Afro-feminina foi e é determinante para as denúncias étnico-raciais e de gênero, pois o contexto histórico apresenta uma sociedade racista

e sexista que impôs e se interpôs nos conhecimentos negros femininos e adjacentes. Assim, é a mulher negra que melhor conhece as questões em torno de sua realidade.

Sobre a questão da memória, Sarlo (2007) considera que memória e relato de memória serão "terapias" de alienação e objetivação. Por outro lado, se não é mais possível manter uma verdade, então floresce a verdade subjetiva, alegando saber o que, até três décadas atrás, era considerado oculto pela ideologia, ou submerso em processos inacessíveis à simples introspecção. Por esse motivo o autor ainda destaca: "O sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito" (SARLO, 2007, p. 39). A mulher negra, portanto, é sujeito e tem experiências que podem utilizar para se afirmar na sociedade, já que durante anos houve uma exclusão no cânone literário do negro e da mulher, e esta foi a mais prejudicada nessa situação.

É interessante percebermos que, a partir dos anos 1980, uma enxurrada de pesquisas de vanguarda no Brasil, buscou reescrever a história da literatura brasileira. E sua crítica, até por volta dos anos 1970, só reconhecia textos literários clássicos, ou seja, textos "escritos em registros masculinos" (SANTOS, 2007). Os estudos referentes às mulheres, com acervos datados do século XIX, ganharam força em 1984 com o Grupo de Trabalho Mulher e Literatura, no âmbito da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) (BRASIL, 2018). E somente neste século houve maior manifestação das publicações de escritoras afrodescendentes, com textos que trazem personagens e histórias, em que a cor da pele é cheia de luta, mas principalmente orgulho e amor próprio (DREY; PAZ, 2020). Não podemos esquecer, contudo, que antes dos movimentos sociais houve precursoras da Literatura Afro-feminina e que não receberam a devida importância. Para Job (2020)

Em se tratando das escritoras afro-brasileiras, em específico, estas revelações só vêm (re)afirmar a presença negra além da casa grande e da senzala na formação social e intelectual do Brasil. Presenças estas às quais se deve dar (re)conhecida visibilidade. Concomitantemente, lançar luz sobre temas abordados nas literaturas afro-brasileiras, visando à análise da representação feminina, assim como analisar aspectos estruturais dessas narrativas também é uma forma de contribuir para a visibilidade dessa literatura que ainda é olhada de esguelha pela ala conservadora dentro da academia (JOB, 2020, p. 94).

Os escritos literários afro-femininos no século XXI passaram a ter mais notoriedade. Mas o conhecimento de escritoras que tiveram suas obras literárias escondidas durante os períodos de maiores problemas relacionados a gênero e raça,

foram de grande relevância para o posicionamento na sociedade atual, haja vista a coragem e audácia de precursoras das obras literárias.

É sabido, portanto, que nos últimos anos as menções às obras das escritoras afrodescendentes têm sido mais constantes, principalmente nos trabalhos acadêmicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, conforme pesquisa em *sites* especializados como o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, bem como *Google Acadêmico*, dentre outros.

A longo prazo, em todas as suas fases, a história das mulheres tem favorecido a produção de estudos que colocam o gênero feminino no centro da narrativa. No campo da história da educação, tem sido comum abordagens sobre a evolução do acesso da mulher ao saber escolarizado, destacando-se a feminização do magistério e a ênfase a trajetórias sociais de mulheres que se destacaram no seu tempo. Em relação ao protagonismo das mulheres na sociedade letrada costuma-se dar relevância a abordagens sobre a presença das mulheres na literatura e no envolvimento com a circulação de ideias pedagógicas ou políticas (CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p. 153).

A menção à Literatura Afro-feminina brasileira se estende ao rompimento de uma nova Pedagogia, em que essa atua como formadora de uma nova sociedade, e a questão de gênero é bem evidenciada, bem como, a raça e todo o contexto em torno de sua vivência. E ainda, “a literatura negra feminina é experimentada, construída e, acima de tudo, marcada por uma subjetividade que parte da condição de mulheres negras na sociedade” (CRUZ; CUNHA; PIRES, 2020, p. 2900), o que lhes confere legitimidade no processo de representação e criação literária. Ademais, a partir da ideia de mudança, a ruptura maior se evidencia na mulher, na escritora, que pode ser mais conhecida no meio em que viveu. Observa-se, com isso, que a produção literária das mulheres destacou a História com uma visão mais voltada à realidade destas.

Apesar de vermos um passado distante, no presente há algumas semelhanças com a forma de como a mulher era vista. No contexto histórico, a figura feminina ainda não é tão referenciada na História do Brasil, principalmente voltada às suas próprias obras literárias. Schmidt (2012), elucida que, se o valor estético é definido em termos de composição artística, cuja identificação depende de um gosto formado a priori, pode-se interrogar o processo de formação do gosto para compreender as condições sociais que permitem sua naturalização na possibilidade de consenso e norma.

É nesse sentido que a recuperação e exploração da autoria feminina nas narrativas históricas construídas pela literatura brasileira no século XIX tem despertado uma série de questionamentos sobre o que constitui nosso passado

literário e como ele foi, seus valores e representação do regime, na cultura, nas instituições, a teoria e a interpretação dos desdobramentos do poder da sucessão do poder patriarcal foram replicadas posteriormente. Não é só excluir uma peça ou outra porque tem assinatura de mulher, é negar todas as escritoras desse período, que tinham direito ao poder simbólico de investir na autoria.

Schmidt (2012) relembra que o estudo de autoria feminina e a visibilidade de obras ignoradas pela elite de críticos em diferentes contextos nacionais, especialmente aquelas produzidas no século XIX, levanta questões sobre a institucionalização da Literatura e a indissociabilidade entre estética e política na constituição de critérios referenciais, aos quais os textos de autoria de mulheres não serem qualificados para integrar o legado da tradição literária de seus países.

Vale ressaltar que, mesmo com tantos avanços femininos, até para ser reconhecida como escritora, a mulher foi condicionada a humilhações quando requereu seus direitos e se impôs mediante às indiferenças masculinas. Um dos embates ocorreu na Academia Brasileira de Letras – ABL, que foi uma das instituições a criar lei para impedir que mulheres fossem membras, conforme Fanini (2009):

[...] os membros efetivos serão eleitos, nas condições do art. 2.º dos Estatutos, dentre os brasileiros, do sexo masculino, que tenham publicado, em qualquer gênero de literatura, obra de reconhecido mérito, ou, fora desses gêneros, livros de valor literário (FANINI, 2009, p. 347).

Antes de uma mulher tentar a candidatura na ABL, não havia o termo “masculino”, foi colocado posteriormente à solicitação de Amélia Beviláqua. Ressalta-se ainda que foi negada sua candidatura à ABL – o que contribuiu para a publicação da obra “Amélia Beviláqua e a Academia Brasileira de Letras: documentos histórico-literários”, em um ato de protesto – que anos posteriores foi relevante para que a candidatura de Dinah Silveira, mesmo negada no primeiro momento, tivesse um manifesto maior, haja vista a divulgação nos noticiários e o apelo comunitário (Ibidem).

Com isso, Dinah foi eficaz na luta para o ingresso da mulher em meios aos acadêmicos literários, contribuindo, portanto, para a eleição de Rachel de Queiroz. Embora, os rumores – sem desmerecer o trabalho de Rachel de Queiroz – foram que, sua inserção foi devido à política. Desde a criação (em 10 de novembro de 1896) até o ingresso da primeira mulher na Academia Brasileira de Letras foram necessários 80 anos, e, contudo, esta ainda sofreu preconceito. Somente após inúmeras contestações para que outras mulheres fossem aceitas na ABL é que houve aceitação, inclusive de Dinah Silveira de Queiroz (FANINI, 2009).

Nisso, o reparo às obras literárias femininas e às lutas sofridas por estas, inclusive as mulheres negras, consiste em uma ação que pode levar anos, mas que é necessária à sociedade. Embora nos últimos anos, conforme já apresentado, tem-se buscado o conhecimento de obras de autoras que ficaram no esquecimento ou que foram negligenciadas pela sociedade. Nesse contexto, um dos grandes exemplos de obras da Literatura afro-feminina brasileira só foi resgatada há pouco tempo, *post mortem*, e que modificou a História literária, já que após a descoberta de seu romance *Úrsula*, foi constatado que a autora se tratava da primeira romancista brasileira, Maria Firmina dos Reis.

5 MARIA FIRMINA DOS REIS E O PENSAMENTO PRODUZIDO EM SUAS OBRAS *ÚRSULA E CANTOS À BEIRA-MAR*

Antes de conhecermos mais sobre a história de vida e as obras de Maria Firmina dos Reis, faz-se necessário uma breve abordagem de um levantamento realizado sobre as obras referentes a essa autora. Ao realizarmos o Estado do Conhecimento, em 2021, a partir dos estudos produzidos sobre Maria Firmina dos Reis, verificamos que esta é relativamente conhecida para além dos estados do Maranhão, já que artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado são fáceis de encontrar nos sites correspondentes aos estudos acadêmicos. São trabalhos mais voltados para a análise de suas obras, numa correlação com a raça, com o gênero e com a Literatura. Quando buscamos trabalhos produzidos sobre a autora, centrados na Educação Básica, na ideia de saber se ela também é conhecida nessa modalidade de ensino, percebemos que ainda não há pesquisas nessa direção.

Com isso, buscamos no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e estreitamos a pesquisa ao substantivo “Firmina”, entre os anos de 2015 e 2019, no que obtivemos o resultado de nove dissertações centradas na Literatura. Um número ainda pequeno pelo tempo em que a autora passou a ser conhecida. As pesquisas são de diversos lugares do Brasil, como: a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, da capital São Luís/MA, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes/ MG, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em João Pessoa, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC/RS, Universidade de São Paulo – USP/SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp/SP, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS e Universidade Federal de Goiás – UFG, em Catalão/GO. Após levantamento das obras, notamos mais ainda a importância da pesquisa para a sociedade, em especial à do estado do Maranhão (BARBOSA; RIBEIRO; CÂNCIO, 2021).

Ao observarmos as pesquisas concernentes a autora e seus escritos no banco de dados, compreendemos seu posicionamento no período oitocentista. Essas análises podem ser vistas sob diferentes perspectivas, mas também pretendem abordar os problemas evidentes do século XIX, em que mulheres e negros eram vistos como inferiores em sociedades patriarcais e dominadas por brancos. Isso ainda deixa

sua marca na contemporaneidade. Assim, foram nove os trabalhos nos últimos cinco anos na plataforma pesquisada – embora acreditemos que esse número seja maior em outras plataformas. A pesquisa realizada contribuiu para análises que foram realizadas buscando a similaridade das dissertações.

Obtivemos o seguinte quadro com as respectivas pesquisas:

Quadro 1 - Dissertações no período de 2015 a 2017 no Catálogo da Capes.

ANO	INSTITUIÇÃO	AUTOR (A)	TÍTULO DA PESQUISA DE MESTRADO
2017	Universidade de Santa Cruz do Sul	MENESES, Francisca Pereira da Silva	As questões étnicas e de gênero nos romances <i>Úrsula</i> , de Maria Firmina dos Reis, e <i>A escrava Isaura</i> , de Bernardo Guimarães
2017	Universidade Estadual de Montes Claros	SILVA, Geraldo Ferreira da	Maria Firmina dos Reis: a voz negra na literatura brasileira dos oitocentos
2016	Universidade Federal de Santa Maria	ANDRETA, Bárbara Loureiro	Visões da escravatura na América Latina: <i>Sab</i> e <i>Úrsula</i>
2016	Universidade Estadual de Campinas	SANTOS, Carla Sampaio dos	A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX
2016	Universidade de São Paulo	DIOGO, Luciana Martins	Da sujeição à subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras <i>Úrsula</i> e <i>A escrava</i> de Maria Firmina dos Reis
2016	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	ZIN, Rafael Balseiro	Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista
2016	Universidade Federal da Paraíba	PINHEIRO, Thayara Rodrigues	Vozes femininas em <i>Úrsula</i> , de Maria Firmina dos Reis, “uma maranhense”
2015	Universidade Federal de Goiás	RIO, Ana Carla Carneiro	Autoria, devir e interdição: os “entrelugares” do sujeito no romance <i>Úrsula</i>
2015	Universidade Federal do Maranhão	SANTOS, Katiana Souza	Relações de gênero na segunda metade do século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos reis: análise do romance <i>Úrsula</i>

Fonte: Barbosa, Ribeiro, Cândia (2021).

Nos trabalhos de Meneses (2017), Pinheiro (2016), Santos (2015), o estudo se volta para o gênero a partir das obras de Maria Firmina dos Reis, em que são analisados além do grupo feminino nestas, a história da mulher que corresponde a

época. Meneses (2017) ainda faz uma relação apontando os discursos étnicos e de gênero, identificando diferenças e semelhanças em duas obras distintas: *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis; e, *A escrava Isaura* (1875) de Bernardo Guimarães. As duas narram histórias sobre a mulher negra e escrava. No entanto, ambas são vistas por ângulos diferentes, em que há discursos do gênero feminino em *Úrsula* e masculino em *A escrava Isaura*, mesmo com a personagem principal sendo mulher.

São apresentados contrapontos, bem como similaridade do gênero feminino em condições de inferioridade. As considerações na pesquisa de Meneses são sobre a crítica feminista, o negro na literatura e análise das obras de Maria Firmina dos Reis e Bernardo Guimarães, em que há a resignificação da mulher na Literatura, que vão desde textos literários escritos por mulheres e encontrados por outras pesquisadoras, à mulher sendo protagonista de suas experiências.

Pinheiro (2016), ressalta as “vozes femininas” no romance *Úrsula*. A pesquisadora exalta as personagens que ganharam uma nova visibilidade mesmo numa sociedade patriarcal e escravagista. As análises em torno das personagens, trazem características da valorização da História sob o ponto de vista feminino, em que as personagens mesmo representando a mãe, a filha, a escrava e a esposa querem dizer muito mais das mulheres da época, colocando-as em condições de fala e protagonismo.

Pinheiro ainda destaca que Maria Firmina não é valorizada em sua terra. Terra esta, que a escritora exalta em algumas de suas obras. Uma das grandes expectativas da pesquisadora em suas palavras finais é a expansão e aprofundamento dos estudos em torno da vida e obras de Maria Firmina dos Reis, tanto nas universidades quanto na educação básica, bem como cotejar outras escritoras afro-maranhenses.

Na pesquisa de Santos (2015), a autora discorre sobre a história das mulheres na Literatura, detalha sobre a época em que Maria Firmina viveu e sua contribuição literária, mas não a exalta tanto, não a faz heroína (palavra consoante o texto), apresenta-a como uma das escritoras da época que teve sua grande contribuição na Literatura. Tanto que apresenta em quadro outras que contribuíram no século XIX com suas respectivas obras. E ainda, apresenta um comparativo de ensino da época, em que a maioria das escolas era composta por homens e havia um número baixíssimo de mulheres nas salas de aula, havendo, portanto, uma divergência quanto à valorização da mulher na sociedade. O que configura uma discriminação da época. A pesquisadora ainda aponta a voz das mulheres no romance *Úrsula*; em que estas são

marcadas pela bravura e perspicácia em suas falas e atuações. Disserta também sobre as impressões de Maria Firmina dos Reis causadas na sociedade da época. Mesmo sendo mulher, a admiração dos homens por sua escrita, fizeram-na crescer nos folhetins e jornais, embora não se identificando inicialmente, o que destaca mais ainda sua contribuição no meio literário.

Silva (2017) e Andreta (2016) procuraram com sua dissertação aprofundar o tema do negro sob a visão da escritora maranhense. Embora o foco de Silva (2017) tenha sido sobre a voz negra de Maria Firmina na Literatura, o pesquisador apresentou em seu trabalho questões sobre a mulher e suas obras literárias e as dificuldades encontradas por estas no século XIX, justamente por ser numa época de predomínio patriarcal e escravocrata. Sua análise voltada para a composição literária *Úrsula*, revela principalmente os pensamentos abolicionistas da escritora, utilizando inclusive, premissas cristãs, de modo a convencer sobre a abolição e o respeito às mulheres. Com essas análises, o desenvolvimento de sua obra compreende a importância daquela que melhor conhecia o cenário escravocrata e do gênero inferiorizado. Argumenta ainda que os escritos de Maria Firmina sobre a abolição, por ser o primeiro romance deveria ter uma maior importância na sociedade. Encerra destacando as diversas interpretações acerca da obra *Úrsula* que podem e devem ser contínuos os estudos, inclusive a respeito da autora.

Andreta (2016), utilizou-se da Literatura comparada para analisar *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, e da cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda, *Sab* (1841), ambas sob o contexto abolicionista. Suas considerações são relativas às visões distintas das escritoras, mesmo com um tema tão semelhante. Enquanto Reis discute sobre a abolição da escravatura de forma incisiva com atitudes políticas e relatando a escravidão sob o olhar do negro e da mulher pobre, que abrange consequentemente gênero, etnia e classe, Avellaneda, que também escreveu um romance com teor abolicionista e antiescravista, apresenta algumas divergências no que tange ao racismo e luta pelos direitos dos negros. Contudo, ambas as escritoras são precursoras na literatura abolicionista e feminina.

Diogo (2016), voltou-se para a representação da subjetividade do negro, com uma abordagem multidisciplinar abrangendo as críticas literárias, históricas e sociológicas. Para isso recorreu ao romance *Úrsula* (1859) e ao conto *A escrava* (1887), ambos de Maria Firmina dos Reis. Antes, a pesquisadora destaca a história da escritora, inclusive sob o olhar de quem pesquisa sobre Maria Firmina.

Contextualiza a história do negro literário de Reis com cartas escritas por escravos, além de afirmar o problema da literatura afro-brasileira que consistia na não aceitação na época, e que o problema é reforçado por Maria Firmina ser mulher e mestiça. Diogo faz ainda um contraste entre o tempo e espaço das obras para analisar também a época que o Romantismo era predominante nas obras.

O que se busca com os estudos é a realidade contextualizada, a subjetividade interposta por meio de situações vivenciadas principalmente pela mulher e pelo negro, e que encontra voz num subterfúgio literário apresentado por uma mulher que se posicionava contra a escravidão. As observações da autora na obra sobre as características das personagens de Maria Firmina dos Reis consistem no que a escritora maranhense pretendia demonstrar, ou seja, o negro era colocado como alguém que se posicionava e que sabia que aquela condição de escravidão não poderia limitar sua essência. Percebe-se ainda na pesquisa, a diversidade de autores e obras que a pesquisadora se debruçou para traçar perfis condizentes com a história e obras de Maria Firmina dos Reis, numa forma de valorização filosófica que permeia os segmentos literários.

Rafael Zin (2016) destaca a trajetória intelectual de Maria Firmina dos Reis, além de buscar contribuições nas produções literárias que identificam o pensamento político e social da escritora. Para isso, recorreu às obras *Úrsula* (1859), *Gupeva* (1861-2) e *A escrava* (1887). O autor salienta, inclusive, que as ideias de Maria Firmina abrem possibilidades para diversas questões, como estudos sobre a sociedade da época oitocentista, a visão do negro daquela época, as artes – motivo pelo qual há muitas pesquisas de áreas distintas, como a Antropologia, a História, as Artes. E o que mais é observado é sua própria sensibilidade para lidar com temas tão delicados para o período oitocentista, ainda mais por ser mulher e negra. O pesquisador observou nas obras da escritora, além das questões abolicionistas e temas sobre discriminação racial e de gênero, o preconceito étnico e uma perspectiva metodológica que consiste numa identidade cultural afro-brasileira. Com isso, tem-se uma noção dos pensamentos de Maria Firmina que para a época eram revolucionários.

Santos (2016) buscou uma pesquisa voltada para a trajetória da escritora e professora, igualmente das obras estudadas por Rafael Zin (2016): *Úrsula* (1859), *Gupeva* (1861-2) e *A escrava* (1887). No entanto, configura uma análise mais ampla no contexto educacional, que consiste numa interpretação assertiva que Maria Firmina

dos Reis, propositadamente ensina e critica seus leitores com as obras supracitadas. Além de uma escrita relevante ao se tratar da didática-pedagógica e moral para a educação daquela época. Ambos os autores, Rafael Zin (2016) e Santos (2016), apresentaram a professora e a escritora Maria Firmina dos Reis com uma visão distinta e ao mesmo tempo ampla. Uma pessoa que contribuiu de duas formas, tanto na Literatura quanto na Pedagogia, com suas particularidades e defendendo um ideal, que na época oitocentista tinha um desafio muito maior e conseguiu se interpor mediante às injustiças sociais por meio de suas obras e profissão.

Sob uma perspectiva mais ampla, Rio (2015) analisou a obra *Úrsula*, contextualizando com a realidade de Maria Firmina dos Reis, entre o tempo e espaço, sob a visão de Michael Foucault, no que tange à autoria, interdição e poder, que contribuiu significativamente para a pesquisa; bem como o “devir” de Gilles Deleuze ao tratar a Análise do Discurso da narrativa; além das observações que consistem em o porquê de obras femininas e abolicionistas serem interditadas no século XIX. Nisso, a autora inicia a obra com a Análise do Discurso, que é conceituada para a compreensão do pensamento foucaultiano, e assim haja a contextualização do romance *Úrsula*, de modo a trazer as problematizações que aproximam o discurso, a História e a Literatura, conforme pontuou a autora.

São destacadas ainda as obras *Os tambores de São Luís* (1975), de Josué Montello e *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, devido aos aspectos sociais relacionados ao negro, e com contrastes de autorias masculinas e brancas. Dentre os aspectos trazidos pela pesquisa, os “entre-lugares” do sujeito são posicionamentos da autora, que é narradora e é encontrada em suas personagens. Assim, viu-se uma complementação do discurso da escritora acerca da desigualdade social com aspectos que envolvem as mulheres e os negros, em busca da sensibilidade das questões abolicionistas, numa obra que edifica a mulher e retrata a escravidão vista pelo afrodescendente.

Assim, é possível compreendermos como as dissertações sobre a História de Maria Firmina dos Reis são intrigantes porque contam a história de uma professora que utilizou de seus conhecimentos literários para se posicionar contra as injustiças sociais realizadas contra afrodescendentes e mulheres do período oitocentista.

5.1 Quem foi Maria Firmina dos Reis?

A protagonista dessa pesquisa viveu num período que não poderia ser protagonista na sociedade por ser mulher, negra e professora. Viveu num tempo de incidências de sexismo, racismo e contrastes educacionais contra as minorias. Contudo, soube carregar as características inicialmente apresentadas neste tópico com honradez. Era uma mulher única para seu tempo pelo seu posicionamento social e forma de agir em meio aos problemas da época.

Embora inicialmente não se apresentando à sociedade, mas usando apenas o pseudônimo “Uma maranhense”, conseguiu chamar atenção pela escrita e o contexto abolicionista. Maria Firmina foi uma maranhense que inspirou luta e resistência, além de saberes, de conhecimento, de intelectualidade. Talvez o anonimato inicialmente possa ter sido uma estratégia que estava associada à época histórica, já que não havia mulheres na Literatura. Sua história de vida nos foi apresentada na década de 1970, após sua obra ser encontrada por José Nascimento Moraes Filho⁵.

Ressalta-se que antes, o resgate de suas obras ocorreu em 1962, por acaso, quando Horácio de Almeida (bibliófilo) comprou em um sebo, um lote de livros que constava uma cópia de *Úrsula* (PINTO-BAILEY, 2018). Desde então os estudos voltados à escritora foram diversos, tendo como precursor o pesquisador Moraes Filho, que lançou em 1975 a obra *Maria Firmina – Fragmentos de uma vida* (Ibid.). No entanto, as informações iniciais sobre a vida da escritora se contrapuseram por documentos incompletos ou perdidos, que após algumas décadas foram encontrados, de modo a retificar a História. Não é à toa que nos deparamos com informações diferentes em livros, vídeos, artigos ou materiais na internet sobre a autora, já que os dados ainda estão sendo retificados.

Uma das primeiras informações equivocadas diz respeito a data de nascimento da escritora, apresentada inicialmente como sendo em 11 de outubro de 1825. Data que também foi instituída como o Dia da Mulher Maranhense, Lei nº 3.754/1976, como uma forma de homenagear a escritora no seu estado. E alterado posteriormente com a Lei nº 10.763, de 29 de dezembro de 2017, após mudança da data de aniversário

⁵ Poeta maranhense (1922-2009). Natural de São Luís/MA. Filho do também escritor José Nascimento Moraes. Por ser um pesquisador nato, em 1973, ao pesquisar na Biblioteca Pública do Estado sobre contos natalinos maranhenses nos jornais do século XIX, deparou-se com os poemas e resenhas críticas do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, que assinava “M.F.R.”, tornando-a conhecida desde o dia 11 de novembro do mesmo ano (GARRIDO, 2021).

de Maria Firmina para o dia 11 de março de 1822. O documento que correspondia a data de nascimento da escritora era uma certidão de batismo, que não constava dia e ano. Maria Firmina nasceu com muitos problemas de saúde e por esse motivo não pôde receber o sacramento antes dos três anos de idade. Esse, ocorreu apenas dia 21 de dezembro de 1825. Como deveria assumir o cargo de professora no concurso de Guimarães/MA, conforme o documento, a professora teria apenas 22 anos de idade, não podendo ingressar na escola feminina de primeiras letras da Vila São José de Guimarães, que tinha como idade mínima 25 anos de idade, assim, Maria Firmina teve de entrar com um processo dia 25 de junho de 1847 junto à Câmara Eclesiástica para retificar sua certidão de batismo, com isso surgiu os “Autos de Justificação do dia do Nascimento de Maria Firmina dos Reis”, um documento que foi concluído dia 13 de julho do mesmo ano (CRUZ; MATOS; SILVA, 2018).

Diz Maria Firmina dos Reis, filha natural de Leonor Fillipa dos Reis, que ela quer justificar por este Juízo que nasceo no dia 11 de Março do anno de 1822, e que só teve lugar o seu baptismo no dia 21 de Dezembro de 1825, como mostra pelo documento junctos, por causa da molestia que então lhe sobreveio e privou ser baptisada antes; o que feito requer se se julgue por sentença, e que mande abrir novo assento por tt.º (ADLER, 2017, p. 59).

Certo é que, a justificativa para a alteração na data da certidão de batismo de Maria Firmina dos Reis foi que, consoante declaração da igreja, crianças doentes com grandes possibilidades de não sobreviverem, deveriam ser batizadas com oito dias de tolerância após o nascimento para garantir o céu sem precisar passar pelo purgatório, ou seja, contrastando com a realidade da época, a professora tinha o perfil que culminou com a data incorreta (DEL PRIORE, 2016 apud CRUZ; MATOS; SILVA, 2018).

Entretanto, em pesquisas mais recentes que iniciaram em 2018, feitas pelo juiz de Direito e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães, Agenor Gomes, em sua obra *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*⁶, lançada

⁶ Após conversa com o Doutor e Mestre em Ciências Sociais, Rafael Balseiro Zin, pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP, um dos mais estudiosos da vida e da obra de Maria Firmina dos Reis, fui informada sobre a existência de uma pesquisa mais recente que trazia informações inéditas sobre a escritora maranhense. Embora tendo comprado o livro pela internet, não chegou a tempo para acrescentar a esta pesquisa. Contudo, em um breve relato, Dr. Rafael Zin, antecipa algumas das informações no sítio eletrônico Literafro, dentre elas, a árvore genealógica da família de Maria Firmina, que se inicia com sua avó Engrácia Romana da Paixão, africana escravizada e depois alforriada, até ramificações da quinta geração familiar.

no dia 22 de março de 2022, na Academia Maranhense de Letras – AML, conta com informações inéditas sobre a escritora, dentre elas, a correta data de nascimento, que exclui a que foi alterada em 2017. Isso se deve ao concurso que Maria Firmina dos Reis realizou e foi aprovada em 1847, mas que não poderia assumir devido a sua idade que era 22 anos. Com isso, numa forma de conseguir o cargo de professora mesmo com a idade inferior, recorreu à mudança de data de nascimento. Ou seja, buscou de forma vantajosa resolver aquela situação, portanto, a data de seu aniversário é realmente dia 11 de outubro de 1825 (ZIN, 2022).

Outro equívoco foi em relação a sua filiação, que tinha como mãe, Leonor Felipe/Felipa dos Reis (mulata e bastarda), e pai, João Pedro Esteves (MUZART, 2018). Em outra situação a mãe é apresentada como branca de origem portuguesa, e o pai, negro, escravo africano (ADLER, 2017; CORREA, 2013). Contudo, apenas o nome da genitora de Maria Firmina consta no documento (MUZART, 2013).

Em pesquisas mais atualizadas de Cruz, Matos e Silva (2018), a mãe era Leonor Felipa (mulata forra). João Pedro Esteves era um homem de posses que foi sócio de Caetano José Teixeira, este último era senhor de Leonor Felipa e morreu em 1819. A paternidade consta apenas na certidão de óbito da escritora (Cf. ANEXO A), em 11 de novembro de 1917, declaração feita por uma pessoa próxima, já que todos sabiam da paternidade ausente dos documentos. Certamente por ser um homem com propriedades não poderia estar associado a uma filha mestiça, por questões econômicas, religiosas e raciais. Vale ressaltar que na época, os relacionamentos entre brancos e negros eram frequentes, sem compromisso, mesmo resultando em filhos mestiços. E raros eram os registros de paternidade nas certidões da época.

Ainda segundo as autoras, alguns parentes da professora foram identificados como passageiros do vapor rumo ao Pará, no dia 3 de janeiro de 1860. Isso porque os nomes foram publicados na imprensa, no *Publicador Maranhense*, em 4 de janeiro do mesmo ano. São as seguintes pessoas, além de Maria Firmina dos Santos e sua mãe Leonor Felippa dos Reis: Henriqueta Romana dos Reis (tia materna), Amália Augusta dos Reis (irmã de Maria Firmina) e Balduína Amália dos Reis – que na verdade é a prima de Maria Firmina, e estava escrito o nome como Balbina Amália dos Reis. Outros parentes são Martiniano José dos Reis (tio), irmão de Leonor, que também foi testemunha nos “Autos de Justificação do dia do Nascimento de Maria Firmina dos Reis”. Declarou que vivia da lavoura, mas nos noticiários aparecia como “Solicitador” em Guimarães (um advogado da época que tratava de documentos,

acompanhamento de partilhas e fazia escrituras), além de alfaiate; era casado, natural de São Luís, declarando, inclusive morar com sua irmã Leonor, o que ratificou o nascimento de Maria Firmina dos Reis em São Luís – já que surgiram dúvidas quanto a sua naturalidade. Martiniano era pai de Filinto Elísio dos Reis (promotor público e intendente do município de Guimarães).

Observamos, com as informações apresentadas, como parte da família tinha conhecimentos em áreas de destaque, o que nos permite analisarmos que a Educação já era vista como importante para a época. Nesse sentido, sobre a questão educacional e ainda nos remetendo aos equívocos relacionados à escritora, o professor Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), que nasceu e morreu no Maranhão, também foi associado como primo materno de Maria Firmina dos Reis. Destacamos que Francisco Sotero dos Reis, embora nunca tendo saído de sua província, conseguiu visibilidade nacional pelas contribuições intelectuais que deu em vida. Este “Foi um latinista, filólogo, gramático e professor. Esteve à frente dos partidos políticos mais conservadores, o que lhe fez ter algumas indisposições com intelectuais da província. Fundou e colaborou para diversas revistas e periódicos da época” (MELO, 2018, p. 558). A similaridade do sobrenome, bem como a questão da visibilidade à escritora, são indicativos do pesquisador Moraes Filho ter feito essa relação. No entanto, ainda não foi identificada nenhuma fonte que confirmasse esse parentesco (CRUZ; MATOS; SILVA, 2018). E ainda, conforme Cruz, Matos e Silva (2018, p. 161),

Além de indivíduos com identificado parentesco com Maria Firmina, muitas outras pessoas com o mesmo sobrenome constam nas fontes do século XIX, que fazem referência à população da região que compreende Guimarães, Pinheiro e Cururupu. Até o presente não se dispõe de informações suficientes para atribuir grau de parentesco entre a professora Firmina e essas pessoas identificadas com o sobrenome “dos Reis”, como também ainda não se sabe se possuíam algum parentesco com o renomado professor e jornalista Sotero dos Reis. Sendo assim, ainda não é possível confirmar ou contestar o parentesco afrodescendente de Sotero dos Reis com a família de Maria Firmina.

Maria Firmina dos Reis morou na capital do Maranhão, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, onde também se batizou na igreja⁷ de mesmo nome. Na figura 1 destacamos a imagem da igreja, que cresceu e passou por reformas (IBGE, 2022).

⁷ A edificação foi iniciada em 1619 pelo 3º Capitão-Mor Diogo Machado da Costa que, no final do seu mandato, em 1622, a inaugurou. [...] Durante sua longa existência sofreu reformas, muitas malfeitas, que culminaram com desmoronamento de parte da igreja e sua reconstrução. As formas atuais da Igreja da Sé ou Catedral Metropolitana de São Luís do Maranhão é o resultado da reforma ocorrida em 1922 (IBGE, 2022).

Figura 1 - Igreja Nossa Senhora da Vitória em São Luís/MA.



Fonte: Aragão (2013).

Outra questão que aparece com idades e datas divergentes, é quanto a ida da família para a Vila de São José de Guimarães no Maranhão. Adler (2018) destaca que em 1830, ano em que a escritora teria oito anos de idade, esta mudou-se com a família para a pequena cidade do Maranhão, atual Guimarães, localizada próxima a São Luís, onde permaneceu até os últimos dias de vida. Já Silva (2018) diz que Maria Firmina morou no interior desde os onze anos de idade, enquanto a maioria dos pesquisadores enfatiza sua mudança aos cinco anos de idade (ABRANTES, 2004; MENDES, 2006; MUZART, 2013; SILVA, 2011).

A figura 2 mostra a residência de Maria Firmina dos Reis (à direita), na cidade de Guimarães, mais precisamente na praça Luís Domingues, onde a professora também deu aulas até 1881. A fachada não mudou até a década de 1960 (ADLER, 2018; BRITO, 2018). Maria Firmina morou com sua tia que tinha melhores condições econômicas (MUZART, 2018).

Figura 2 – Residência de Maria Firmina dos Reis na praça Luís Domingues.



Fonte: Brito (2018).

Sobre as características físicas de Maria Firmina dos Reis, não há registros de sua imagem, muito menos como ela se apresentava à sociedade. Na certidão que foi retificada não há a inclusão de cor. Muitos autores utilizam o termo mestiça à autora, o que não a impossibilita da classificação da raça negra, já que sua mãe, conforme certidão de batismo, é classificada como escrava forra, e seu tio, pardo, concluindo sua linhagem. Além de que, como já foi apresentado, seu pai era branco, o que pode ter feito com que “Na qualidade de mestiça, é provável que Maria Firmina não possuísse fenótipos expressivos dos negros, o que pode ter contribuído para a sua aceitação e reconhecimento de méritos” (CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p. 162).

Moraes Filho (1975) colheu os depoimentos da filha de coração de Maria Firmina, Dona Nhazinha Goulart, e de Eurídice Barbosa, que foi aluna da escritora; estas descreveram os traços físicos de Maria Firmina na faixa etária dos 85 anos com “Rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-escuros, nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos, meã (1,58, pouco mais ou menos), morena” (MORAIS FILHO, 1975, n/p).

Foi registrado o encontro de Moraes Filho com Dona Nhazinha Goulart por meio de fotografia. Torna-se relevante analisarmos a aparência daquela que é a parente mais próxima de Maria Firmina dos Reis, para fazermos uma leve comparação com o que a filha de coração (sobrinha) e a ex-aluna descreveram. É uma forma de compensação por não termos algo concreto sobre a escritora ou apenas porque somos instigados a uma referência visual, já que a imagem atua sobre o sujeito, constrói significado, sentido, informação e conhecimento, e serve como referência identitária (TOURINHO, 2011).

Na figura 3 há a fotografia de Nascimento Moraes Filho, Dona Nhazinha Goulart, Monsenhor Benedito Coelho Estrela, que foi um comunicador sacro à frente da Rádio Educadora do Maranhão onde apresentou durante mais de 10 anos, às 18 horas, a “Ave Maria”, e o programa radiofônico “Uma Canção Para Você”, em cujo programa seria um dos mais entusiastas divulgadores do “descobrimento” da obra da escritora Maria Firmina dos Reis, pelo escritor Nascimento Moraes Filho, no ano de 1975. O Monsenhor faleceu no dia 19 de março de 1991 em São Luís. Além de Alice Nogueira, que coordenou o movimento responsável pelo que se acreditava ser o sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis em 1975 (BRITO, 2016; MORAIS FILHO, 1975).

Figura 3 - Nascimento Morais Filho, Dona Nhazinha Goulart, Monsenhor Estrela e Alice Nogueira.



Fonte: Morais Filho (1975, n/p).

A figura 4 é de Eurídice Barbosa Cardoso, ex-aluna de Maria Firmina dos Reis e que contribuiu com as informações sobre a aparência física da escritora.

Figura 4 - Eurídice Barbosa Cardoso.



Fonte: Morais Filho (1975, n/p).

Apesar das informações obtidas na entrevista, o retrato falado não foi o que circulou na sociedade, pois, durante algum tempo, e ainda surge pela internet e outros materiais, figuras de outras mulheres como se fossem Maria Firmina. A mais recorrente é a de Maria Benedita Câmara Bormann, que assinava com o pseudônimo

Délia, que também foi escritora. Esta nasceu em 25 de novembro de 1853, em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, e morreu no Rio de Janeiro em 23 julho de 1895.

A romancista, contista, jornalista e cronista Délia ganhou uma pintura feita por autor desconhecido para o livro *Mulheres Illustres do Brazil*, de Ignez Sabino (1899), que obteve edição fac-símile em 1996, rapidamente se espalhou e, não se sabe ao certo o motivo do equívoco, mas após encomenda ao artista plástico pernambucano Rogério Martins, pelo escritor Antônio Noberto, que doou o quadro, no dia 19 de janeiro de 2011, foi fixado na Câmara Municipal de Guimarães em comemoração ao aniversário de 253 anos da cidade; nisso, espalhou-se que a imagem era de Maria Firmina dos Reis (ADLER, 2018; ZIN, 2018).

A imagem ainda foi utilizada na mostra *Mulher em destaque*, realizada em 2014, em São Luís, no Convento das Mercês. Em 2016, mais uma vez a imagem foi usada em uma página da internet, denominada *Auroras Mulheres*, que homenageava as mulheres da história; nesse mesmo sentido de homenagem e mesmo ano, no Rio de Janeiro, no cartaz de divulgação do projeto *Escritoras em cena no Brasil do Século XIX*, além de muitos outros eventos pelo Brasil, espalhou-se a divergente representação da imagem de Maria Firmina dos Reis (ZIN, 2018). A figura 5 traz a imagem de Maria Benedita Câmara Bormann (Délia), no livro *Mulheres Illustres do Brazil*, como já referenciado.

Figura 5 - Maria Benedita Câmara Bormann (Délia).



Fonte: Zin (2018, p. 240).

A imagem foi claramente copiada, mas com traços mais claros, embranquecendo Maria Firmina dos Reis, como veremos na figura 6. É interessante

observamos que mesmo ao pesquisarmos nos sítios eletrônicos a imagem de Maria Benedita Câmara Bormann, deparamo-nos com a mesma imagem que também representa a romancista maranhense.

Figura 6 - Quadro fixado na Câmara Municipal de Guimarães em 2011 como sendo de Maria Firmina dos Reis.



Fonte: Zin (2018, p. 241).

Após a incoerente imagem ter circulado, foi feito um busto com a versão mais adequada de Maria Firmina. O artesão Flory Gama foi responsável pela escultura que foi instalada na praça do Pantheon em São Luís, em frente à Biblioteca Pública Benedito Leite, e após um período, foi juntamente com outros dezoito bustos de intelectuais maranhenses para os jardins do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, local de origem, onde ainda se encontra (ZIN, 2018).

Figura 7 - Busto de Maria Firmina dos Reis.



Fonte: Zin (2018).

Em 2020, portanto, foi recriada outra imagem, que foi posta no Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães/MA, agora uma pintura em óleo feita pelo artista plástico maranhense Luzinei Araújo.

Figura 8 - Pintura em óleo de Maria Firmina dos Reis, feita pelo artista plástico Luzinei Araújo, em 2020.



Fonte: Zin (2022, p. 18).

Quanto à vida pessoal e profissional, acredita-se que Maria Firmina não era o perfil de mulher para casar, haja vista o patriarcalismo ser muito presente na época, e por esta se dedicar a questões públicas em seus livros, sobretudo sobre o abolicionismo e política não despertava o interesse dos homens (MATOS, 2019). Como professora era vista como uma profissional enérgica, com o tom de voz baixo, em que aconselhava e não aplicava castigos corporais nos alunos (XIMENES, 2018).

O cargo de professora surgiu em um concurso que Maria Firmina realizou para a cidade de Guimarães. Salienta-se que, embora sendo ludovicense, esta foi considerada mais vimarense pelo tempo que passou na antiga Vila São José de Guimarães. Após aprovação no concurso teve de alterar seu documento de nascimento, conforme já relatado. Mas os problemas não pararam nisso. Sua saúde era muito débil, o que a fez por várias vezes solicitar licença para tratar alguma enfermidade. Em uma dessas solicitações houve uma que pretendia ser de um ano, que, no entanto, não foi possível, devido à Lei nº. 1091, de 17 de julho de 1874, em que Castro (2009, p. 412) transcreve:

Artigo 103. As licenças com ordenado por inteiro só podem ser concedidas aos professores públicos por três meses durante o ano, contado do termo da última, que tiverem gozado. Essas licenças poderão ser prorrogadas com igual tempo com metade do ordenado, e no caso da segunda prorrogação sem vencimento algum.

Essa última solicitação remete a um ano antes de sua aposentadoria, em que os deputados da época consideraram um abuso, pelo longo período de aposentadoria remunerada integralmente, já que em 1870 foi concedida. Percebe-se, com isso, que estava se tornando comum entre os funcionários concursados, por isso tal atitude. Contudo, alguns se compadeceram e alegaram que para que a professora enferma fosse examinada por um médico deveria se locomover a Cururupu ou a São Luís. Sugeriu-se mais tempo para que Maria Firmina pudesse providenciar o atestado médico (PUBLICADOR MARANHENSE, 1880 apud CRUZ; MATOS; SILVA, 2018).

Em 1880, a professora não conseguiu a licença, mas ao ser examinada por um médico foi solicitada a sua aposentadoria, já que esta não tinha mais condições de permanecer em sala de aula. Com isso, aos 59 anos de idade e 34 anos de docência, Maria Firmina se aposentou e logo em seguida seguiu para o Pará com sua tia Henriqueta Romana dos Reis, provavelmente em busca de tratamento. Ressalta-se que após nove anos do estabelecido para a aposentadoria, conforme a lei da época, tardiamente a professora conseguiu esse direito. E ainda, conforme relatado por Moraes Filho, torna-se inviável que Maria Firmina dos Reis tenha sido pioneira em 1880 na abertura de uma escola gratuita e mista em Maçaricó, justamente pela questão de sua saúde (Ibidem).

Maria Firmina dos Reis, que nesta pesquisa já a chamamos em alguns contextos de escritora, romancista ou professora, era também compositora, poetisa e criadora de charadas para jornais. Uma mulher que se dedicou à arte e à educação, e que foi admirada por muitos. É o que observamos na forma como foi apresentada e comparada aos escritores da época, num dos jornais da cidade:

A história de vida de Maria Firmina dos Reis é marcada por grandes conquistas dentro de um contexto social patriarcal. A sociedade era organizada para privilegiar os homens e eram eles que constavam majoritariamente na imprensa do século XIX [...]. Porém, no meio dos intelectuais maranhenses do século XIX destacou-se uma mulher, a quem identificavam como a “Exma. Sra. Maria Firmina dos Reis”, “respeitável por muitos títulos” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1880 apud CRUZ; MATOS; SILVA, 2018, p. 154).

Vimos como todas as atividades foram importantes para Maria Firmina pelos detalhes das composições, pelos poemas, romances e pelo papel desempenhado

como professora. Ainda mais por dedicar mais de trinta anos de sua vida à educação, embora nesse tempo Maria Firmina tenha sofrido com a saúde debilitada. Apesar de tantas conquistas como mulher, como professora, como artista negra, Maria Firmina dos Reis morreu no dia 11 de novembro de 1917, pobre e cega, em Guimarães, na casa de uma amiga que foi escrava e na companhia de um de seus filhos de criação, Leude Guimarães (ZIN, 2022).

Maria Firmina dos Reis nos deixou o romance *Úrsula* (1859), a novela indianista *Gupeva* (1861), poemas em *Cantos à Beira-mar* (1871), e outros poemas com autores maranhenses em *Parnaso Maranhense*⁸ (1861), o conto *A Escrava* (1887), composições musicais (letra e música): *Auto de bumba-meu-boi*; *Hino à Mocidade*; *Hino à liberdade dos escravos*; *Rosinha*; *Pastor estrela do oriente*; *Valsa*; *Canto de recordação*; e *Valsa*, com letra de Gonçalves Dias e música de Maria Firmina dos Reis, além de charadas (MORAIS FILHO, 1975).

A partir desse legado descobrimos muito mais do que uma mulher negra, professora e compositora do período oitocentista queria nos mostrar. Estudarmos suas obras nos mostra um país com lacunas que precisam ser revistas, por isso o capítulo seguinte nos revela um pouco do muito de Maria Firmina dos Reis na construção literária e artística de uma maranhense.

5.2 O pensamento de Maria Firmina dos Reis sobre gênero e educação

Como Maria Firmina dos Reis era uma mulher à frente do seu tempo, evidenciado pela narrativa de sua história no subtítulo anterior, o pensamento do gênero é fortemente demonstrado em suas obras. A escritora buscou apresentar mulheres conforme a época, mas com ressalvas que correspondem desde a força à luta por seus ideais, quer fossem amores quer fossem sonhos.

A maioria das mulheres do tempo de Maria Firmina dos Reis vivia conforme os preceitos, as instruções voltadas a essas, que era casar, ter filhos, cuidar da casa, da família e ser obediente para serem bem vistas pela sociedade. Ela sabia da sua condição como mulher, no entanto, não se opôs à sua sensibilidade, a de entender que mesmo a mulher sendo vista como ínfima para os homens e que não tinha muitos

⁸ Obra maranhense com poesias de diversos autores do Maranhão. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3842>.

direitos, não se conformou com aquela realidade, mas quis transformá-la, tanto na sua história quanto na sociedade.

Nisso, buscou, por meio da Literatura, um dos caminhos para se estabelecer um novo entendimento sobre a mulher, sobre o abolicionismo, sobre a raça e educação. Embora iniciando sua primeira obra *Úrsula* omitindo o nome de autora, não omitiu seu gênero, usou o pseudônimo “Uma maranhense”. A omissão do próprio nome pode nos remeter a algumas possibilidades, mesmo que não tenha sido esse o objetivo da autora. Dentre estas possibilidades, a questão da representatividade, utilizando um gentílico posterior ao artigo feminino.

Vemos que a partir dessa análise há a vontade de expressar que uma mulher escrevia aquelas linhas, que uma mulher era capaz de fazer mais numa época patriarcal, além de cuidar da família e dos afazeres domésticos. Com o pseudônimo escolhido por Maria Firmina dos Reis é possível pensar também na valorização de sua origem, em que, mesmo num período escravista, ela conseguia perceber as belezas que circundavam a sociedade, independentemente dos problemas, o Maranhão era apreciado pelas belezas naturais – uma das características do Romantismo que é o nacionalismo/ ufanismo.

Observamos também que a partir do gentílico como um pseudônimo, talvez despretensiosamente, ela “deixou” outras maranhenses falarem, expressarem o amor e a liberdade na história que envolve *Úrsula*, sua primeira obra. Ao dizer “Uma maranhense” já apresenta alguém que deseja se expor, falar, mas que ainda se cala. Nisso, a sua existência carece de atenção, de novas perspectivas em meio à sociedade, “a maranhense” precisa demonstrar quem é para poder se libertar. Essa é, portanto, a primeira valorização do gênero no contexto da autora, na visão feminina que é estabelecida nas demais obras.

Destacamos ainda que a mulher é protagonista em todas as suas obras, os próprios títulos já induzem ao gênero, em que são dispostos em circunstâncias da vida da mulher. É o que observamos na obra *Úrsula*, o nome já caracteriza o feminino, que tanto na sociedade da época quanto na contemporânea, tem necessidade de mostrar a sua feminilidade, o seu sexo, o seu nome a todos, pois ela tem necessidade de ser conhecida, de ser ouvida, vista e lembrada. Exibir o nome da protagonista em *Úrsula* transfere a “pequenez” da escritora para a grandeza de sua personagem, já que Maria Firmina apresentou seu livro e a si própria neste sentido:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, **porque escrito por uma mulher**, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. Então por que o publicas? – perguntará o leitor. Como uma tentativa, e mais ainda, por este amor materno, que não tem limites, que tudo desculpa – os defeitos, os achaques, as deformidades do filho – e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda a parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado (REIS, 2019, p. 21, grifo nosso).

Notamos no trecho do prefácio, o quanto a mulher era vista como pequena, que até a própria se colocava num lugar que julgava ser seu, devido a posição da época. Maria Firmina, acreditando que a indiferença ocorreria junto a risos de zombaria, não se intimidou com o pré-julgamento que poderia acontecer. Mas soube se posicionar destemidamente, mesmo sob as condições alegadas, e insistiu para que outros conhecessem a obra que comparou a um filho, por querer exibi-lo.

Em *Gupeva* (1861), a segunda obra de Maria Firmina dos Reis, o próprio nome retrata homem e mulher, é tanto nome masculino quanto feminino, já que um dos personagens da obra é um indígena que recebe o mesmo nome da mãe. A obra é uma novela que ainda destaca a raça indígena, uma das minorias, com mulheres que também sofrem/sofreram preconceitos pela raça. Numa correlação com os gêneros, ao tratarmos a questão do nome próprio desta obra, podemos observar a necessidade de a mulher não ser vista por trás da figura masculina, pois, durante um tempo, algumas escritoras precisaram recorrer a pseudônimos masculinos para poderem ser reconhecidas no meio literário. *Gupeva* é substantivo comum de dois gêneros, mas que ao lermos nos remete à figura feminina.

Sobre o conto *A Escrava* (1887), é um dos mais expressivos de Maria Firmina dos Reis no que tange à condição de mulher da época e também à raça. O título dá ênfase à subserviência de uma mulher negra, em que esta sofre por não poder viver sua liberdade, já que foi retirada à força de sua terra. A escrava que não é somente a mulher negra, mas a mulher no geral também, foi colocada sob condições de subalternidade, ainda busca por autonomia e deseja seu lugar de respeito entre todos.

A profundidade nas histórias de Maria Firmina dos Reis nos traz mais percepções voltadas ao gênero, por isso as obras têm sido tão estudadas na sociedade em geral. Percebemos como ela se preocupava com todas as mulheres: a negra, a indígena, a branca, a mulher livre, a escrava, em todos os ambientes e

posições sociais, mas sobretudo com aquela que era mais discriminada. Vemos nos contextos das personagens a luta pela liberdade e o desprendimento da figura masculina, mesmo que o romance esteja presente nas obras.

Não somente nas obras, mas sua história de vida trouxe mudanças significativas a partir do período oitocentista para a mulher; quando esta enfrentou a imprensa masculina e a sociedade patriarcal, sociedade esta que demorou permitir que a mulher também fosse educada. Sobre essa questão, o pensamento de Maria Firmina é demonstrado também com sua vida. Nisso, Constância Duarte (2002, p. 214) destaca: “A mudança de mentalidade e a ampla divulgação da educação junto à sociedade deveu-se, principalmente à força das ideias liberais junto aos intelectuais, aos homens e mulheres esclarecidos”.

Maria Firmina encontrou na educação a oportunidade para apresentar suas ideias na imprensa literária, pensamentos concernentes à mulher, ao abolicionismo, às minorias. A educação contribuiu ainda para a classificação em um concurso de professora, o que demonstra que independentemente da raça, da condição social, a educação ascendeu e ascende aquele que busca o conhecimento. Reis se utilizou de três estratégias para se inserir na sociedade, com o intuito de modificá-la, de certa forma com “a literatura, a imprensa e a educação” (PAIVA, 2018, p. 159).

A imprensa, neste caso, deve-se principalmente pelas discussões que surgiram nos jornais sobre a educação das mulheres.

Sobre a educação feminina, duas vertentes de discurso travavam um embate nos jornais no final do século XIX. De um lado aqueles que eram radicalmente contra educar as mulheres. Do outro, os que defendiam ser essa uma real necessidade para o bem da Pátria. Neste último grupo, embora acreditassem na necessidade da educação feminina, discordavam sobre a finalidade dessa educação e os moldes curriculares desse processo de formação. Os discursos sobre o tema são dissonantes e se dividem em dois: os que defendiam a “educação da agulha” como forma de promover uma educação moral capaz de produzir para a sociedade boas esposas e mães e aqueles que acreditavam que a educação feminina deveria se pautar na ilustração, promovendo assim a formação intelectual das mulheres e, por conseguinte, sua emancipação (PAIVA, 2018, p. 161).

Diferentemente da realidade da época, Maria Firmina obteve conhecimento educacional e conseguiu transformá-lo em oportunidade para seus alunos. Apesar de não haver muitos registros sobre o período em que foi professora, observamos que mesmo debilitada por questões de saúde, resistiu por mais de trinta anos como educadora da rede pública.

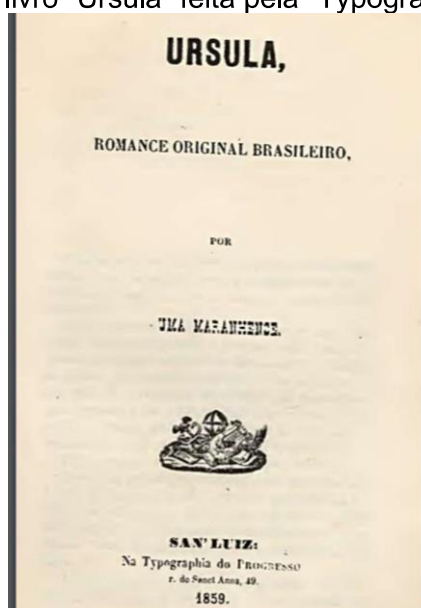
O conhecimento das letras fez com que a “Mestra Régia” se destacasse também na imprensa, contribuindo para um pensamento mais amplo sobre e para as mulheres, haja vista o seu posicionamento e colocação dos assuntos atinentes à mulher. Com isso, hoje vemos a importância da educação para a mulher. Certamente a educação é um direito de todos, mas pela privação que esta sofreu por um longo período, tem feito jus ao seu direito, assim como Maria Firmina procurou conquistar seu espaço na educação.

5.3 A temática “afro-feminina” e o fenômeno educativo nas obras *Úrsula* e *Cantos à beira-mar*

Os livros *Úrsula* (1859) e *Cantos à beira-mar* (1871), distintos em conceitos literários, pois enquanto o primeiro é um romance o segundo é poemas, são similares quanto às propostas educacionais e de representatividade, além de nos propiciarem a experiência de períodos históricos abrangendo a raça e o gênero sob a perspectiva afro-feminina.

Apresentamos, antes de nos aprofundarmos nas leituras, a primeira capa da obra *Úrsula* (1859), que já ganhou outras versões desde que foi redescoberta.

Figura 9 - Primeira capa do livro “Úrsula” feita pela “Typographia do Progresso” em 1859.



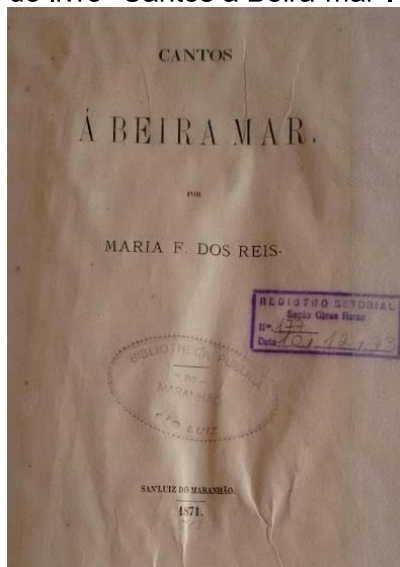
Fonte: Moraes Filho (1975).

No primeiro livro, *Úrsula* (1859), observamos a ausência do nome da autora na obra, como já destacado; o que diferentemente acontece na obra *Cantos à Beira-mar*

(1871), em que o nome da autora é destacado como “Maria F. dos Reis”, mesmo já conhecida entre a imprensa maranhense e os leitores locais.

A figura 10 é uma reprodução da capa do livro *Cantos à Beira-mar*, elaborada por Moraes Filho em 1975, que corresponde aos recursos tipográficos do período oitocentista.

Figura 10 - Capa do livro "Cantos à Beira-mar". Edição fac-similar.



Fonte: Moraes Filho (1975).

Enquanto um livro tem toda a imponência de ser o primeiro romance da escritora e ainda da sociedade brasileira, além de contar uma história arrebatadora com fortes características do Romantismo – a exaltação da natureza, o amor exagerado e a idealização da figura feminina – o livro é, sobretudo, abolicionista; o outro, como penúltimo livro, traz a delicadeza de memórias e sentimentos da escritora que permeiam homenagens, sem se desfazer de questões atinentes à liberdade, termo bastante voltado para a mulher e o negro escravo do período oitocentista.

Assim, numa forma de destacar cada obra, estas serão analisadas distintamente. No entanto, reencontrar-se-ão nos últimos parágrafos deste capítulo como uma forma de abranger e unificar o pensamento de Maria Firmina dos Reis. Destaca-se que a escolha dessas obras se deve à subjetividade da autora dessa pesquisa. *Úrsula* foi o primeiro romance da história deste país, o que trouxe uma curiosidade sobre o pensamento daquela época sob uma perspectiva diferente do que por anos se conheceu no Brasil; além de, devido a comoção que trouxe ao público masculino com a primeira obra literária de Maria Firmina dos Reis, num tempo em que apenas o homem se beneficiava legalmente da educação. Quanto ao livro de poemas

Cantos à Beira-mar, deve-se à paixão pela escrita poética, além da relevância dos poemas para a cultura nacional.

Úrsula é a principal obra de Maria Firmina dos Reis; é ainda a mais lida e a mais analisada no contexto acadêmico e literário, com diversas interpretações que parecem não findarem a cada leitura. Isso demonstra a eficácia do conteúdo que corresponde a muitas áreas sociais. No entanto, limitar-nos-emos à raça, ao gênero e à educação no contexto desta obra, temas bem contemporâneos que foram e são essenciais para a compreensão da história do país e a perspectiva em torno dessas questões no âmbito educacional literário.

A maior característica de Maria Firmina dos Reis é tornar protagonista a figura feminina, justamente porque esta não teve representação na sociedade patriarcal. Em seu prólogo, como já referenciado, a escritora explana o fato de o livro ser mesquinho e humilde porque foi escrito por uma mulher. Firmina se antecipa aos possíveis problemas conferidos à mulher da época, em que esta não podia também participar da educação. Aprofundando mais o início desta apresentação, Maria Firmina não se apresenta como afrodescendente/mestiça para aqueles que liam sua obra, como também não se apresentou nas demais. Pensamos também que, se tivesse se apresentado, poderia ser mais um agravante para as questões da época.

A escritora ainda apresenta sua educação como acanhada, sem a conversação dos homens ilustres, que sabem aconselhar, corrigir e discutir. Para o período era incomum que a mulher soubesse ler e escrever, e no caso de Maria Firmina dos Reis, ainda compartilhar conhecimento como professora. A autora, em um pedido impetrante feito aos homens que liam seu romance, demonstra uma submissão que não está em consonância com o respeito, mas ao medo das risadas e indiferentismo. Entretanto, isso não a impede de enfrentá-los. O que é mais interessante observar é o seu posicionamento e preocupação para que outras mulheres também tenham a oportunidade de escrever sem as inferências discriminatórias da época, por isso ela insiste em ser a primeira a contribuir com uma obra literária, encorajando outras mulheres a continuarem seu despretensioso legado. Essa questão pode ser observada no trecho de *Úrsula* a seguir:

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou, quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com

imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós (REIS, 2019, p. 21-22).

Apesar da apreensão que Maria Firmina teve ao mostrar sua obra, a imprensa recebeu com bastante entusiasmo aquele romance escrito por uma mulher. Morais Filho (1975, p. 19) destaca um dos posicionamentos do jornal *A Verdadeira Marmota*, de 13 de maio de 1861, a respeito da obra *Úrsula*:

O aparecimento do romance ÚRSULA na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito. Em verdade que o é esse livro, que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores.

Observamos, com isso, que *Úrsula* é uma obra à altura da época. As pessoas consideradas importantes fizeram questão de assinalar esse registro, pois compreenderam se tratar de uma obra-prima escrita por uma mulher. E, de fato, analisando a obra com os padrões do Romantismo, esta se consagrava pelos detalhes concernentes ao período literário.

Chama a atenção pelos personagens que se misturam entre brancos e negros e como são apresentados ao leitor. O título do capítulo 1 já caracteriza a raça como “Duas almas generosas”, em que um homem branco é ajudado pelo homem negro que é escravo. A generosidade é apresentada como algo que independe de cor, gênero ou classe social, e isso percorre toda a história. Maria Firmina se utiliza desse adjetivo porque por um tempo o negro foi visto como pessoa má, com culturas contrárias ao que o eurocentrismo impôs. Ainda mais sendo escravo, como observado no trecho a seguir, poderia ter diversos motivos para se rebelar por aquela situação.

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e em balde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, em balde – dissemos – se revoltava, porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco!... (REIS, 2019, p. 27).

Vemos que Maria Firmina quis mostrar que mesmo a escravidão sendo odiosa, isso não torna o escravo insensível às boas ações: “E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma” (REIS, 2019, p. 28). Surge assim uma amizade entre um branco, Tancredo, e um negro, Túlio, que estabelece o pensamento de Maria Firmina: a importância da boa convivência entre todos. Maria

Firmina expressa também seu pensamento abolicionista quando Tancredo insiste em pagar pela alforria de Túlio, como uma forma de agradecimento pelos cuidados que esse último teve mesmo sem conhecê-lo. Além de outras características da ideia de abolição que a autora almeja, que são desenroladas na história.

Foram nesses dias sob os cuidados de Túlio que Tancredo conheceu Úrsula e por quem se apaixonou. Esta também o observara, mas quis fugir do sentimento que surgiu ao vê-lo. Úrsula vive com sua mãe, Luísa B., uma senhora enfermiça, que perdera seu marido assassinado pelo seu próprio irmão, o Comendador Fernando P., que é quem dificulta o romance de Tancredo e Úrsula, pois se encanta por sua sobrinha e tentará à força torná-la sua esposa. Convive também entre Úrsula e Túlio, Susana, uma senhora escrava. O comendador é a figura da crueldade, e que, após visitar sua irmã Luísa, contribui para que esta piore a saúde e venha a óbito. Numa tentativa de fugir do casamento forçado, Úrsula e Tancredo fogem para se casarem. No entanto, o comendador Fernando, devido ao ciúme, assassina seu amigo Túlio e Tancredo. O assassinato do amado de Úrsula é o motivo de sua loucura e morte; que viveu aprisionada pelo comendador após fatídico acontecimento. O comendador, após remorso, tenta se redimir libertando os escravos e morando em um convento, mas a sua culpa o atormenta até o último dia de sua vida.

O resumo deste romance nos revela um pouco da história do período oitocentista, em que Maria Firmina dos Reis consegue trazer o Romantismo sem se esquecer de suas raízes, posicionando sua criticidade social. Por isso, embora o romance vivido por Tancredo e Úrsula seja evidente e característico das histórias de amor, haja vista Úrsula representar a boa moça que cuida da mãe, que ama o rapaz que tem as qualidades desejadas para constituir família, por ser um homem honrado e benevolente, há também, paralela à narrativa, a história de Túlio, o escravo que é sensível às necessidades do outro e que sonha com um mundo livre; bem como, com a marcante e comovente história de Susana, que narra de forma mais precisa sobre como foi tirada de sua terra natal, de como fora livre um dia e levada para satisfazer os anseios de um povo ganancioso. Nisso, esse é o mais expressivo sentimento sobre a escravidão que Maria Firmina evidencia em sua obra. Entre os protagonistas e antagonistas, não tão menos importante há a figura de Adelaide, uma mulher que é o contrário da delicadeza de Úrsula, e que está no núcleo de Tancredo, e que em sua história, é vista como traidora pelo nobre rapaz.

Ainda sob os aspectos dos personagens, embora o par romântico seja branco, Maria Firmina não enfatizou essa questão. No início destaca mais a história do negro escravo, que à medida que acontece a narrativa vai ganhando espaço, tanto que o nome de Tancredo só nos é apresentado após algumas páginas pós apresentação de Túlio. Reis destacou a decadência do poder aquisitivo de uma família branca, D. Luísa, mãe de Úrsula. Elas já não tinham mais um grande número de escravos, apenas Túlio e Susana viviam na fazenda – é o que o fim do período oitocentista já apresentava, o enfraquecimento da escravidão no país – contudo, o comendador se apropriou de Susana para castigá-la por acreditar que esta ajudou Úrsula a fugir.

Adentrando na questão da raça, Maria Firmina dos Reis percorre os detalhes de quem ansiava pela liberdade, por aquilo que era direito de todos, mas que a estes só lhes era possível mediante pagamento. É o que ela destaca quando Tancredo, como forma de gratidão pelos cuidados de Túlio, paga sua alforria: “Túlio obteve, pois por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes” (REIS, 2019, p. 38). Vemos logo nos primeiros capítulos o posicionamento da escritora sobre aquela condição imposta ao negro, que ela teve coragem de falar na época; a liberdade paga que ainda tinha ressalvas, pois enfrentava a sociedade racista.

Maria Firmina ainda tenta “incomodar” os brancos sobre a situação escravagista, já que poucos não se posicionavam contra. São nas palavras de Túlio que podemos considerar a percepção da autora: “Homem generoso! **Único** que soubeste compreender a amargura do escravo!... Tu que não esmagaste com desprezo a quem traz na fronte estampado o ferrete da infâmia” (REIS, 2019, p. 36, grifo nosso). Numa correlação com a contemporaneidade, o contexto atualizado dessa questão se trata do antirracismo, pois é conveniente que a sociedade além de não ser racista, seja antirracista, contribuindo para harmonia e oportunidade social.

Firmina questiona o porquê de a liberdade não ser para todos, em que o próprio homem branco, inserido num contexto social, bem como religioso não insere o negro como digno de liberdade:

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo –, e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... Àquele que também era livre no seu país... Àquele que é seu irmão? (REIS, 2019, p. 27).

A escritora pretendia com esse questionamento trazer certa consciência para quem fosse deísta, e humanidade para o branco que olhasse para um negro com suas mesmas características, embora o próprio negro não se achasse digno, pois foi

entranhado em si a indignidade frente ao branco. O exemplo é exposto na narrativa quando Túlío evita olhar para aquele homem branco, mesmo em condições piores que a sua: “— Senhor! – balbuciou o negro – vosso estado... Eu – continuou, com o acanhamento que a escravidão gerava – suposto nenhum serviço vos possa prestar, todavia quisera poder ser-vos útil. Perdoai-me!...”. Era uma condição de subalternidade o tempo todo.

Certamente o momento que mais evidencia a escravidão em *Úrsula*, desde o início até os dias que findavam o período mais crítico da escravatura, é concernente à narrativa da preta Susana em um capítulo todo voltado a sua história. No romance, foi a pessoa que cuidou de Túlío, e que este a considerava como uma mãe. Quando Túlío precisou viajar com seu amigo Tancredo, sentiu a dor da saudade por esta que o repreendeu porque seguia aquele homem.

Em uma de suas conversas com Túlío, Susana destaca que ele não era livre, que aquilo que estava vivendo não era de fato a liberdade. A contextualização era acompanhada de tristeza e de dor por ter sido tirada do continente africano em situação humilhante, trazia em seu semblante uma dor inimaginável, que Túlío, por ser mais novo, não conhecera de fato. Assim, Susana narra com riqueza de detalhes aquele momento de dor em sua captura:

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o amendoim eram em abundância nas nossas roças. Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la... Ainda não tinha vencido cem braços do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!... (REIS, 2019, p. 79).

Não houve humanidade no tratamento com os negros. Não houve colonizador que se importou com as histórias de cada um, com as famílias, com os sonhos que foram deixados em seu local de liberdade. Não houve humanidade quando os colocaram em navios sem o mínimo de higiene, sem alimentação e água adequados,

para atravessarem o oceano por dias, em viagens que levaram à morte de muitos africanos e doenças mais sérias em outros. Nesse contexto percebemos a divisão de raças adequada à sociedade eurocêntrica. Em que esta, numa altivez se sobrepunha a qualquer outra, acreditando estar agindo em nome do desenvolvimento, numa busca incessante de poder e ganância. O trecho a seguir é minucioso quanto ao tratamento que os escravizados enfrentaram:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2019, p. 80).

Maria Firmina explana bem o sofrimento vivido pelos africanos na vinda para o Brasil, estes realmente sofreram e perderam a liberdade. Liberdade essa que só era condicionada aos brancos, já que negros, mulheres e indígenas, que eram as minorias da época, eram privados de ir e vir sem ressalvas, isso ainda reflete na contemporaneidade. A raça que era vista como impura pelos brancos, foi uma das que mais contribuiu para o desenvolvimento do país e ainda assim a História ainda não atribui esse feito a muitos. E não bastam as palavras contra o racismo, ainda há muitos “comendadores” que imbuídos de suas ganâncias e preconceitos se encontram sempre altivos, presos em si próprios, acentuando a privação da liberdade dos negros, e de quem é considerado inferior.

Sobre a questão do gênero, como já dito, Maria Firmina dos Reis procurava enaltecer a mulher em suas obras e a fazia exaltando a mulher livre. Mais uma vez a liberdade é assunto recorrente na obra da maranhense. Esta, por sua vez, apresenta no livro *Úrsula*, a liberdade da mulher, que no livro são evidenciadas em quatro mulheres: a própria Úrsula, sua mãe Luísa B, a preta Susana e Adelaide. Enquanto destaca a história de quatro homens: Tancredo, Túlio, o comendador Felipe P. e Antero – esse último é pouco explorado. Esses personagens conseguem enriquecer a obra com personalidades distintas, que favorecem mais ainda os atributos do gênero.

Úrsula, como dito anteriormente, é aquela jovem com mais características do Romantismo. É apresentada como caridosa, tão bela, compassiva, tímida, ingênua e singela em tudo que faz (REIS, 2019). Essa mulher representa o gênero que concorda com a sociedade em viver os padrões familiares, típica para o casamento, mesmo fugindo de um que não a faria feliz. Úrsula, apesar de todos esses atributos sensíveis, é vista como uma mulher forte, pois consegue cuidar da mãe doente, lutar contra as investidas libidinosas de um homem que é seu tio, e mesmo louca, não se entrega ao que é mau, morre sendo fiel ao amor de sua vida. Em comparação com a realidade, a mulher atual tem ainda como estigma a objetificação do corpo, que muitos a desejam apenas para cumprir seus caprichos.

Luísa B. é a mulher doente hoje na sociedade, que cumpriu seu papel de esposa, de mãe, e, contudo, porque não fez a vontade de um homem, no caso de Luísa, seu irmão, o comendador, passou por humilhações e sofrimentos que resultaram na sua morte. Hoje, a mulher que luta para se manter na sociedade em constante servidão ainda corre o risco de não ser entendida pela forma como administra a casa, como cuida dos filhos, como construiu sua história ao longo dos anos, e que às vezes a sociedade exige uma satisfação de seus atos, de modo a julgar e condenar.

Maria Firmina ao dar características da preta Susana, consegue resgatar a imagem de uma pessoa sofrida, lânguida, e ao mesmo tempo forte, pois resistiu a uma captura de escravos, ao aprisionamento, a uma viagem de sofrimento e ainda se manteve firme, tanto fisicamente quanto mentalmente, apesar da tristeza e saudade. Uma senhora de idade avançada que não transferiu a sua mágoa a ninguém, e que contribuiu para que outra mulher buscasse a felicidade no amor, mesmo que aquilo lhe custasse sua vida. Susana conhecera a liberdade em seu país e perdera sua filha e seu amor. Numa correlação com a realidade, Susana é a mulher que luta bravamente todos os dias para se manter firme em nome do amor, e essas são muitas, principalmente se for negra, pois tem de lidar com o racismo e a tentativa de viver conforme seus ideais. Talvez essa seja a personagem que mais representa a realidade da raça e do gênero na composição de *Úrsula*, visto que, é a que conhece mais profundamente as duas discriminações que mais ecoam na sociedade.

Não menos importante, Adelaide é apresentada como traiçoeira e que causou mal a Tancredo. A personagem pode ser tratada como antagônica à Úrsula, pela sua frieza ou coragem de trocar quem dizia amar por outro. Adelaide foi um amor de

Tancredo, em que este desejava ardentemente se casar com ela, mas foi proibido por seu pai, que o mandou em viagem, e somente após o retorno poderia agir conforme sua vontade. No entanto, ao voltar, seu pai e sua amada haviam se casado. Uma dupla traição que fez com que Tancredo desacreditasse no amor até encontrar Úrsula. Adelaide, apesar de não ser um exemplo de caráter, é um exemplo de viver conforme a sua liberdade, de realizar seus próprios desígnios. Na atualidade, aquela que deseja viver sem seguir um padrão, por muitas vezes é julgada e condenada como problemática, tendo em vista que a mulher livre pode assustar a sociedade que internalizou conceitos patriarcais. Mas também, Adelaide pode ser a mulher seduzida por um homem mais velho que busca demonstrar virilidade num contexto machista e de poder, já que muitos homens tendem a medir forças em competições desnecessárias, apenas para se vangloriar socialmente.

Ainda no contexto de gênero, os homens aqui representados se dividem em honradez, atitude, machismo e fraqueza. A honradez consiste a Túlio, que foi fiel ao seu amigo e agiu com justiça, mesmo em meio aos problemas que vivera; a atitude a Tancredo, que apesar do que passara, conseguiu agir conforme seus objetivos, e ainda a ajudar outros, como é o caso de seu amigo alforriado; o machismo ao comendador Felipe, que vivia em favor dos seus caprichos, não se importava com os demais e não aceitava uma resposta negativa às suas ambições; e a fraqueza a Antero, um escravo velho, que se deixou vencer pelo vício, e que ao contrário de Túlio e Susana, encontrou no vício uma forma de tentar sofrer menos. Duarte (2005, p. 144), destaca que, “Ao publicar *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis desconstrói igualmente uma história literária etnocêntrica e masculina até mesmo em suas ramificações afrodescendentes”. Nisso, limitar-nos-emos a apenas apresentar as principais características dos homens desta obra.

Sobre a educação, embora tendo poucas referências no livro *Úrsula*, Maria Firmina trata do assunto como um direito unilateral, em que somente o homem era beneficiado. No romance, a educação é um fator preponderante para o casamento, Adelaide tem uma educação incompleta, o que é motivo do pai de Tancredo não querer que eles se casem, já que argumenta que é a mãe que dá a primeira educação aos filhos. Observamos, contudo, que apesar do homem querer uma educação da mulher, não lhe dava os direitos necessários.

Remetendo-nos ao livro de poemas *Cantos à Beira-mar*, envolvidos em outra grandeza da escritora que são os detalhes da arte em versos, já nos encontramos com a figura feminina nas primeiras linhas, pois há uma dedicatória a sua mãe Leonor:

Minha Mãe! – as minhas poesias são tuas. É uma lágrima que verto sobre tuas cinzas! Acolhe-as, abençoa-as para que elas te possam merecer. Debruçada sobre o teu peito, embalde, oh! minha mãe, – no extremo da dor, e da aflição procurei inocular o calor do meu sangue nas veias onde o teu gelava-se ao hálito da morte!... verti lágrimas de pungente saudade, de amargura infinda sobre a tua humilde sepultura, como havia derramado sobre o teu corpo inanimado. A dor era cada vez mais funda, mais agra e cruciante – tornei a harpa, – vibrei nela um único som, – uma nota plangente, saturada de lágrimas e de saudade... **Este som, esta nota, são os meus cantos à beira-mar** (REIS, 2019, p. 191, grifo nosso).

O motivo que cerca o título dessa obra é apresentado logo no início por expressar a arte em som e ritmo. Conotativamente, a dor da saudade é encontrada em notas musicais e versos que a acalmam, tornando os cantos na presença do mar, um alívio para a alma. Maria Firmina inicia com um poema feito à mãe, a mulher que mais é lembrada em todos os momentos da vida:

Oh! minha mãe! oh! minha mãe querida,
Que vácuo n' alma – que cruel soidade!
Deixa que lance sobre o teu sepulcro
A roxa c'roa de imortal saudade.

Fraco tributo: – mas no imo peito
As eduquei com amargurado pranto;
Hoje as esfolho perfumosas, tristes,
Ao som cheiroso do meu pobre canto (REIS, 2019, p. 192).

Sobre a figura feminina que é a mãe, a escritora traça em suas palavras o afago que o próprio nome traduz. Mas que no poema *Uma lágrima*, faz o contraste da vida com a morte, quando esta perde o sentido sem a presença da figura amada. Nas questões sociais e familiares, a mãe é referência na maioria dos casos como aquela que se mantém firme para cuidar do filho. A mulher que, mesmo em meio a dilemas da vida, consegue cuidar de outra vida com a precisão do amor. Por isso Maria Firmina exalta a mulher, pois esta consegue se desvencilhar de si para ser mais humana.

Uma lágrima
Sobre o sepulcro de minha carinhosa mãe.

E eu vivo ainda!? Nem sei como vivo!...
Gasto de dor o coração me anseia:
Sonho venturas de um melhor porvir,
Onde da morte só pavor campeia.

Lá meus anseios sob a lousa humilde

Dormem seu sono de silêncio eterno!
Mudos à dor, que me consome, e gasta.
Frios ao extremo de meu peito terno.

Ah! Despertá-los quem pudera? Quem?
Ah! campa... ah, campa! Que horror, meu Deus!
Por que tão breve – minha mãe querida, –
Roubaste, oh morte, destes braços meus?!...!

Oh! não sabias que ela era a harpa
Em cujas cordas eu cantava amores,
Que era ela a imagem do meu Deus na terra,
Vaso de incenso trescalando odores?!

Que era ela a vida, os horizontes lindos,
Farol noturno a me guiar p'ra os céus;
Bálsamo santo a serenar-me as dores,
Graça melíflua, que vem de Deus!

Que ela era a essência que se erguia branda
Fina, e mimosa de uma relva em flor!
Que era o alaúde do bom rei – profeta,
Cantando salmos de saudade, e dor!

Que era ela o encanto de meus tristes dias,
Era o conforto na aflição, na dor!
Que era ela a amiga, que velou-me a infância,
Que foi a guia desta vida em flor!

Que era o afeto, que eduquei cuidosa
Dentro do peito... que era a flor
Grata, mimosa a derramar perfumes,
Nos meus jardins de poesia, e amor!

Que era ela a harpa de doçura santa
Em que eu cantava divinal canção...
Era-me a ideia de Jeová na terra,
Era-me a vida que eu amava então!

Oh! minha mãe que idolatrei na terra,
Que amei na vida como se ama a Deus!
Hoje, entre os vivos te procuro – embalde!
Que a campa pesa sobre os restos teus!...

Como se apura moribunda chama
À hora extrema da existência sua:
Assim minha alma se apurou de afetos,
Gemeu de angústias pela angústia tua.

E não puderam minha dor, meu pranto,
Pranto sentido que jamais chorei,
Oh! não puderam te sustar a vida,
Que entre delírios para ti sonhei!...

E como a flor pelo rufão colhida
Vergada a haste, a se esfolhar no chão,
Eu vi fugir-lhe o derradeiro alento!
Oh! sim, eu vi... e não morri então!

Entanto amava-a, como se ama a vida,

E a minha eu dera para remir a sua...
 Oh! Deus – por que o sacrifício ofertado,
 Não aceitou a onipotência tua?!...!

Vacila a mente nessa acerba hora
 Entre a fé, e a descrença...oh! sim meu Deus!
 Estua o peito, verga aflita a alma:
 Tu me compreendes, tu nos vês dos céus.

Vacila, treme... mas na própria mágoa
 Tu nos envias o chorar, Senhor;
 Bendito sejas! que esse pranto acerbo,
 É doce orvalho, que nos unge a dor.

Lá onde os anjos circundam, dá-lhe
 Vida perene de imortal candura:
 Por cada gota de meu triste pranto,
 Dá-lhe de gozos divinal ventura.

E à triste filha, que saudosa geme,
 Manda mais dores, mais pesada cruz;
 Depois, reúne à sua mãe querida,
 No seio imenso de infinita luz (Ibid., p. 193-195).

Como a mulher é melhor representada na figura da mãe, mesmo aquelas que não tiveram ou puderam ter filhos, há a correlação da intimidade estabelecida entre a humanidade e a mulher, que fora constituída para gerar a vida. Maria Firmina, em seu poema, contrasta o amor de mãe com as inferências seculares, em que a morte causa dor e saudade mesmo àqueles tidos como fortes. O poema revela a saudade dos sentimentos proporcionados pelo carinho da mãe, da mãe que também contribuía para prolongar seus dias. Nisso, podemos nos remeter ao cuidado que o mundo precisa, e que esta mulher é corresponsável pela melhora dos dias.

Há outros poemas que se referem à figura feminina. Em um dos, Maria Firmina homenageia a amiga de nome Ignez, com o poema *À minha carinhosa amiga a Exma. Sra. D. Ignez Estelina Cordeiro*; os demais relacionados às mulheres são: *No álbum de uma amiga*; *Ela* – embora esse tenha a observação de que foi um pedido; *A mendiga*; *Cismar* – trata-se de um poema feito para sua prima Balduína. *À minha estremosa amiga D. Anna Francisca Cordeiro*; *Meditação* – composto para sua irmã Amália Augusta dos Reis; e, *A uma amiga*.

Embora os poemas sejam relevantes no contexto do gênero, nosso estudo não consiste em fazer análise destes. A relação consiste em caracterizar o que a poetisa acreditava exaltando a mulher. Decerto, há poemas que exaltam a figura masculina, sobretudo aqueles que fizeram bem à sociedade. É em um desses que encontramos o poema feito a Gonçalves Dias, amigo de Maria Firmina, que também escreveu uma

de suas músicas, bem como, um poema a Francisco Sotero dos Reis, que foi considerado seu parente por um tempo, mesmo não havendo nada que comprove até o momento. No entanto, ele também contribuiu na educação da professora. E ao seu tio Martimiano José dos Reis.

Sobre raça, o poema *Itaculumim* valoriza a cultura indígena, num misto de saudade e liberdade. É o poema mais evidente sobre a raça, mas nas entrelinhas de outros poemas, podemos ver que há a questão da liberdade também para os povos, liberdade esta que é expressa no poema *O meu desejo*, fragmento a seguir, e que em toda a sua escrita literária, Maria Firmina tem usado o termo para criticar a escravidão.

E a liberdade, oh! poeta, – canta,
Que fora o mundo a continuar nas trevas?
Sem ela as letras não teriam vida,
Menos seriam que no chão as relvas;
Toma por timbre liberdade, e glória,
Teu nome um dia viverá na história (REIS, 2019, p. 208).

Os demais poemas tratam de questões patriotas, inclusive sobre o Maranhão, correspondendo assim ao período do Romantismo. Além da valorização de eventos e momentos. Há poemas pessoais, em que Maria Firmina geralmente fala de sua solidão e do sofrimento causado por alguma saudade. Certo é que, ao verificarmos os poemas, vemos como os estudos da escritora foram eficientes, e vemos um esforço pela perfeição na escrita, pois esta sabia que a educação foi que a conduziu a lugares até então, que era de maioria composta por homens.

Numa correlação das obras, tanto *Úrsula* quanto *Cantos à Beira-mar*, estas evidenciam momentos da escritora maranhense. *Úrsula* é seu primeiro “filho”, tendo como perspectiva, embates entre a mulher e o machismo, a escravidão e o abolicionismo, o racismo e a convivência social, a história eurocêntrica e a história do afrodescendente. Em uma só obra Maria Firmina conseguiu apresentar seus principais posicionamentos concernentes à realidade do período oitocentista. Nesse contexto, os poemas surgiam conforme as circunstâncias: saudades, amores, solidão, homenagens, incertezas. Observamos uma combinação de sentimentos que advêm de alguém sensível à humanidade. Maria Firmina dos Reis conseguiu expressar nessas duas obras, a raça, o gênero e a educação que tanto lhe cercavam em vida, por sua condição afro-feminina e de educadora no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o aspecto histórico que o afrodescendente e a mulher foram condicionados a percorrer, na contemporaneidade ainda há muito o que considerar sobre os direitos destes. Além da escravidão e subserviência que estes viveram nos períodos mais críticos do eurocentrismo, o/a negro/a escravo/a, e as mulheres em geral, foram impedidos de viver sua cultura, suas artes, músicas, Literaturas, teatros. Não cabia a estes se expressarem artisticamente, era algo que só competia ao homem branco, somente à sociedade patriarcal.

Vimos na pesquisa o contexto em torno do pós-colonialismo e decolonialidade, quando despontou a coragem de muitos para se posicionarem ante as injustiças sociais que eram pautadas no racismo, patriarcalismo e nas questões educacionais, além de classe social. Posicionamentos que foram necessários e que refletem nos dias atuais, já que os direitos das minorias ainda são realizados morosamente.

Neste estudo foi possível compreender o porquê das divisões de classe, de raça, do preconceito enraizado na atual sociedade e de direitos negados durante séculos. A liberdade que só era permitida a um grupo, grupo este que se beneficiava com as minorias, numa incessante busca pelo poder. Com isso, privaram pessoas de viverem, de realizarem projetos atinentes à liberdade. E assim o aprisionamento covarde foi sustentado como uma verdade por anos.

Surgiram assim nomes de pessoas que souberam se posicionar contra o eurocentrismo, contra a escravidão, contra o patriarcalismo, contra as injustiças sociais: Frantz Fanon, Walter Dignolo, Gayatri Spivak, Aníbal Quijano, dentre outros que são contemporâneos, além dos movimentos sociais que trouxeram novas perspectivas aos grupos minoritários. Nesse sentido, antes das atitudes dos nomes citados, mas com a mesma relevância de posicionamento, Maria Firmina dos Reis também soube deixar seu pensamento da época. No entanto, por ser mulher e negra no período oitocentista, não teve a mesma valorização, ainda mais porque suas obras com seus posicionamentos sociais só foram reencontradas anos depois de sua morte, o que contribuiu também para que sua história ainda esteja em constantes pesquisas.

Maria Firmina dos Reis – “uma maranhense”, “Mestra Régia” – professora, escritora, compositora, mostrou à sociedade do seu tempo e também à atual que a mulher pode e deve se posicionar ante as adversidades da vida, bem como deve seguir seus anseios, sobretudo se estes foram retirados por quem se considerava

detentor da verdade: o homem branco europeu, responsável pelo eurocentrismo e demais questões que depreciaram povos, culturas e raças.

Assim, obtivemos resposta em relação ao problema da pesquisa, haja vista o posicionamento de Maria Firmina sobre a mulher negra e a educação serem importantes para que as mulheres ascendessem na sociedade. Embora sabendo que o período não era favorável à figura feminina, a escritora ao defrontar o homem da imprensa literária, com o intuito de tornar conhecida sua obra que, além de ser um romance, tratava questões abolicionistas e sexistas, preocupou-se também em ser precursora para outras possíveis escritoras na época.

A inquietude em torno da escravidão era tanta, além da subalternidade que a mulher vivia, que Maria Firmina dos Reis escreveu histórias que exaltavam a figura feminina e o abolicionismo, assuntos que não eram interessantes em meio aos poderosos, e que, apesar disso, Reis conseguiu inserir entre estes. A liberdade norteava as histórias escritas pela professora, *Úrsula* é um dos exemplos mais exímios do período oitocentista. E que, com seu conhecimento real das histórias vividas pelos africanos, conseguiu mostrar a perversidade da escravidão.

A leitura e a escrita perpassam o conhecimento que Maria Firmina adquiriu com a educação. Sua própria história, já que sendo de origem afrodescendente, mesmo com pai branco, é uma conquista educacional para a época. Vimos que a partir dos estudos, a escritora conseguiu notoriedade na cidade que vivera, tanto pelo concurso quanto pelas obras e textos produzidos nos jornais. Ao analisar a temática afro-feminina e o fenômeno educativo no pensamento produzido pela autora, nas obras *Úrsula* e *Cantos à beira-mar*, verificamos que a educação da professora não se limitou às letras, mas ela soube percorrer outros caminhos artísticos. Acreditamos ainda que despretensiosamente a autora procurou realizar outras atividades artísticas porque tinha o desejo, e se sentia uma pessoa livre de qualquer questionamento, como se ninguém a pudesse impedir. E, de fato, reportamo-nos à conquista no concurso, em que, mesmo sem a idade permitida, agiu em conformidade para conseguir a documentação com a data que lhe conferiria a admissão, embora não agindo honestamente. Mas hoje em dia percebemos que Maria Firmina não se limitava às condições exigidas pelos homens.

Úrsula foi a obra que, após aceitação na imprensa literária, encorajou Maria Firmina a desenvolver outras histórias. No primeiro romance da escritora, a leveza do texto, carregado de emoções e de posicionamentos sociais, conduzem o leitor a uma

leitura rápida, mesmo que inicialmente o texto venha a confundi-lo, logo se encontra na condição de espectador.

Não somente por ser o primeiro livro da autora, mas é também o livro de entrada para a crítica social daquela época realizada por uma mulher, que posteriormente continuou seus posicionamentos nos folhetins jornalísticos. Diferentemente do contexto de romance, mas com poemas que cabem análises profundas, *Cantos à Beira-mar*, remete também à liberdade, a exaltação da mulher e aos amores da vida – que não se limitam ao amor romântico, mas consiste também nas amizades, nos lugares, nos momentos. A temática afro-feminina e o fenômeno educativo se manifestam no pensamento produzido por Maria Firmina dos Reis com força e potência que chegam a desafiar os padrões de poder, do ser e do saber vivenciados na época.

A partir das obras de Maria Firmina dos Reis e sua história de vida, a ressonância na sociedade, inclusive educacional, foi a de desencadear novos estudos sobre as autoras afrodescendentes, além de inseri-las mais na sociedade literária e educacional, já que é possível a partir da Lei 10.639/03. É um avanço não somente para educação, mas para a sociedade afro-feminina brasileira, que tem se encontrado em posição de representatividade, é também uma possibilidade de seguir investigando o fenômeno educativo no pensamento produzido pela autora.

Os estudos sobre Maria Firmina dos Reis e suas obras tendem a crescer, a educação básica precisa também conhecer a mulher que como professora fez muito pela sociedade. Há possíveis novas pesquisas, haja vista as interpretações e novas propostas que surgem a cada leitura. A arte literária, poética e musical, além da coragem como mulher negra de enfrentar a sociedade patriarcal, da vida de professora, da saúde debilitada e da solidão, são motivos ainda para novos estudos em torno dessa maranhense que deu voz a Literatura afro-feminina, e precipuamente às minorias da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda metade do Século XIX. *In*: São Luís: COSTA, W. C. da (Org.). **História do Maranhão: Novos estudos**. São Luís/MA: Editora EDUFMA, 2004, p.143-173.
- ADLER, Dilercy Aragão. Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.
- ANDRETA, Bárbara Loureiro. **Visões da escravidão na América Latina: Sab e Úrsula**. 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Letras, RS, 2016.
- ANTUNES, Irlandé. O texto literário: suporte lexical da criação estética. *In*: ANTUNES, I. **Territórios das palavras: o estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 119-134.
- ARAGÃO, Francisco. **Catedral de Nossa Senhora da Vitória – São Luís, Maranhão**. 2013. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/aragao/8576683492/in/photostream/>. Acesso em: 26 ago. 2022.
- ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. África: uma história a ser reescrita. *In*: MACEDO, José Rivair (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, 2017, p. 505-540.
- BARBOSA, Tatiara; RIBEIRO, Dimas dos Reis; CÂNCIO, Raimundo Nonato de Pádua. *In*: ZAPAROLI, Witembergue Gomes; ALVES, Antônio Sousa (Orgs.). **Estado da Arte em Educação**. Volume 2, Número 2. Rio Branco: Nepan Editora, 2021.
- BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou Feminizando a Raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia González**. 128 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura), Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005.
- BERND, Zilá. **Antologia de poesia afro-brasileira: 150 anos de consciência negra no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura**: estratégias de leitura. 2. ed. Maringá: Eduem, 2012.

BRASIL. **Câmara dos deputados**. 2019. Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Centro Cultural. As Mensageiras – Primeiras escritoras do Brasil. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 2018.

BRASIL. **Domínio público**. 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/Missao/Missao.jsp>. Acesso em: 2 mar. 2022.

BRITO, Nonato. Foto de arquivo (38) - Casa que pertenceu a Maria Firmina dos Reis na Praça Luís Domingues. **Blog Vimarense** – Para matar a saudade de Guimarães. 2018. Disponível em: <https://www.vimarense.com.br/single-post/2018/09/29/foto-de-arquivo-38-casa-que-pertenceu-a-maria-firmina-dos-reis-na-pra%C3%A7a-lu%C3%ADs-domingues>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BRITO, Nonato. Monsenhor Estrela - O vimarense autor do Hino a São José cantado nas procissões há 80 anos em Guimar. **Blog Vimarense** – Para matar a saudade de Guimarães. 2016. Disponível em: <https://www.vimarense.com.br/single-post/2016/09/10/monsenhor-estrela-o-vimarense-autor-do-hino-a-s%C3%A3o-jos%C3%A9-cantado-nas-prociss%C3%B5es-h%C3%A1-80-ano>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CÂNCIO, Raimundo Nonato de Pádua. **Práticas de colonialidade/decolonialidade na aquisição e aprendizagem de línguas na Amazônia**. Palmas, TO: EDUFT, 2020.

CASTRO, César Augusto (Org.). **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889**. São Luís: EDUFMA, 2009.

CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme**. Paris: Présence Africaine, 1955. Disponível em: <https://www.larevuedesressources.org/IMG/pdf/CESAIRE.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2022.

CHAGASTELLES, Tania Maria Seggiaro. As sociedades africanas e o colonialismo. In: MACEDO, JR. (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 111-122. ISBN 978-85-386-0383-2.

CORREIA, Janaína dos Santos. **O uso de fontes em sala de aula**: a obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

CRUZ, Edna Sousa; CUNHA, Eronilde dos Santos; PIRES, Rute Maria Chaves. Potência de vozes negras na Literatura feminina de Conceição Evaristo. **Revista Philologus**, ano 26, n. 78 Supl. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez. 2020.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

CRUZ, Mariléia dos Santos; MATOS, Érica de Lima de; SILVA, Ediane Holanda. “Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX. **NOTANDUM** (USP). São Paulo, v.48, p.151-166, 2018.

CUTI, [Luiz Silva]. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010a.

CUTI, [Luiz Silva]. **Negroesia**: antologia poética. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010b.

CUTI, [Luiz Silva]. **Quem tem medo da palavra negro**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Luciana de Oliveira; CASTRO, Ana Luísa Machado de. Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento feminista negro. **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.9. n.17, jan./jun. 2020.

DIEHL, José Artur. O homem e a nova mulher: novos padrões sexuais de conjugalidade. In: A. Wagner *et al.* **Família em cena**: tramas, dramas e transformações. (p. 135-158). Petrópolis: Vozes, 2002.

DIOGO, Luciana Martins. **Da sujeição à subjetivação**: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras *Úrsula* e *A escrava de Maria Firmina dos Reis*. 2016. 225f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, SP, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, n. 23, p. 100-122, 2007.

DREY, Letícia Gabriele; PAZ, Demétrio Alves. O conto afro-brasileiro de autoria feminina no século XXI. In: X JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFFS. v. 1, n. 10, 2020. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/JORNADA/issue/view/112>. Acesso em: 19 jul. 2021.

DUARTE, Constância Lima. História da Literatura feminina: nos bastidores da construção de gênero. *In*: SCARPELLI, Marli Fantini; DUARTE, Eduardo de Assis. **Poéticas da Diversidade**. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2002, p. 211-220.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. *In*: **Literatura, política, identidades**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2005, p. 132-145.

DUARTE, Eduardo de Assis. Notas sobre a Literatura Brasileira Afro-descendente. *In*: SCARPELLI, Marli Fantini; DUARTE, Eduardo de Assis. **Poéticas da Diversidade**. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2002, p. 47-61.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de Literatura Afro-brasileira. **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 113-138, julho/dezembro 2010.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação**. Tradução: Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: Uma introdução. Tradução: Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos A. (org.) **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. *In*: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.) **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Idéia Editora Ltda, 2005. p. 201-212.

FANINI, Michele Asmar. As mulheres e a Academia Brasileira de Letras. **História**, v. 29, n. 1, p. 345-367.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução: Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora, UFJF, 2005.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, Amanda Crispim; MIGLIOZZI, Luiz Carlos Ferreira de Melo. Literatura afro-feminina brasileira do século XXI: corpo, voz, poesia e resistência. *In*: XV ABRALIC, 2017, p. 5910-5921. **Anais eletrônicos...** Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491524538.pdf.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 1, jan./abr., 2014.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. **História da África**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literatura negra: os sentidos e as ramificações**, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/159-maria-nazareth-soares-fonseca-literatura-negra-os-sentidos-e-as-ramificacoes>. Acesso em: 6 ago. 2022.

GARRIDO, Natércia Moraes. As pesquisas de Nascimento Moraes Filho e o resgate da vida e obra de Maria Firmina dos Reis. **Revista Firminas**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 243-251, jan/jul, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, jul./set. 2012, p. 727-744.

GONÇALVES, Magaly Trindade; BELLODI, Zina C. **Teoria da Literatura “revisitada”**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

GROSFOGUEL, Ramón.; MIGNOLO, Walter. Intervenciones descoloniales: uma breve introducción. **Tabula Rasa**, Revista de Humanidades, Bogotá, n. 9, p. 29-37, jul./dez. 2008.

HANAFI, Sari. Pós-colonialismo versus pós-autoritarismo: o mundo árabe e a América Latina em uma perspectiva comparativa. Tradução de Diogo Saraiva e Solange Miguel Marcondes Armando. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 2, maio/agosto, 2018.

HOBSON, John Atkinson. **Estudio del imperialismo**. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca**. 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=434956&view=detalhes>. Acesso em: 26 ago. 2022.

JOB, Sandra Maria. Maria Firmina dos Reis e a presença da mulher negra na literatura e no contexto social brasileiro oitocentista. **Revista Falas Breves**, n.8, maio, 2020, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó – Breves, Breves-PA. ISSN 23581069.

LIMA E SILVA, João Ubiratan de; PHILIPPINI, Ruth Aparecida Sales. Israel e Palestina: da “terra santa” a um território em conflito. **Revista Ciência Contemporânea**, Guaratinguetá/SP, v. 2, n. 1, p. 163-180, jun./dez. 2017.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

LOPES, Ana Mónica Henriques. Descolonização e Racismo: atualidade e crítica. Neocolonialismo na África. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, ano IV, n. 8, p. 12-21, dezembro/2011.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá - Colombia, n. 9, p. 73-101, julio-diciembre, 2008. ISSN 1794-2489.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, setembro-dezembro/2014.

MACEDO, José Rivair (Org.). Antigas civilizações africanas: historiografia e evidências documentais. *In*: **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 16-38.

MATOS, Érica de Lima de. **As mulheres no século XIX**: Um estudo sobre as representações do gênero feminino em três obras de Maria Firmina dos Reis (Úrsula, Gupeva e a Escrava). 50 f. Monografia (Curso de Pedagogia). Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2019.

MATTOS, Hebe. Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro. *In*: RIOS, A. L.; MATTOS, H. **Memórias do cativo**. Família, trabalho e cidadania no pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Portugal: Antígona, 2014.

MELO, Carlos Augusto de. Francisco Sotero dos Reis e a escrita das histórias literárias no Brasil. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 556-570, 2018.

MENDES, Algemira de Macedo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira**: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX. 2006. 282f. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS, 2006.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. A descolonização da África: nacionalismo e socialismo. Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, ano XII, n. XXII, maio/2019.

MENESES, Francisca Pereira da Silva. **As questões étnicas e de gênero nos romances Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, e A escrava Isaura, de Bernardo Guimarães**. 2017. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

MENESES, Maria Paula. Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, número especial, novembro, 2018, p. 115-140. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/7741>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.7741>. Acesso em: 2 ago. 2022.

MIGNOLO, Walter D. Delinking: The Rethoric of Modernity, the Logic of Coloniality and the Grammar of De-Coloniality. *In*: MIGNOLO, W.; ESCOBAR, V. **Globalization**

and the decolonial option. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2010. p. 303-368

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. **On decoloniality: Concepts, analytics, praxis.** Duke University Press, 2018.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 71-103.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32 n. 94, junho/2017.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado.** São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-707.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária.** São Paulo: Cultrix, 2007.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina, fragmentos de uma vida.** São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850). *In*: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil.** Niterói: EdUFF, 2016.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. *In*: DUARTE, Constância Lima *et al.* **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora.** Rio de Janeiro: Malê, 2018; p. 21-37.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa/MS, v. 2, n. 2, p. 247-260, 2013.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **A matriz africana no mundo.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Tassia. Literatura afrofeminina: a construção de novos significados. **Opiniões**, São Paulo, n. 18, p. 356-370, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2020.179980>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/179980>. Acesso em: 8 ago. 2022.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado. *In*: PINSKY, Carla B. e PEDRO, Joana M. (org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004, p. 57-60.

OLIVEIRA, Francisco Romão de. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 183-189.

PACHECO, Felipe Jorge Kopanakis. Introdução: o meio geográfico e sua influência no continente africano. *In*: MACEDO, José Rivair (org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PAIVA, Kelen Benfenatti. Maria Firmina dos Reis: educação e emancipação feminina. *In*: DUARTE, Constância Lima *et al.* **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018; p. 157-171.

PEREIRA, Amílcar Araujo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Pallas: FAPPERJ, 2013.

PINHEIRO, Thayara Rodrigues. **Vozes femininas em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, “uma maranhense”**. 2016. 94f. Dissertação (Mestrado em Letras: Literatura e Cultura). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. A escrava, de Maria Firmina dos Reis. *In*: DUARTE, Constância Lima *et al.* **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018; p. 103-111.

PROENÇA, Paulo Sérgio de. **Machado de Assis, escritor negro**, 2021. Disponível em:
http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/resenhas/prosa/Machado_de_Assis_resenha_Paulo_Proena_rev.pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: CASTRO GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; GAY, Antonia. **Movimento Negro e a luta por direitos: a participação na ANC e as conquistas na Constituição Federal brasileira**, 2014. Disponível em:

<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7d7733c8d01b7352>. Acesso em: 23 ago. 2022.

QUINTAS, Mariana Trotta Dallalana. Classe, raça e gênero na luta por direitos do movimento negro. *Revista InSURgência*, Brasília, ano 1, v. 1, n. 1, p. 72-100, jan./jun. 2015.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; e ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. São Paulo: MASP, 2019.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, março/2018.

RIO, Ana Carla Carneiro. **Autoria, devir e interdição**: os “entre-lugares” do sujeito no romance *Úrsula*. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem: Linguagem, Cultura e Identidade – Texto e Discurso). Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

ROCHA, José Geraldo da. De preto a afrodescendente: implicações terminológicas. In: **XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, v. 14, n. 2, Rio de Janeiro, 23 a 27 de agosto de 2010.

ROSA, Maria Eduarda Cação. A relação entre o Terceiro Mundo e as Relações Internacionais: uma breve análise a partir das categorias de subalternidade, centro-periferia e desenvolvimento. In: **XVII Congresso Internacional**. América Latina: Resgatar a Democracia. Repensar a Integração. Foz do Iguaçu, 25 a 27 de setembro de 2019.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa (Orgs.). **Diálogos internacionais**: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Trad: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual** - As Conferências Reith de 1993, São Paulo: Companhia das Letras, 2005b.

SANTOS, Carla Sampaio dos. **A escritora Maria Firmina dos Reis**: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. **Representação do feminino em uma escritura desautorizada**: *Celeste*, de Maria Benedita Câmara Bormann e *O perdão*, de

Andradina América Andrade de Oliveira. 222 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHIMIDT, Rita Terezinha. Cãnone, valor e a história da literatura: pensando a autoria feminina como sítio de resistência e intervenção. **El hilo de la fábula**, Doce, p. 58-72, 2012, ISSN 1667-7900

SELIS, Lara Martim Rodrigues; SOUZA, Natália Maria Félix de. Resistência política e (im)possibilidades da liberdade entre Fanon e Nandy. *In*: TOLEDO, Áureo (Org.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021, p. 57-81.

SILVA, Ana Rita Santiago da. Da literatura negra à literatura afro-feminina. **Via Atlântica**, Cachoeira/BA, n. 18, dez./2010, p. 91-102.

SILVA, Geraldo Ferreira da. **Maria Firmina dos Reis**: a voz negra na literatura brasileira dos oitocentos. 2017. 114f. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários). Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SILVA, Geraldo Ferreira da. O discurso religioso em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. *In*: DUARTE, Constância Lima *et al.* **Maria Firmina dos Reis**: faces de uma precursora. Rio de Janeiro: Malê, 2018; p. 311-328.

SILVA, Régia Agostinho da. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. **Leitura, teoria e prática**. Campinas-SP: Editada pela ALB – Associação de Leitura do Brasil, v. 29, n. 56, p. 11-19, julho de 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. cap. 2, p. 73 -102.

SILVESTRE, Paulo Armando da Cunha. **Vivências do Feminino no final de Oitocentos** – Representação da mulher em alguns romances e periódicos da época. 140f. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares). Universidade Aberta, Lisboa, Portugal, 2009.

SOUSA, Fausto Ricardo Silva; FREITAS, Suzana Rossi Pereira de.; CARVALHO, Herli de Sousa. Da raça ao racismo, do racismo ao antirracismo: categorias pertinentes para compreender a urgência da educação antirracista. *In*: CÂNCIO, Raimundo Nonato de Pádua; ZAPAROLI, Witembergue Gomes (Orgs.). **Educação Intercultural e Práticas Decoloniais na Educação**. Recife: Even3 Publicações, 2022.

SOUZA, Taise Campos dos Santos Pinheiro de. Literatura negra e diferença cultural. **Revista Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 25, 2016, p. 133-156.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: EDUFMG, 2014.

STREVA, Juliana Moreira. Teoria Descolonial de Frantz Fanon: anti-racismo, novo humanismo e luta. *In: Conversações: Política, Teoria e Direito - Revista Discente da Pós-Graduação – PUC/RIO*. Cadernos do Seminário da Pós 2015. ISSN 21 762896, pp. 120-150.

TOLEDO, Aureo. Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais: a parte que nos cabe nesse percurso. *In: Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais* / Aureo Toledo, organizador. Salvador: EDUFBA, 2021.

TOLEDO, Rilza Rodrigues. Úrsula, de Maria Firmina dos Reis: arma de combate marcando a presença da mulher escritora na Literatura Brasileira. *In: DUARTE, Constância Lima et al. Maria Firmina dos Reis: facas de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018; p. 143-155.

TOURINHO, Irene. Ouvindo escolhas de alunos: nas aulas de artes eu quero aprender... *In: MARTINS, Raimundo (Org.). Visualidade e Educação*. Goiânia: FUNAPE, 2008.

VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. Condenado pela cor: o preconceito racial no Brasil de José do Patrocínio (1880 –1901). *In: Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Martha Abreu e Matheus Serva Pereira (orgs.). Niterói: PPG História - UFF, p. 321-337, 2011.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Alfabetização na Sociedade e na História**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e pedagogia Decolonial: in-surgir, reexistir e re-viver. *In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

XIMENES, Sérgio Barcellos. **A Arte Literária: A educadora Maria Firmina dos Reis**. 2018. Disponível em: <https://aarteliteraria.wordpress.com/2018/01/27/a-educadora-maria-firmina-dos-reis/>. Acesso em: 2 nov. 2020.

ZIN, Rafael Balseiro. A dissonante representação imagética de Maria Firmina dos Reis: da simples denúncia às formas encontradas para se desfazer os equívocos. **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 59, jan.-jun. 2018, Salvador: pp. 237-261.

ZIN, Rafael Balseiro. **Escritoras abolicionistas no Brasil-Império: Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão.** 2022. 272f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis:** a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ANEXO

ANEXO A – CERTIDÃO DE ÓBITO DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Folio n.º _____

República dos Estados Unidos do Brasil

ESTADO DO  MARANHÃO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL D.ª Guimarães
 COMARCA DE Guimarães

ÓBITO N.º 330 **O OFICIAL**
Latina Portada Cavalcanti

CERTIFICO que de folhas 111 e 111 v. do Livro n.º 4 do Registro
 de Óbitos, foi lavrado o assentamento de Maria Firmina dos Reis
 falecida em 11 de novembro de 1917
 às 10 horas, em cidade de Guimarães - Ma.
 de sexo feminino, de cor branca, profissão _____
 natural de Maranhão, estado civil solteira, 32 anos de idade.
 domiciliada em cidade de Guimarães - Ma., filha de João Pedro Botelho
 e de Leonor Reis

Foi declarante Mafalda Eliepio da Costa, sendo
 o atestado de óbito firmado Oracil Coutinho e Daniel de Jesus Cardoso
 que de _____ como causa da
 morte _____ o sepultamento
 foi feito no cemitério público desta cidade de Guimarães - Ma.

Observações O registro foi feito no dia 11 de novembro de 1917.

O referido é verdade e dou fé

Guimarães - Ma. 17 de setembro de 1913
Latina Portada Cavalcanti
 OFICIAL

